

REFLEXÃO SOBRE A GESTÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS:

O CASO DO PORTO

GABRIELA LORA BRANDOLT NEVES

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO

Emília Maria Delgado Domingos Antunes Malcata Rebelo

Orientadora: Professora Doutora Emília Maria Delgado Domingos
Antunes Malcata Rebelo

SETEMBRO DE 2020

MESTRADO EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO 2019/2020

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

✉ mppu@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano - 2019/2020 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2020*.

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrônica fornecida pelo respetivo Autor.

Este documento foi produzido em português do Brasil.

À minha família

Nós não herdámos a Terra dos nossos antepassados, nós tomámo-la de empréstimo às gerações futuras

Antoine Saint-Exupéry

AGRADECIMENTOS

Em 2017 tomei uma das decisões mais importantes de minha vida, sair de minha zona de conforto e aprimorar meus conhecimentos com novos desafios.

Quando recebi a confirmação que havia sido aprovada no mestrado em Planeamento e Projecto Urbano da Universidade do Porto, eu tinha certeza, que esse seria o primeiro passo para atingir meus objetivos, e que nossas vidas iriam mudar completamente.

Em janeiro de 2018, começa para mim, uma das experiências mais incríveis de minha vida, recomeçar no mundo académico e ter o privilégio de cursar uma das melhores Universidades do mundo.

Quase 3 anos depois, hoje, encerro esta jornada, que me trouxe novos conhecimentos e que também me despertou para novos desafios futuros.

Por tudo isso, gostaria de agradecer pessoas muito especiais que me ajudaram a chegar até esse momento e a concluir esse trabalho.

Primeiro, um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Doutora Emília Maria Delgado Domingos Antunes Malcata Rebelo, que aceitou o desafio em me orientar neste trabalho, enriquecendo-o abundantemente.

Aos professores e funcionários da Universidade do Porto.

Aos amigos que deixei no Brasil e aos amigos que fiz em Portugal.

Agradecer a minha família, que me apoia em todos os momentos e decisões da minha vida.

Por fim, ao meu marido, por me apoiar e incentivar a buscar os meus objetivos e nossa pequena Panqueca que está sempre ao meu lado, principalmente neste momento de desenvolvimento do trabalho.

Obrigado a todos.

RESUMO

A crise econômico-financeira dos últimos anos, evidenciou a necessidade de promoção de novas abordagens de gestão urbana, visando equacionar os impactos da globalização econômica, principalmente em cidades de países desenvolvidos. Esses impactos tornam-se evidentes a partir da década de 90, garantindo a afirmação do local sobre o global como uma poderosa estratégia para reforçar a importância e o valor das características locais através do desenvolvimento de uma estrutura urbana competitiva, sustentável, rica e saudável, visando o bem-estar da comunidade em geral. Para atingir esses objetivos, é reconhecida na literatura a necessidade de desenvolver melhores abordagens multidimensionais nos níveis estratégico e operacional, abrangendo as dimensões de governança, economia, ecologia, social e cultura.

Nesta perspectiva, o presente trabalho objetivou analisar a bibliografia pertinente à temática ‘Paisagens Urbanas Históricas’ definida pela UNESCO, tanto através de estudos acadêmicos, como documentos técnicos em nível continental, nacional e local, a fim de compreender o estado da arte neste assunto, abrangendo questões de governança, economia, bem como a importância do espaço construído (cidades) para as sociedades contemporâneas.

Como estudo de caso, adotou-se o Centro Histórico do Porto e a respectiva Área de Proteção, classificados pela Unesco, para caracterização do edificado, tecido urbano, bens de Valores Histórico-Culturais, população residente, com ênfase nas redes de equipamentos de uso coletivo e dinamizadores de atividades culturais, para posterior discussão de possibilidades de melhorias na governança e gestão destes bens a fim de torná-los melhor utilizados e com maior sustentabilidade, melhorando sua autonomia econômica, para que colaborem com a resiliência urbana, principalmente em tempo de crise e incertezas como o atual.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagens Urbanas Históricas, Valor Patrimonial, Regeneração, Porto, Centro Histórico.

ABSTRACT

The economic and financial crisis of the last few years has highlighted the need to promote new approaches to urban management, aiming to address the impacts of economic globalization, especially in cities that belong developed countries. These impacts became evident from the 90's, asserting the prevalence of the local over the global as a powerful strategy to reinforce the importance and value of local characteristics through the development of a competitive, sustainable, rich and healthy urban structure, aimed at the well-being of the general community. To achieve these objectives, the need for better multidimensional approaches at the strategic and operational levels is recognized in the literature, covering governance, economics, ecological, social and cultural dimensions.

In this perspective, the present work aims to analyze the pertinent bibliography to the theme 'Historic Urban Landscapes' defined by UNESCO, both through academic studies, as well as technical documents at a continental, national and local level, in order to understand the state of the art in this subject, covering issues of governance, and economics, as well as the importance of the built environment (cities) for contemporary societies.

As a case study, the Historical Center of Porto and respective Protection Area, classified by Unesco, was adopted to characterize the building, urban fabric, assets of Historical-Cultural Values, and resident population, with emphasis on networks of equipment for collective use. These assets are divers of cultural activities, and trigger further discussion on governance and management improvements, strengthening their economic autonomy, and their support of urban resilience, specially in time crisis and uncertainties like the current one.

KEYWORDS: Historic Urban Landscapes, Patrimonial Value, Regeneration, Porto, Historic Centre.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
SÍMBOLOS, ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento do tema	1
1.2. Motivação e justificativa do tema	2
1.3. Objetivos.....	3
1.4. Metodologia.....	4
1.5. Estrutura da Dissertação	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1. As cidades	5
2.2. Paisagem Urbana Histórica.....	7
2.2.1. Paisagens urbanas Históricas e a Circularidade	11
2.2.2. A Paisagem Urbana Histórica como resiliência	13
2.3. Economia – Patrimônio e Turismo.....	16
2.3.1. Turismo	17
2.3.2. Impactos pelo Covid-19.....	20
2.4. Governança – Patrimônio e Território	21
2.4.1. Governança Territorial	23
2.4.2. Governança no Setor do Patrimônio.....	24
2.4.3. Políticas no Setor do Patrimônio.....	28
3. O CASO DO PORTO.....	33
3.1. Enquadramento do centro histórico do porto	33
3.2. Classificação do CHP – Patrimônio Cultural da Humanidade Unesco (1996)	36
3.3. Enquadramento da Área de Estudo	38
3.3.1. Caracterização do Edificado	38
3.3.2. Caracterização Carta do Patrimônio	47
3.3.3. Caracterização da População da Área Central e Cenários Demográficos	57
3.4. A Economia na Área de Estudo.....	66
3.4.1. Caracterização do Comércio	67
3.4.2. Caracterização do Turismo e Atividades Criativas	69
4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	92
4.1. Discussões e Conclusões.....	92
4.2. Estudos Futuros.....	98
Referências Bibliográficas	99
ANEXOS	109

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1— Gráfico do Crescimento e declínio populacional nos diferentes estágios do Ciclo da Vida Urbana	6
Figura 2 - Desenvolvimento do conceito de “Paisagens Urbanas Históricas” (HUL)	8
Figura 3 - Sobreposição de camadas que podem ser abrangidas pelo conceito de “Paisagens Urbanas Históricas” (HUL)	9
Figura 4 – Estrutura conceitual do modelo circular aplicado às urbes	12
Figura 5 – Eixos formadores da Visão para 2030 ‘Porto Circular’	14
Figura 6 – Destaques do cenário turístico dos primeiros 8 meses de 2019	19
Figura 7– Planta com Identificação do Regime de Proteção de Bens e Imóveis Inventariados	32
Figura 8 – Carta do Patrimônio e Planta de Ordenamento em vigor	32
Figura 9 – Planta do Porto (séculos XIV e XV)	34
Figura 10 – Extratos Cronológicos da sedimentação do patrimônio relevante no Centro Histórico do Porto (Século XVI)	35
Figura 11 – Edifícios Emblemáticos (Século XVI)	35
Figura 12 – Extrato da Carta Topográfica da Cidade do Porto, de Gerardo Telles Ferreira (1892) com os principais arruamentos abertos a partir de 1890, segundo diretrizes de Correa de Barros	36
Figura 13 – Área Classificada e Respectiva Área de Proteção	37
Figura 14 – Limites da área de Estudo	38
Figura 15 - Unidades Morfotipológicas da área de Estudo	39
Figura 16 – Gráfico do Número de Licenças por Unidade Morfotipológica	42
Figura 17 – Mapa de Distribuição Espacial das Licenças pelas unidades Morfotipológicas	43
Figura 18 – Gráfico do Número de Licenças por Tipo de Operação Urbanística e Unidade Morfotipológica	43
Figura 19 – Gráfico do Número de Licenças por Tipo de Uso e Unidade Morfo Tipológica	44
Figura 20 – Gráfico dos Índices Médios das Licenças e da Amostra existente	44
Figura 21 – Planta com Identificação da área sob responsabilidade da Porto Vivo, SRU	45
Figura 22 – Gráfico dos requerimentos solicitados no SRU entre 2006-2017	45
Figura 23 – Gráfico do Registro anual das ABC’s dos alvarás emitidos, segundo usos entre 2014 e 2017	46
Figura 24 – Gráfico do Registro anual das autorizações de utilização emitidas por tipo de uso	47
Figura 25 – Planta com Identificação da Muralha Gótica, Plano Almadino e Reforma Liberal	48
Figura 26 – Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetônico	48
Figura 27– Carta do Patrimônio e Planta de Ordenamento em vigor	49
Figura 28 – Recorte da Carta do Patrimônio e Planta de Ordenamento em vigor	49
Figura 29 – Planta com AIUA Revisada e Ruas Históricas	51
Figura 30 – Recorte da Planta com AIUA Revisada e Ruas Históricas na área de Estudo	51
Figura 31 – Planta de Espaços verdes de Valor Patrimonial	52

Figura 32 – Planta de Identificação Total dos Imóveis de Interesse Patrimonial	52
Figura 33 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Habitação ou Habitação e Comércio	53
Figura 34 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Equipamentos	53
Figura 35 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Comércio e Serviços	54
Figura 36 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Industrial	54
Figura 37 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Obras de Arte de Engenharia	55
Figura 38 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública	55
Figura 39 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial por Categorias e Matrizes	56
Figura 40 – Gráfico da taxa de variação da população residente pelos Censos de 2001 e 2011	57
Figura 41 – Gráfico da concentração de idosos (65+) anos por freguesia Censos de 2001 e 2011 ...	58
Figura 42 – Gráfico da população residente estrangeira por freguesia - Censos de 2001 e 2011	59
Figura 43 - População do Município do Porto entre 1990 e 2040 (1990=100)	61
Figura 44 - População do Município do Porto por grupos etários entre 1990 e 2040 (1990=100)	62
Figura 45 – Gráfico da Taxa de migração do Município do Porto (2015-2040)	63
Figura 46 – Pirâmides etárias do Município do Porto (2010-2040)	63
Figura 47 – Infográfico com taxas de crescimento populacional (%) por Freguesia (2010-2040)	64
Figura 48 – Evolução populacional por Freguesia (1990-2040) (1990=100%)	64
Figura 49 – Evolução populacional da União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (2010-2040) (1990 = 100)	65
Figura 50 – Médias das dimensões dos estabelecimentos comerciais (2014) - MTSSS	68
Figura 51 – Gráfico Evolução do movimento de Passageiros no Aeroporto Francisco Sá Carneiro ...	70
Figura 52 – Desafios Conceituais e Operacionais da “Economia Criativa”	71
Figura 53 – Equipamentos culturais no Porto, por tipologia de equipamento	74
Figura 54 – Mapa dos Equipamentos de Dinamização Cultural na Área de Estudo e Entorno Alargado	75
Figura 55 – Mapa dos Espaços Públicos de Ativação Cultural e Mercados/Feiras	76
Figura 56 – Fotos de espaços Públicos responsáveis por Dinâmicas Culturais	77
Figura 57 – Fotos de espaços Públicos responsáveis por Dinâmicas Culturais	78
Figura 58 – Mapa das Áreas com maior concentração de Atividades Noturnas	78
Figura 59 - Fotos de espaços Públicos responsáveis por Atividades Novidades	79
Figura 60 – Mapa dos Equipamentos de Dinamização Cultural em Patrimônio Classificado/Vias de Classificação	80
Figura 61 – Taxonomia do esquema de revisão das políticas patrimoniais de Amsterdã	94
Figura 62 – Rua das Galerias de Paris (setembro de 2020)	97

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Seis etapas para tornar a abordagem das Paisagens Urbanas Históricas operacional	10
Tabela 2 – Questões transversais de políticas e ações a serem consideradas em uma estrutura de implementação do HUL.....	11
Tabela 3 - Articulação das qualidades de resiliência com possíveis indicadores de performance	15
Tabela 4 - Caracterização da Governança Multinível	22
Tabela 5 - Caracterização das Governanças.....	22
Tabela 6 - Velhos e novos paradigmas da política regional	22
Tabela 7 - Princípios da Boa Governança	25
Tabela 8 - Principais documentos relacionados à salvaguarda dos bens Patrimoniais	29
Tabela 9 – Matriz das unidades Morfotológicas da Área de Estudo.....	39
Tabela 10 – Número de Pessoas empregadas no Porto – por Freguesia (2014).....	66
Tabela 11 – Segmentos do “Emprego Criativo”.....	71
Tabela 12 – Equipamentos culturais no Porto, por tipologia de equipamento	73
Tabela 13 – Equipamentos culturais no Porto (Área de Estudo e Entorno Alargado).....	74
Tabela 14 – Equipamentos de Dinamização Cultural em Patrimônio Classificado/Vias de Classificação	79
Tabela 15 – Imóveis de Valor Histórico Patrimonial de maior relevância na área de Estudo (Centro Histórico)	86
Tabela 16 – Imóveis de Valor Histórico Patrimonial de maior relevância na área de Estudo (Bufferzone).....	89

SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ABC – Área Bruta Construída

AIUA – Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico

ARU – Área de Reabilitação Urbana

ASB – Accounting Standards Board (Concelho de Normas Contábeis)

CHCfE – Cultural Heritage Counts for Europe

CHP – Centro Histórico do Porto

CMP – Câmara Municipal do Porto

COS – Carta de Ocupação do Solo Atual

DMU – Direção Municipal de Urbanismo

DMPU – Divisão Municipal de Parques Urbanos

DMPOT – Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

Etc. – et cetera (e outras coisas, e o resto)

FRS – Financial Reporting Standard (Normas de Relatórios Financeiros)

FUR – Functional Urban Region (Área Urbana Funcional)

HUL – Historic Urban Landscape (Paisagem Urbana Histórica)

IASB – International Accounting Standards Board (Conselho Internacional de Normas Contábeis)

IC – Índice de Construção

IOG – Institute on Governance

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

ISS – Instituto de Segurança Social

IPSASB – International Public Sector Accounting Standards Boards (Conselho Internacional de Normas Contábeis do Setor Público)

MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

LPC – Lei de Bases da Política e da Proteção e Valorização do Património Cultural

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organização Não Governamental

PDM – Plano Diretor Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UE – União Europeia

Porto Vivo, SRU – Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNWTO – World Tourism Organization – United Nations Specialized Agency (Organização Mundial de Turismo)

WTTC – World Travel Tourism Council (Concelho Mundial de Viagens e Turismo)

PDMP – Plano Diretor Municipal do Porto

RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SIR – Sistema de Informação Residencial

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

VCI – Via de Cintura Interna

ZIP – Zona de Intervenção Prioritária

1

INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do tema

Com a globalização e a alta urbanização do mundo contemporâneo, evidencia-se que mais da metade da população mundial vive em ambientes urbanos ou cidades, fazendo com que estas estruturas impactem no contexto alargado de desenvolvimento transfronteiriço das nações, uma vez que as metrópoles e as cidades intermediárias (de médio porte), vêm se desenvolvendo à taxas sem precedentes, aumentando a relevância destas no cenário internacional. Dados analisados projetam um crescimento populacional e de urbanização que implicará em 70% da população humana vivendo em cidades até 2050 (ONU, 2015).

As urbes podem ser promotoras de desenvolvimento econômico de regiões e países, mas também locais de pobreza, segregação social e fragmentação de relações, deseconomias e poluição (Fusco Girard, 2014a). Recentes relatórios de estudos acerca do desenvolvimento urbano sustentável destacam o importante papel que o patrimônio cultural pode desempenhar na melhoria das condições de vida, coesão social e diversidade cultural nas cidades, contribuindo significativamente para o bem-estar e a prosperidade da comunidade (Comissão Europeia, 2014a; Nações Unidas, 2015; UNESCO, 2015; Gravagnuolo, Girard, 2017).

Assim sendo, as pólis são de grande importância para a proteção do bem-estar e saúde humana, o desenvolvimento da criatividade social e da diversidade cultural, bem como a conservação e o uso sustentável do patrimônio cultural tangível e intangível. Nesse sentido, é importante reconhecer as cidades como um recurso vital para o futuro.

Há de se analisar, entretanto, que as cidades são organismos dinâmicos, com estruturas e necessidades sociais que evoluem constantemente para atender as pressões internas e externas, contando com a contínua adaptação do tecido físico (UNESCO, 2016; Berkeley, Jarvis *et al.*, 2017; Couch *et al.*, 2003). Nos últimos 30 anos, notam-se modificações estruturais significativas e aceleradas em muitas cidades europeias, como em nenhum outro momento da história recente (Couch *et al.* 2003; Hoekveld 2014). Ocasionadas essencialmente pelas mudanças de base econômica das cidades, que deixam de ser manufatureira e passam a ser de serviços, bem como pelo processo de suburbanização, gerando o esvaziamento habitacional e funcional das áreas centrais das urbes (Couch *et al.*, 2003).

Nesse contexto, a conservação urbana pode ser direcionada para a proteção do patrimônio com pouca ou nenhuma integração com ponderações mais amplas do desenvolvimento urbano ou necessidades sociais urgentes (Bandarin e Van Oers, 2014; Gomes, 2011). Portanto, em um cenário onde o 'desenvolvimento' e a 'conservação do patrimônio urbano' podem ser tidos como processos

conflitantes, e não cooperativos, há a necessidade de uma abordagem atualizada e integrada à gestão urbana, onde a conservação e a regeneração do patrimônio urbano devem ser consideradas um investimento essencial para o desenvolvimento local sustentável, e abrir espaço para parcerias sustentáveis e eficazes entre os setores público e privados para a salvaguarda dos bens patrimoniais da sociedade (Throsby, 2012; Vandesande e Van Balen, 2016; Gomes, 2011; Gravagnuolo e Girard, 2017)

Um sistema, como no caso da cidade, é mais resiliente quando em estado de reorganização, crescimento e inovação. Após o período de suburbanização que ocasionou o abandono dos bens de valor patrimonial e a consequente degradação dos centros urbanos históricos, hoje observa-se o movimento inverso. Com processos de revitalização desses centros e dinamização de atividades diversas, colocando as cidades em um estado de reestruturação que favorece a resiliência destas (Ferreira, *et al.*, 2016a).

Em um contexto mais alargado, pode-se dizer que os impactos da globalização econômica, que teve origem nos anos 90 do século XX, são particularmente evidentes na atualidade, onde observa-se a exacerbação da importância do contexto local sobre o global, enquanto outrora havia a perda de importância do local nas novas geografias criadas de influência global. Testemunha-se hoje a afirmação do local no global e de global no local. A glocalização, na interconexão entre as diferentes escalas de ação e influência, tornou-se um dos fenômenos mais importantes da contemporaneidade (Seixas, 2013).

1.2. Motivação e justificativa do tema

Em tempos de recentes crises econômico-financeiras e instabilidades político-sociais surgiu a necessidade de promover uma nova abordagem da gestão urbana, com o objetivo de aumentar a resiliência dos sistemas citadinos após os impactos da globalização econômica nas cidades dos países desenvolvidos. Faz-se necessário a “gestão racional do patrimônio cultural” edificado, com a difícil tarefa de ponderar a preservação da memória versus a exiguidade de recursos financeiros, considerando as premências da sociedade, como saúde, segurança, habitação, etc. (Ferreira, *et al.*, 2016a). A preservação do patrimônio cultural, como responsabilidade exclusiva do Estado, é fadada ao insucesso, uma vez que sempre será conflitante com as necessidades mais básicas sociais e humanas, também de obrigação do poder público, e que urgem em serem atendidas, tais como educação, saúde, segurança.

Os bens de valores histórico-culturais, na melhor das hipóteses, devem ser economicamente autossuficientes, entretanto, sabe-se que estes requerem altos custos financeiros para sua preservação e manutenção, bem como exigem a curatela de experts em ações de intervenção, para que a essência do apressado não se perca, em meio as pressões das demandas sociais. Face isso, é de extrema importância as colaborações e parcerias público-privadas, para a manutenção destes acervos.

Tal abordagem sugere a adaptação das cidades ao novo contexto econômico, social e cultural, contudo, preservando sua identidade e seus principais atributos, a fim de evitar extremismos, tanto de resistência sem qualquer adequação às demandas contemporâneas, como de completa alteração de sua essência para adequar-se à nova conjuntura (Fernandes e Chamusca 2014; Ferreira et al., 2016a, 2016b; Hosagrahar et al., 2016). Apostando na afirmação do local no global como uma estratégia poderosa para reforçar a importância e o valor das características locais através do desenvolvimento de um ambiente competitivo, sustentável, próspero e salutar, visando o bem-estar

da comunidade em geral (Seixas, 2013). Para atingir esses objetivos, é reconhecido na literatura a necessidade de desenvolver melhores abordagens multidimensionais nos níveis estratégico e operacional, compreendendo as dimensões econômica, ecológica, social e cultural.

Tendo isto em consideração, foi desenvolvido o conceito de abordagem da Paisagem Urbana Histórica (Historic Urban Landscape - HUL) e adotada pela Conferência Geral da UNESCO por meio da Recomendação de 2011 sobre a Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2016).

É urgente considerar a conservação e a regeneração do patrimônio urbano como um investimento essencial para o desenvolvimento local sustentável (Licciardi e Amirtahmasebi, 2012b; Vandesande e Van Balen, 2016).

Durante o desenvolvimento deste trabalho, o mundo sofreu uma situação pandêmica com o Covid-19, que desestabilizou todos os setores em todos os países, ficando o setor cultural quase que relegado a último plano, uma vez que as situações relacionadas à saúde, sanitização, desemprego, habitação, economia e educação, urgem de resolução e investimento financeiro.

Todavia, faz-se necessário que este setor seja rapidamente recuperado, visto que Portugal possui grande parcela de sua economia baseada no turismo cultural, principalmente de lugares históricos. Sem contar com todos os serviços ligados ao turismo e cultura, que movimentam grande fatia da economia, como comércio e prestação de serviços. Sendo assim, é impropriedade a busca por soluções criativas, abrangentes e plurais para a temática de conservação e gestão do Patrimônio, como modo de aceleração da recuperação econômica, nacional e global.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar abordagens integradas da gestão do patrimônio com base na abordagem HUL e as condições de aplicação destas na cidade do Porto. Estudando a Literatura pertinente à compreensão do conceito de Paisagem Urbana Histórica (HUL) desenvolvida e adotada pela UNESCO, com uma visão geral da aplicação de abordagens integradas da gestão do patrimônio em casos concretos, a análise do caso da cidade do Porto e sugestões e discussões sobre possíveis abordagens na área de estudo do Porto.

1.3. Objetivos

O presente trabalho visa analisar o ponto de situação, no qual se encontra o município do Porto com relação à sua Paisagem Urbana Histórica, tomando como área de estudo o Centro Histórico e a área de Proteção delimitadas pela UNESCO, quando da classificação deste como Patrimônio da Humanidade.

Buscando avaliar a gestão dos equipamentos culturais, inseridos na área de estudo com relação à autossuficiência econômica e o equilíbrio entre prover cultura e sustentar a manutenção e preservação do edificado de maneira a cumprirem seu papel social, com o menor custo possível ao Estado. Bem como a análise de possíveis modelos de gestão de imóveis componentes da paisagem urbana histórica do Porto, inseridos dentro da área classificada pela UNESCO, visando fornecer maior autonomia financeira para os bens selecionados, melhorando a relação entre as participações do setor público e privado para a adequada manutenção dos bens de forma funcional e que atendam às necessidades da sociedade civil.

Busca também abrir discussões para futuras análises mais amplas sobre a implementação da abordagem de Paisagens Urbanas Históricas, definida pela UNESCO, assim como de abordagens mais inclusivas e multidimensionais, no contexto português, especificamente no Porto, através um análise geral da principais políticas que regem sobre o Patrimônio, devendo ainda, em estudos

futuros, aprofundar as análises nos programas de reabilitação correlatos já existentes, buscando analisar a relação entre os incentivos públicos e privados como meio de viabilizar economicamente ações de valorização e preservação do patrimônio, ampliando as parcerias público-privadas.

1.4. Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho, adotou-se uma metodologia desenvolvida em três etapas.

Sendo primeiramente realizado o estudo da bibliografia pertinente à temática de ‘Paisagens Urbanas Históricas’ conforme definida pela UNESCO, sendo este primeiro ponto revelador quanto a importância da governança nesta temática, cabendo a este um sub-tema de estudo, com análises de estudos acadêmicos e documentos técnicos e legislativos elaborados no contexto europeu e nacional. Neste mesmo sentido, coube também um sub-tema com relação à relevância das Paisagens Urbanas Históricas a seus itens Patrimoniais com o desenvolvimento da economia local e potencializador da competitividade econômica local e até regional, se trabalhados em rede. A apetência do contexto histórico às atividades culturais, criativas e turísticas, rendeu também um sub-tema da temática de ‘Paisagens Urbanas Históricas’.

A posteriori, e mesmo em simultâneo, foi realizada a análise do Centro Histórico do Porto, juntamente com o estudo de relatórios municipais e nacionais, incluindo os relatórios de Revisão do Plano Diretor que inserem a componente de fixação da população residente na área histórica, e turismo, visando identificar e mapear o acervo de bens de Valor Patrimonial Individual e Coletivo, bem como a rede de conexão entre eles., nas diversas matrizes funcionais.

Por fim, sugere-se possíveis alterações na gestão e classificação dos bens inventariados, visando melhorar sua sustentabilidade econômica, sem comprometer seu papel social, auxiliando a resiliência da área de estudo e do município como um todo.

1.5. Estrutura da Dissertação

A presente dissertação, encontra-se dividida em três capítulos adicionais à introdução.

O segundo capítulo dedicado à revisão bibliográfica pertinente ao conceito de ‘Paisagens Urbanas Históricas’ definido pela UNESCO, e à sua importância com relação à resiliência urbana, tomando como orientadores os temas de Governança voltados ao Patrimônio Histórico Cultural construído, bem como sua relevância para a Economia local e competitividade econômica.

O terceiro capítulo trata do estudo de caso, onde foi analisada a área classificada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, em seus aspectos populacionais, com projeções; e relacionados ao tecido urbano edificado, com enfoque na análise da ‘Carta do Patrimônio’ do Plano Diretor Municipal; e modelos de classificação e gestão de itens selecionados, que contribuem para aumentar a competitividade econômica do município, com base nas indústrias culturais e criativas, as quais foram evidenciadas no referencial teórico como as mais correlacionadas e passíveis de sucesso em contextos ricos em Valores Histórico-Culturais

O último capítulo visa discutir as situações encontradas no estudo de caso, relacionando-as aos tópicos abordados no referencial teórico, propondo algumas possíveis estratégias para melhorias em termos de governança e gestão dos imóveis de Valor Patrimonial encontrados na área de estudo. Neste propõe ainda estudos futuros para maior aprofundamento das temáticas estudadas.

2

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. As cidades

As cidades são como organismos vivos, em constante processo de transformação, resultantes da associação da evolução natural e humana, resultando em uma estrutura complexa de conhecimentos, diversidade cultural e polos de negócios e indústrias variadas, atuando como um cadinho, dilucidando as formas pelas quais as sociedades se desenvolvem ao longo dos tempos. Tais estruturas, passam por um processo cíclico de desenvolvimento urbano que pode apresentar complexos períodos de crescimento, estagnação e declínio populacional, designado como a teoria do “Ciclo da Vida” urbana (Abu-Lughod et al. 1976; Cornells. et al. 1982), composto por três estágios principais.

No primeiro estágio - ‘Urbanização’, - ocorre a concentração das atividades nas áreas centrais das urbes, gerando atração populacional para as centralidades. Posteriormente, identifica-se o estágio de ‘Suburbanização’, quando ocorre o deslocamento da população para as periferias, ocasionando a descentralização econômica e muitas vezes o declínio das centralidades urbanas. Por fim, a teoria identifica o último estágio como a ‘Desurbanização’, caracterizado pela dispersão dos serviços pelo território mais alargado, ocasionando o declínio populacional de toda a Área Urbana Funcional (FUR) e o aumento das cidades satélites e de pequeno porte, em torno das grandes aglomerações populacionais (Buzar et al. 2007; Cornells et al. 1982; Couch et al. 2005; Turok and Mykhnenko 2007).

Pode-se observar que, muitas cidades de todo o mundo foram seriamente afetadas pela celeridade dos estágios de urbanização e suburbanização e por processos desenvolvimento insustentáveis, resultando em crescimentos urbanos mal planejados, excessiva densificação de edificações verticais, estruturas modernas, padronizadas e monótonas, com grande perda de espaços e instalações públicas, infraestruturas inadequadas, aumentando o isolamento social, a pobreza urbana, o uso insustentável de recursos e gerando alterações climáticas.

Há mais de dois séculos identifica-se esse movimento cíclico na história da evolução das cidades europeias (Alves et al. 2016; Buzar et al. 2007; Cornells et al. 1982). Nos últimos anos, foi identificado, pela literatura, o surgimento de um quarto estágio, a “Reurbanização”, quando ocorre a intensificação de novas dinâmicas nas áreas centrais históricas, capaz de inverter os dois últimos estágios do ciclo de desenvolvimento urbano, impulsionando o crescimento populacional das centralidades (Buzar et al. 2007; Cornells et al. 1982).

O processo de reurbanização pode estar intimamente atrelado às novas percepções da necessidade de recuperar e redinamizar os centros históricos, bem como à constatação do Patrimônio cultural

como um bem de extremo valor para a recuperação social e econômica das cidades. Estudos mostram que durante o período da reurbanização ocorre o ressurgimento de atividades econômicas, culturais e sociais das centralidades urbanas históricas (Cheshire 2006; Lees 2004; Lopez-Gay 2014), atraindo novos residentes com diferentes faixas-etárias e padrões socioeconômicos (Haase e Rink 2015), jovens estudantes, profissionais, casais e outras estruturas familiares não tradicionais, que são atraídos pela reativação das atividades (Buzar et al. 2007; Haase e Rink 2015).

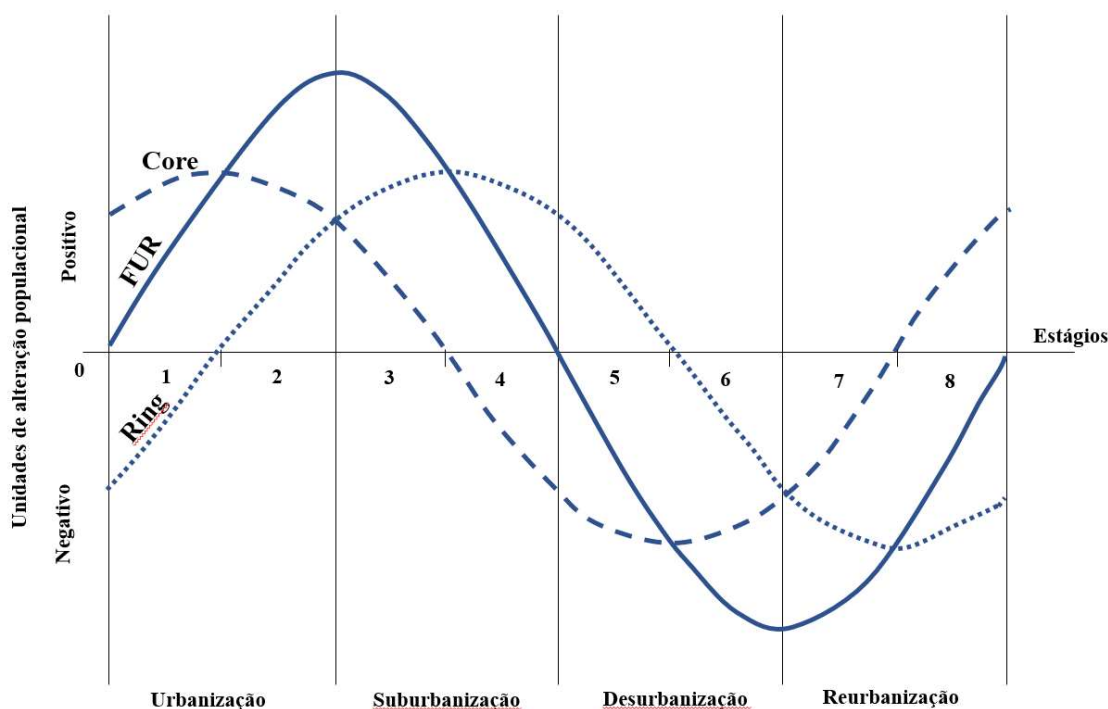


Figura 1— Gráfico do Crescimento e declínio populacional nos diferentes estágios do Ciclo da Vida Urbana
(Fonte: Adaptado de Van den Berg, L., et al, 1982)

Pode-se observar que o declínio urbano ocorre em diferentes estágios para cada esfera das pólis, no “core”, ou seja no centro histórico, ou núcleo inicial da urbe, o declínio populacional inicia ainda durante o processo de Urbanização, com o deslocamento de pessoas para as áreas periféricas, havendo o crescimento populacional no “anel central” urbano (Ring), bem como a geração da Área Urbana Funcional (FUR¹), que pode ser extravasada da área do anel central, criando áreas densamente povoadas, gerando movimentos pendulares que movimentam a economia para além do centro nuclear urbano. Enquanto o crescimento populacional do “core” é retomado durante o processo de Desurbanização, alcançando seu ápice ao final do período de Reurbanização, a mesma etapa acontece em períodos mais tardios, tanto no anel central, como na FUR, que começam em diferentes momentos do processo de Reurbanização.

O processo de suburbanização, é percebido, principalmente, por pessoas que têm seu perfil econômico alterado, levando estas a buscarem melhores habitações fora do perímetro central das urbes, ocasionando a transferência, em simultâneo, das atividades econômicas e sociais mais

¹ FUR - Unidade econômica caracterizada por ter as áreas centrais densamente habitadas e um forte deslocamento pendular entre as áreas periféricas e o centro da cidade (OCDE, 2016).

nobres para onde encontra-se essa massa migratória, potencializando a degradação e abandono dos centros urbanos. (Cornells et al. 1982; Couch et al. 2005)

A desindustrialização, é constatada no período pós-industrial, quando ocorre o rápido crescimento do setor terciário em detrimento às manufaturas, ocasionado o fechamento de fábricas e consequentemente o aumento do desemprego nas regiões monofuncionais, geralmente menos desenvolvidas e com mão de obra menos qualificada, obrigando a deslocação da população para outras cidades. (Hollander et al. 2009; Hoekveld 2014; Lang 2005).

O processo de globalização potencializa a desindustrialização dos países desenvolvidos, propiciando o desenvolvimento deste setor nos países em desenvolvimento, atraídos por facilidades econômicas (baixos salários, programas de incentivo ao investimento de capital externo, etc). Proporciona também a competitividade comercial a nível global, bem como a deslocação da população, que esvazia os centros urbanos buscando aproximar-se dos novos centros comerciais periféricos que concentram o comércio global em um único lugar, deixando de consumir os produtos locais, concentrados em sua maioria nas áreas centrais das cidades, até então. (Balsas 2002; Barata-Salgueiro & Erkip 2014). O enfraquecimento do comércio nas áreas centrais, corrobora para o esvaziamento destas.

2.2. Paisagem Urbana Histórica

Na sequência da intensa globalização e da crescente demanda por modernização, a identidade local e a integridade visual das cidades, moldadas pela cultura e desenvolvimento histórico individuais, são diretamente impactadas. Levando à deterioração da qualidade urbana e destruição do patrimônio urbano, ameaçando a identidade e cultura locais das comunidades, bem como o senso de pertencimento dentro das urbes (UNESCO, 2016).

Em um mundo globalizado, as cidades estão constantemente competindo entre si, tanto nacional quanto internacionalmente. A globalização torna as cidades semelhantes em termos de finanças, tecnologia da informação ou padrões de desenvolvimento urbano moderno, enquanto a cultura e o patrimônio são os recursos que sempre serão de distinção única de cada lugar. (UNESCO, 2016). O patrimônio cultural pode ser um eficaz catalizador para estimular as economias locais e regionais, produzindo impactos econômicos significativos (Nypan, 2006; Nypan 2015; Rypkema, 2008).

A conservação do patrimônio, da cultura e da criatividade nas polis pode ajudar na manutenção e exposição do caráter único desta, além de aumentar a visibilidade internacional e colocá-las no cenário mundial. As estratégias de regeneração orientadas pela cultura com a reutilização dos prédios históricos e que envolvam os cidadãos locais por exemplo, podem reforçar a cultura, o senso de orgulho e identidade de uma comunidade. (Licciardi e Amirtahmasebi, 2012; Van Balen e Vandesande, 2016; UNESCO, 2016).

O patrimônio urbano era tradicionalmente visto como um obstáculo à resiliência das cidades; somente nos últimos anos começou a ser encarado como um recurso essencial para a resiliência e sustentabilidade das urbes. Compreender como o patrimônio urbano contribui para a resiliência pode melhorar a valorização e o valor atribuído aos bens patrimoniais, independentemente de serem oficialmente classificados ou não (Ripp e Rodwell, 2016).

Existem quatro maneiras pelas quais o patrimônio urbano contribui para a resiliência urbana: através do projeto e construção; usando materiais apropriados; através do uso adaptativo do tecido existente; e como fatores no planejamento urbano (Ripp, 2013).

Neste contexto surgem novas abordagens para a conservação do património edificado e natural, sendo a mais difundida na atualidade a perspectiva de Paisagem Urbana Histórica (Historic Urban Landscape - HUL) proposta pela UNESCO (UNESCO, 2011), desenvolvida ao longo de anos através da evolução das noções anteriores de Locais Históricos, abrangendo um contexto urbano e um cenário geográfico ampliados. O HUL compreende os atributos e valores tangíveis e intangíveis dos locais urbanos, incluindo padrões de uso do solo e organização espacial, percepções e relações visuais, além de todos os outros elementos da estrutura urbana (UNESCO 2011; 2016; Angrisano, Biancamano et al., 2016).

Durante o Ano Europeu do Patrimônio Cultural de 2018, debateu-se uma abordagem mais ampla e integrada na gestão do patrimônio cultural, alinhada com as estratégias da Comissão Europeia. (Comissão Europeia, 2014b). A Declaração de Namur do Conselho Europeu de 2015, ‘Patrimônio Cultural no Século XXI para Viver Melhor Juntos: Rumo a uma Estratégia Comum para a Europa’ reforça a importância na articulação dentro e fora da Europa, bem como a importância da gestão integrada do patrimônio, tanto para a sociedade civil quanto para o setor tradicional do patrimônio. Elenca a necessidade de uma estratégia para redefinir o lugar e o papel do patrimônio cultural na Europa de forma a responder aos atuais desafios e contexto socioeconômico e cultural europeu, sendo fulcral para estabelecer a boa governança e promover a gestão participativa do patrimônio cultural (Conselho Europeu, 2015).



Figura 2 - Desenvolvimento do conceito de “Paisagens Urbanas Históricas” (HUL)

(Fonte: UNESCO, 2016)

A nova abordagem da UNESCO para ‘Paisagem Urbana Histórica’ propicia o desenvolvimento de uma estrutura que integre a conservação e o desenvolvimento urbano de forma sustentável e racional, através da aplicação de uma variedade de ferramentas, tanto tradicionais como inovadoras, passíveis de serem adaptadas a cada contexto local (UNESCO, 2011, 2016). Fornecendo uma nova compreensão do ambiente histórico e do que é patrimônio.

A definição do conceito ‘HUL’ amplia a compreensão do ambiente histórico, visando clarificar a identificação dos complexos elementos que diferenciam as cidades e criam na população o senso de lugar, identidade e pertencimento. Essas camadas constituem uma riqueza que precisa ser reconhecida e aprimorada nas estratégias de conservação e desenvolvimento das polis, buscando um desenvolvimento urbano sustentável (UNESCO, 2011, 2016).

Conforme definido pela Recomendação de 2011, “a paisagem urbana histórica é a área urbana entendida como resultado de uma camada histórica de valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de ‘centro histórico’ ou ‘conjunto histórico’ para incluir o contexto urbano mais amplo e sua configuração geográfica. Esse contexto mais alargado inclui principalmente a topografia, geomorfologia, hidrologia e características naturais do local, seu ambiente construído, histórico e contemporâneo, suas infraestruturas acima e abaixo do solo, seus espaços abertos e jardins, seus padrões de uso da terra e organização espacial, percepções e relações visuais, bem como todos os outros elementos da estrutura urbana. Também inclui práticas e valores sociais e culturais, processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio relacionadas à diversidade e identidade.” (UNESCO, 2011; 2016 – tradução autoral). Tal conceito considera todas as camadas de significado cultural integradas na paisagem urbana e suas interpretações variadas, como possivelmente valiosas, portanto, não apenas os valores estéticos, históricos e científicos, mas também os valores de, por exemplo, antecedentes econômicos, sociais, ecológicos ou políticos. (Veldpaus, Pereira Roders, 2013).



Figura 3 - Sobreposição de camadas que podem ser abrangidas pelo conceito de “Paisagens Urbanas Históricas” (HUL)
(Fonte: City of Ballarat, 2017 – tradução autoral)

A nova abordagem sobre Paisagem Urbana Histórica, alarga o conjunto de ativos patrimoniais não designados e fundamenta-se na complexidade de decidir quais atributos e valores devem ser preservados para as futuras gerações em um ambiente em constante mudança. O reconhecimento

do “**o que**” é de valor patrimonial, requer a apuração do “**porquê**”, deste ativo ser de valor patrimonial, bem como carece a identificação de “**quem**” deve ser responsável pela gestão deste e “**como**” esta deve ser conduzida, a fim de proporcionar melhores decisões de gestão dos bens patrimoniais nesse contexto de patrimônio vivo.

As razões para uma nova convenção de gestão do Patrimônio ancoram-se na necessidade de um desenvolvimento mais sustentável, abrangente e integrado, considerando os aspectos sociais, ecológicos, econômicos e culturais, proporcionando melhor qualidade urbana.

O grande desafio dessa abordagem consiste no desenvolvimento de modos operacionais de gerir o patrimônio. De acordo com as recomendações da UNESCO, as autoridades locais e nacionais são estimuladas a (re)desenvolverem instrumentos e ferramentas sensíveis aos valores e necessidades locais, relacionados a sistemas e medidas regulatórias; avaliações (dos impactos) ambientais; processos participativos; e capacitação para o desenvolvimento socioeconômico-ecológico-cultural sustentável. Subsequentemente, faz-se necessário identificar ‘quem’ estará envolvido em cada etapa do processo do desenvolvimento urbano, abordando questões políticas, de governança e gestão que envolvem uma variedade de agentes, incluindo atores locais, nacionais, regionais, internacionais, dos setores públicos e privados, enfatizando, a necessidade de uma abordagem amplamente participativa, envolvendo comunidades, tomadores de decisões, profissionais e gestores (UNESCO, 2011; 2016; Veldpaus, Pereira Roders, 2013).

Tabela 1 – Seis etapas para tornar a abordagem das Paisagens Urbanas Históricas operacional

Etapa		Ações
1	Identificar Recursos	Realizar pesquisas e mapeamento abrangentes dos recursos naturais, culturais e humanos da cidade
2	Identificar atributos e valores	Alcançar consenso na identificação de quais valores devem ser protegidos para serem transmitidos às futuras gerações e determinar quais os atributos que os transportam, usando o planejamento participativo com o envolvimento da comunidade, especialistas e partes interessadas.
3	Compreender vulnerabilidades	Avaliar a vulnerabilidade do patrimônio às tensões socioeconômicas e aos impactos das mudanças climáticas
4	Planejar e projetar para conservação / regeneração	Integrar os valores do patrimônio urbano e seu status de vulnerabilidade a uma estrutura mais ampla de desenvolvimento da cidade, que deve fornecer indicações das áreas de maior sensibilidade do patrimônio que requerem maior cautela ao planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento
5	Priorizar	Identificar e priorizar ações de conservação e desenvolvimento
6	Realizar	Estabelecer as parcerias apropriadas e estruturas de gestão local para cada um dos projetos identificados para conservação e desenvolvimento, bem como desenvolver mecanismos para a coordenação das várias atividades entre diferentes atores, públicos e privados.

(Fonte: Adaptado de UNESCO, 2011 e Gravagnuolo & Girard, 2017)

Na identificação de recursos e valores os dados podem ser divididos em ‘hard datas’, sendo este composto pelo reconhecimento dos aspectos físicos (topografia, geomorfologia, hidrologia, características naturais, ambiente construído (histórico e contemporâneo), infraestrutura (acima e abaixo do solo), espaços abertos e jardins, padrões de uso da terra, organização espacial) e ‘soft datas’ composto pelos dados perceptivos (percepções, relações visuais, práticas e valores sociais e culturais, processos econômicos, dimensões intangíveis do patrimônio relacionado à diversidade e identidade e todos os outros elementos da estrutura urbana) (Fabbicatti e Biancamano, 2019).

Portanto, o sucesso do gerenciamento do patrimônio urbano em ambientes complexos exige um conjunto de ferramentas robusto e em constante evolução, de políticas e ações que devem ser adaptadas ao contexto local de aplicação e abordadas simultaneamente. (UNESCO, 2016).

Tabela 2 – Questões transversais de políticas e ações a serem consideradas em uma estrutura de implementação do HUL

	Categorias	Políticas e ações
1	Ferramentas de engajamento cívico	Planejamento, SIG, Big Data, Morfologia, Avaliação de Impacto / Vulnerabilidade, Avaliação de políticas
2	Ferramentas de conhecimento e planejamento	Publicidade, Diálogo e Consulta, Empoderamento da Comunidade, Mapeamento Cultural
3	Ferramentas de sistemas reguladores	Leis e regulamentos, Práticas tradicionais, políticas e Planos
4	Ferramentas financeiras	Economia, Subsídios, Cooperação Público-Privada
5	Ferramentas de avaliação	Indicadores de Avaliação / Medida / Impactos
6		Novos modelos de Negócios / Gestão

(Fonte: Adaptado da UNESCO, 2016 e Gravagnuolo e Girard, 2017)

Além disso, são necessários métodos de avaliação multicritérios, multidimensionais e que compreendam vários atores, bem como sofisticados indicadores quantitativos e qualitativos para hibridar de forma criativa tradição e modernidade, memória e contemporaneidade, conservação e transformação, transformando o valor cultural em um recurso produtivo da cidade.

Análises fundamentadas em estudos de custo-benefício podem fornecer bases criteriosas para evidenciar os benefícios da conservação versus desenvolvimento. Entretanto investigações mais abrangentes no que se refere a custos e benefícios devem ser desenvolvidas e introduzidas aos modelos. A matriz econômica é de extrema relevância, mas insuficiente para avaliar os impactos de projetos e investimentos em múltiplas dimensões, fazendo-se necessário a integração das matrizes Social e Bioecológica, a fim de tornar operacional a abordagem de ‘Paisagens Históricas Urbanas’ (Ost, 2013; Girard, 2014b; De Rosa e Nocca, 2015; Garcia Vélez, et al., 2016; Gravagnuolo e Girard, 2017; Angrisano et al., 2016). O grande desafio é demonstrar que a conservação do Patrimônio e da Paisagem é um investimento (e não somente um custo) capaz de atrair mais atividades (e não apenas visitantes/turistas). Portanto, é necessário evidenciar que a simbiose entre conservação e desenvolvimento é capaz de produzir valores econômicos, sociais e ambientais por meio de novas relações e, conseqüentemente, de novas oportunidades (Angrisano, M., Biancamano, P.F., et al, 2016).

2.2.1. PAISAGENS URBANAS HISTÓRICAS E A CIRCULARIDADE

Em meio aos atuais problemas globais (pandemia, crise climática, escassez de recursos, emergência migratória, enfraquecimento do capital social, erosão do capital cultural e identidade de lugares, entre outros), torna-se urgente a identificação de ferramentas operacionais que aumentem a capacidade de respostas, mais sustentáveis, das paisagens urbanas às rupturas, melhorando a resiliência local, regional e global.

A Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável, criada e promovida pela ONU, apresenta como um dos objetivos estratégicos, tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Destaca ainda a necessidade de estender a criação de planejamentos e gestões mais participativas, integradas e sustentáveis de assentamentos humanos, bem como o

fortalecimento dos esforços para a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural, em nível global (UNESCO, 2015a).

Tanto a Convenção Europeia da Paisagem como as Recomendações da UNESCO sobre Paisagens Urbanas Históricas, apresentam a paisagem como um sistema dinâmico, em constante evolução, para atender às necessidades sociais, demandando uma gestão inteligente, abrangente e sustentável (Conselho Europeu, 2000, UNESCO 2011).

Abordar a relação entre os conceitos de Circularidade, Produtividade e Resiliência, pode ser um caminho eficaz para atingir os objetivos da Agenda 2030 para cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

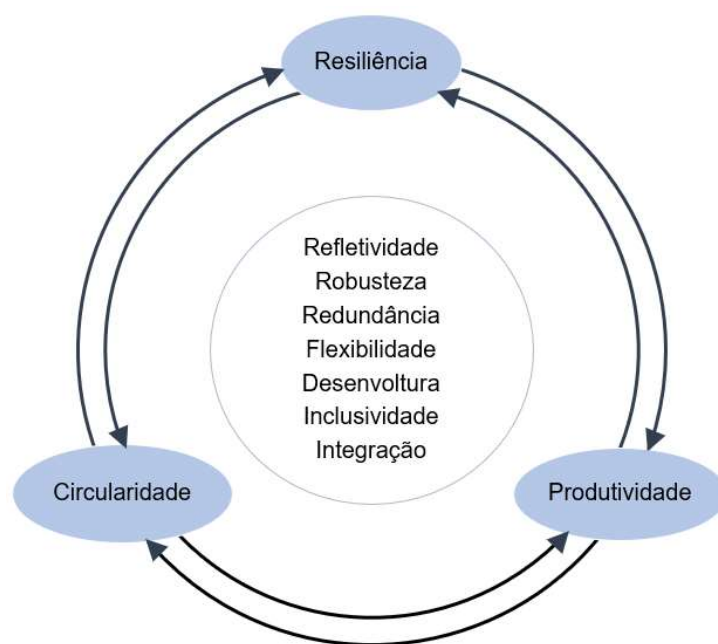


Figura 4 – Estrutura conceitual do modelo circular aplicado às urbes

(Fonte – Adaptado de Fabbricatti e Biancamano, 2019)

Um modelo de **cidade circular** pode ser interpretado como um processo evolutivo conjunto entre o homem e seu habitat, é um modelo que ao mesmo tempo que preserva e valoriza os seus recursos, promove o crescimento, cria empregos, assegura as suas fontes de recursos, encoraja os agentes econômicos locais e os próprios munícipes a reciclar e estender o tempo de uso das estruturas existentes. Promove ainda a partilha de infraestruturas e serviços numa lógica de eficiência (De Medici *et al*, 2018; Angrisano *et al*, 2016). Aplicado ao HUL, pode ser uma ferramenta útil para maximizar o valor dos assentamentos, ativando sinergias sociais, econômicas e ambientais (Fusco Girard, 2014).

A **produtividade**, aplicada ao HUL, tem um sentido mais amplo, não apenas econômico, evidenciando neste contexto a capacidade de um modelo de economia circular para ativar novas cadeias de criação de valores: de uso, sociais, simbólicos, econômicos (Angrisano *et al*, 2016). A pluralidade de valores reconhecidos no patrimônio cultural / paisagem contribui para a multiplicação dos fluxos de benefícios em um circuito virtuoso (Fabbricatti e Biancamano, 2019).

Por fim, a **resiliência**, expressa neste contexto, a capacidade regenerativa e adaptativa da paisagem urbana histórica, capaz de trabalhar de forma interligada entre pessoas, comunidades, economias, sociedades e culturas, atuando em escalas espaciais e temporais diversas (Folke, 2016). A **resiliência** urbana interpreta a natureza multidimensional e dinâmica da perspectiva HUL, e a necessidade de responder aos desafios citadinos por meio do equilíbrio entre conservação e inovação, fortalecendo as relações entre os componentes físico / ambiental, social e econômico. Busca entender os ciclos de vida e a complexidade dos sistemas (incluindo os sistemas de inovação), a fim de melhor gerenciá-los, para aprimorar a produtividade do sistema e a circularidade do processo (Fabbricatti e Biancamano, 2019).

2.2.2. A PAISAGEM URBANA HISTÓRICA COMO RESILIÊNCIA

A abordagem da UNESCO de Paisagens Urbanas Históricas permite a reinterpretação do modelo econômico tradicional em uma perspectiva circular, integrando criativamente a conservação e o desenvolvimento, promovendo sinergias entre diferentes agentes de maneira dinâmica e proativa. Assim, o modelo de economia circular possibilita a maximização do valor dos assentamentos, ativando sinergias sociais, econômicas e ambientais (Fusco Girard, *et al.*, 2013)

O paradigma circular pode reduzir as pressões de reequilíbrio de resíduos na paisagem urbana devido às mudanças climáticas, às novas expectativas dos usuários e do mercado, aumentando a vida útil do ambiente construído.

O modelo de economia circular é imprescindível para alcançar muitos objetivos da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana sendo estreitamente interdependente da regeneração da paisagem (UNESCO 2015, UN, 2017) e quando integrado à perspectiva HUL coloca os recursos culturais locais na base dos objetivos de resiliência e desenvolvimento sustentável, propondo uma visão unitária que incentive mudanças, variabilidade, diversidade e também soluções híbridas, a fim de melhorar a resiliência sistêmica geral (UNESCO, 2011). Esta flexibilidade, proporciona a criação de um compêndio de ferramentas para melhorar o gerenciamento de políticas de inovação e garantir que os sistemas reguladores e de governança possam se ajustar, tornando-se mais sustentáveis (High Level Group and Stockholm Resilience Centre, 2016).

No município do Porto a economia circular é tema debatido na ‘Estratégia Municipal de Ambiente’ onde o município é o ator responsável por criar as necessárias condições para o envolvimento pleno de todos os demais os atores relevantes, como: empresas, universidades, centros tecnológicos e de investigação, cidadãos e organizações não-governamentais. Cabe também a incumbência de balancear os interesses econômicos e sociais, incentivando o investimento privado em pró do bem estar comunitário.

Em 2017, a Câmara Municipal do Porto desenvolveu o chamado ‘Roadmap para cidade do Porto Circular em 2030’, que em sua ‘Visão para 2030’ divide-se em quatro principais eixos.

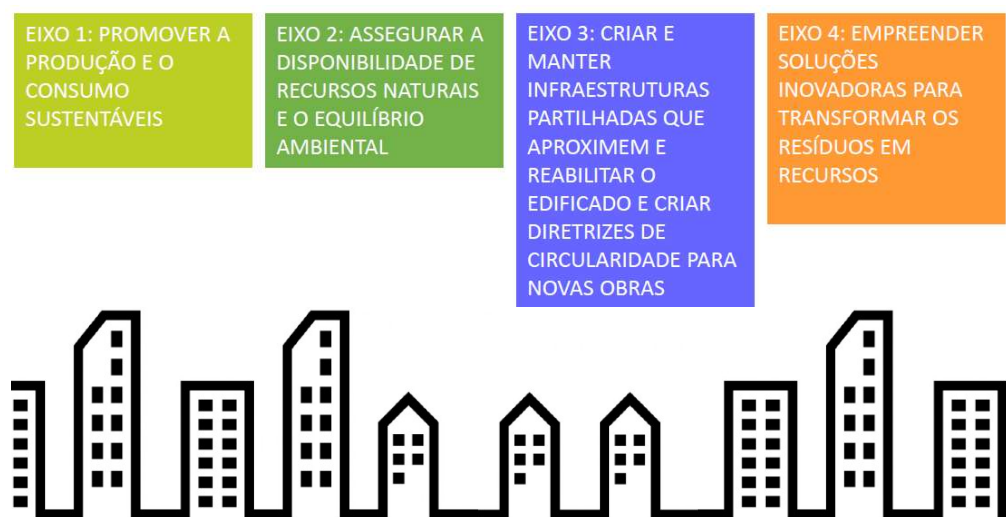


Figura 5 – Eixos formadores da Visão para 2030 'Porto Circular'

(Fonte – Câmara Municipal do Porto, 2017)

No 'eixo 3: Criar e manter infraestruturas partilhadas que aproximem e Reabilitar o edificado e criar diretrizes de circularidade para novas obras', o documento além de tratar sobre a adoção de tecnologias mais sustentáveis para a reabilitação do edificado degradado, bem como dos novos a serem construídos, trata também do mapeamento dos prédios inutilizados para estratégias de recuperação e reocupação destes prédios, numa visão de circularidade do edificado, com incentivos aos privados.

O 'eixo 4: Empreender soluções inovadoras para transformar os resíduos em recursos', o documento trata sobre a reutilização dos resíduos, podendo ser enquadrado neste eixo as medidas de reaproveitamento do edificado existente, com a reabilitação deste, minimizando a utilização de recursos e matérias primas da construção civil. Assim o edificado requalificado torna-se um recurso que, bem gerido, maximiza seu retorno para a economia. Como exemplo pode-se citar o projeto do 'Matadouro de Campanhã', com a adaptação do espaço para diversas atividades e pólo social, tendo a recuperação e manutenção de grande parte da construção original, como uma das componentes de avaliação a sustentabilidade do projeto.

O 'Framework' de resiliência das cidades, desenvolvido pela Fundação Rockefeller e Arup serve como base de análise para o desenvolvimento de ferramentas que compreendam a complexidade, a dinâmica urbana e os fatores que contribuem para sua resiliência. Elenca sete qualidades que distinguem uma cidade resiliente da cidade simplesmente habitável, sustentável ou próspera. (Fabbricatti e Biancamano, 2019; The Rockefeller Foundation and Arup, 2014).

- Refletividade - expressa a qualidade do sistema para aceitar a incerteza e a mudança inerentes e sempre crescentes no mundo contemporâneo;
- Robustez - expressa a qualidade de um sistema bem projetado, construído e gerenciado, que suporte os impactos de eventos perigosos sem danos significativos ou perda de funcionalidade;
- Redundância - expressa a qualidade em um sistema de apresentar diversos meios para atingir determinado objetivo ou cumprir uma função específica;
- Flexibilidade - expressa a capacidade de um sistema evoluir e adaptar-se às mudanças de circunstâncias;

- **Desenvoltura** - expressa a capacidade de uma cidade restaurar a funcionalidade de sistemas críticos, potencialmente sob condições severamente restritas;
- **Inclusão** - expressa a capacidade de promover o engajamento e consulta das comunidades, incluindo os grupos mais vulneráveis;
- **Integração** - expressa a necessidade sinergia entre os diversos sistemas urbanos para permitir que funcionem coletivamente.

As qualidades de resiliência podem ser separadas em classes, que possibilitem a análise em cada uma das dimensões da Paisagem Urbana Histórica analisada, para posterior definição de indicadores específicos e suas classes, em uma estrutura interconectada que possibilite uma avaliação compreensiva dos sistemas através da identificação das relações entre os indicadores no contexto urbano e da construção de cenários que levem em consideração os efeitos de transformações nos critérios em questão como também naqueles estreitamente relacionados.

Tabela 3 - Articulação das qualidades de resiliência com possíveis indicadores de performance

Qualidade de resiliência	Classes de resiliência	Dimensões	Classes de indicadores
Refletividade	Programação e gerenciamento de recursos	Ambiente físico Social Econômico Produtivo	Áreas verdes e de salvaguarda
	Capacidade de inovação		Compromisso cívico
Robustez	Qualidade da paisagem		Gerenciamento colaborativo de recursos
	Gerenciamento de Segurança e Recursos		Qualidade do ambiente construído
	Identidade cultural		Vitalidade do mercado imobiliário
Redundância	Diversificação de recursos		Gerenciamento de riscos e paisagens
Flexibilidade	Modularidade e descentralização da infraestrutura e gestão urbana		Serviços de infraestrutura
	Capacidade de inovação		Energia e resíduos
	Adaptabilidade a novas funções		Coerência do tecido urbano histórico
Desenvoltura	Disponibilidade de recursos		Educação e capital humano
	Coordenação na gestão de recursos		Estrutura demográfica
Inclusão	Compartilhamento e compromisso de escolher		Força de Trabalho
Integração	Conectividade de rede		Turismo
	Intermodalidade de sistemas de transporte		Pesquisa e desenvolvimento
	Modo interestelar de funções		Patrimônio Cultural

(Fonte: Adaptado de Fabbricatti e Biancamano, 2019)

Há de se considerar também o papel psicológico do Patrimônio na resiliência da sociedade, principalmente em períodos pós-crise, quando o ambiente construído, carregado de memórias, auxilia a união e o estado de pertencimento de uma população, contribuindo para a união e junção de forças para a recuperação ampla do local, refletindo na criação de laços sentimentais, entre as pessoas e a própria urbe.

Por isso, é fundamental a preservação dos itens e paisagens representativas, para a sociedade, pois isto pode auxiliar o sucesso de uma civilização, no que tange à sua permanência e capacidade de recuperação ante à períodos de crise.

2.3. Economia – Patrimônio e Turismo

É de extrema importância que os formuladores de políticas e gestores urbanos compreendam a relevância do papel desempenhado pelo patrimônio histórico cultural na geração de emprego e desenvolvimento econômico sustentável e incorporem esse entendimento às políticas de planejamento e desenvolvimento urbano, (O'Brien, J., 2012), a fim de recuperar mais rapidamente a economia.

As novas tendências de investimento externo direcionam para o aumento investido no setor de comércio de serviços, particularmente nas indústrias criativas. (UNCTAD 2004). No âmbito da competitividade de investimentos é de suma importância atrair, reter e desenvolver talento, para isso, faz-se necessário investir na formação de uma cidade que seja atraente para a "classe criativa" (Florida, 2002; O'Brien, 2012), mas também para uma gama variada de residentes, para que seja composta uma diversidade comunitária nas urbes.

Também é muito mais provável que as indústrias criativas se localizem em áreas urbanas habitáveis e culturalmente ricas e, por esse motivo, as decisões de localização corporativa se basearão cada vez mais na atratividade relativa das cidades e não dos países (O'Brien, 2012).

A economia do patrimônio, como área de estudo especializada, é relativamente recente. Discussões da UNESCO nas décadas de 1960 e 1970, destacavam os vínculos entre política cultural e desenvolvimento econômico. Mas foi somente na década de 1990 que começaram as discussões sobre as possibilidades de aplicação formal da teoria e práticas da economia à análise das decisões sobre patrimônio (Throsby, 2012).

Peacock, em 1995, aponta pela primeira vez a inadequação do uso simplista do princípio econômico do custo de oportunidade, para alocação de recursos em projetos patrimoniais. Segundo Peacock uma vez que, na maioria dos casos os projetos que envolvem bens patrimoniais usufruem de fundos públicos, as preferências públicas devem ser altamente consideradas no processo de tomada de decisão pelos gestores.

O Banco Mundial, descreve o patrimônio como um ativo, quando trata do patrimônio cultural como um componente dos projetos de empréstimos. Ancorando-se na teoria do capital, que define que o capital como bens duráveis que dão origem à fluxos de serviços ao longo do tempo, podendo ser combinado com outros insumos, como mão-de-obra, para produzir mais bens e serviços. Os economistas distinguem convencionalmente os diferentes tipos de capital, incluindo capital físico ou manufaturado, capital humano e capital natural. Atualmente o conceito de capital compreende o campo das artes e da cultura, a fim de reconhecer as características distintivas de certos bens culturais como ativos de capital, e capturar as maneiras pelas quais esses ativos contribuem, em combinação com outros insumos, à produção de outros bens e serviços culturais. Assim, o conceito econômico de capital cultural tomou forma (Throsby 2002, 2012; Ulibarri 2000; Shockley 2004; Cheng 2006; Wang 2007; Bucci e Segre 2011).

Pouco se sabe sobre os impactos econômicos culturais dos investimentos nos anos subsequentes aos investimentos aportados no estoque patrimonial, há de se desenvolver melhores ferramentas de monitoramento desses impactos, visando melhorar o gerenciamento dos projetos existentes e aprimorar o design e o planejamento de novos, sejam operações governamentais ou não (Throsby,

2012). Cabe avaliar que os impactos gerados por investimentos no setor patrimonial, varia de acordo com o contexto em que este está inserido, devendo ser captada a essência conjuntural da sociedade local.

Os impactos econômicos, mais facilmente mensurados, podem ser avaliados através de uma análise de custo-benefício ante-pós do projeto, com base em fluxos financeiros conhecidos desde a data de conclusão do projeto. Neste cenário, uma abordagem prática pode ser, reunir um conjunto de indicadores dos impactos econômicos do projeto, em que um indicador é definido como qualquer estatística que incida sobre algum aspecto dos possíveis efeitos econômicos do projeto (Throsby, 2012), desde valor imobiliário, renda média, etc.

Para monitorar os impactos culturais, que podem afetar a sustentabilidade do investimento pós-projeto, deve-se compilar um conjunto de indicadores culturais (Throsby, 2012), que são geralmente de difícil coleta e racionalização para aplicação estatística.

Os resultados econômicos das operações de investimento dependem da adequação e adoção de um conjunto de instrumentos de política (incentivos fiscais, acesso a linhas de crédito especiais, diferimento do imposto predial ou outros) que possam produzir retornos econômicos ideais e, ao mesmo tempo, proteger e preservar o ‘valor legado’ não mercadológico dos ativos do patrimônio cultural (Throsby, 2012)

Em 2005 o setor do patrimônio cultural, empregava mais de 300.000 pessoas na Europa e 7,8 milhões de empregos indiretos ao setor (Nypan, 2005), com postos distribuídos entre empresas privadas, autoridades públicas e organizações, instituições acadêmicas e ONGs. Entretanto os efeitos colaterais, relativos aos investimentos relacionados ao setor do patrimônio, impactavam em outros setores a taxa de emprego, ecoando por toda a economia (Gustafsson e Mellár, 2018).

A pesquisa de Nypan em 2015, ancorada em estatísticas oficiais que quantificavam a rotatividade econômica e o emprego gerados pelo setor do patrimônio cultural nas indústrias da construção, propriedade e imobiliário, turismo, cultura e criatividade permitiu avaliar estas contribuições. Estimou que o número de empregos pelo setor poderia ser da ordem de 9 milhões, ou aproximadamente 4% da força de trabalho da UE empregada, no período do estudo. O volume de negócios gerados na indústria da construção civil, imobiliária, turismo e cultural e criativa é de 498 bilhões de euros por ano, ou 3% do PIB da EU, sendo a Conservação, renovação e manutenção responsáveis por mais de um quarto da indústria da construção europeia (Nypan, 2015).

2.3.1. TURISMO

O turismo é frequentemente o primeiro negócio que é entendido e mencionado quando são discutidos os benefícios econômicos do patrimônio cultural, uma vez que ambientes históricos acessíveis e conservados são importantes fontes de turismo em muitas regiões. O turismo de patrimônio cultural movimenta a economia diretamente, através da compra de bens e serviços e indiretamente, gerando emprego em hotéis, restaurantes, agências de viagens, museus, guias, assim como na produção de lembranças e muito mais (Gustafsson e Mellár, 2018).

Mas hoje compreende-se que os impactos socioeconômicos dos investimentos no patrimônio cultural vão além do turismo. Muitas regiões, cidades e locais individuais têm grandes problemas com excesso de visitantes, destinando as parcelas atraentes das cidades reservadas para a indústria do turismo, com grandes investimentos, abstendo outras regiões destes investimentos. Há de se avaliar também o impacto negativo no meio ambiente, com excesso de viagens de carro e avião

geradas pelo turismo, bem como o aumento de produção de dejetos e consumos energéticos (como exemplos água, luz, lixo, entre outros), alterando o metabolismo urbano, principalmente nos períodos de alta temporada turística. O turismo mal gerido, consome o seu principal atrator turístico, principalmente em cidades focadas no turismo cultural (como a cidade do Porto), uma vez que a má gestão deste setor, pode enfraquecer a identidade cultural do local, deixando de ser atrativa. Segundo Benjamin (2001) trata-se de um rito autofágico correspondente às mercadorias propriamente ditas, assim como as cidades “mercantilizadas” no cenário do turismo cultural.

A Europa é reconhecida mundialmente como o maior destino turístico, devido ao grande acervo patrimonial histórico, sendo o turismo a terceira maior atividade econômica da UE. Entretanto, a participação da Europa no mercado global está diminuindo (Juul, 2015). A herança cultural europeia é um ativo não apenas para a atração de visitantes, mas também talentos e investidores. Os centros históricos, geralmente hospedam as maiores empresas, principalmente do setor de inovação, por sentirem maior facilidade de atrair e fixar especialistas para viverem num ambiente culturalmente rico. Sendo assim, paisagens urbanas históricas, podem auxiliar no aumento da competitividade da economia europeia a longo prazo (Gustafsson e Mellár, 2018).

Neste cenário, a maioria das cidades históricas procura promover o acervo de monumentos e locais a serem considerados pela UNESCO para a Lista do Patrimônio Mundial, acreditando que isso vá trazer reconhecimento internacional e, com isso, perspectivas de ganhos econômicos futuros. No entanto, os benefícios sociais e econômicos que podem derivar da classificação do patrimônio são muitas vezes difíceis de alcançar, e equilibrar com necessidades emergentes da sociedade. Podem consequentemente surgir questões conflitantes entre as regras de proteção aplicadas ao patrimônio classificado e oportunidades econômicas alternativas surgidas após a nomeação, em particular em tempos de crise econômica e aumento da concorrência entre cidades (Ost, C., 2012).

Geralmente, os lugares turísticos, em qualquer cidade, são projetados para serem vividos pelos turistas, no entanto, os próprios turistas podem sentir-se inadequados dentro dos espaços criados, desviando-se para outros locais menos turísticos (Lopes, J., 2002), tornando-os ‘turísticos’ pelo simples anseio do turista em vivenciar a experiência local, não planejada cuidadosamente por gestores do espaço urbano. O visitante, usualmente, carrega suas próprias imagens de um determinado local, estimuladas por sua imaginação e pela curiosidade de visualizar o destino. Quando esse núcleo de imagens não corresponde ao que é verdadeiramente encontrado lá, o turista provavelmente buscará reinterpretar o espaço (Miranda, 2018). Vulgarmente, buscará vivenciar o que de fato se apresenta no local visitado.

Por isso é fundamental alternar o tipo de turismo explorado em cada espaço urbanizado, bem como usar o patrimônio histórico de formas diversificadas, para atrair mais empresas, residentes fixos e constantes atividades culturais, mantendo assim, a essência da cidade, minimizando os impactos de nichos excessivamente mercantilizados para o turismo.

Nos últimos anos o turismo internacional emergiu como um dos setores que mais cresce na economia mundial, e com tendência de crescimento nas próximas décadas. Muitos países aproveitaram a oportunidade embarcando em políticas e programas orientados para o turismo, inspirados em várias histórias de sucesso atribuídas à especialização neste setor, e cada vez mais países em desenvolvimento estão adotando essa estratégia para emergir da armadilha do desenvolvimento (Arezki, Cherif, Piotrowski, 2012).

No último ano (2019), o turismo internacional, em nível mundial, apresentou crescimento de 3,9% de saídas, sendo um ponto percentual abaixo do apresentado em 2018. As viagens de lazer aumentaram quatro pontos percentuais, enquanto as viagens a trabalho mantiveram-se estagnadas

(ITB, 2020). Fato este que ressalta a necessidade do ser humano em vivenciar as experiências locais, por prazer, como forma de lazer, usufruindo a cultura de outro local e vivenciar uma realidade diferente da sua cotidiana.

Cabe destacar o continente asiático, especialmente a China, como o maior responsável pela manutenção da tendência ascendente do turismo internacional, sendo responsável por um índice de crescimento acima da média (9%), enquanto a América latina apresentou um declínio de 3% em 2019, de saídas. Da mesma forma, a Ásia apresentou-se como destaque em destinos de viagens turísticas, com um crescimento de 6% de visitantes em 2019, tendência ascendente, bem como o continente europeu, que apresentou um crescimento global de 3,5% neste mesmo período (ITB, 2020).

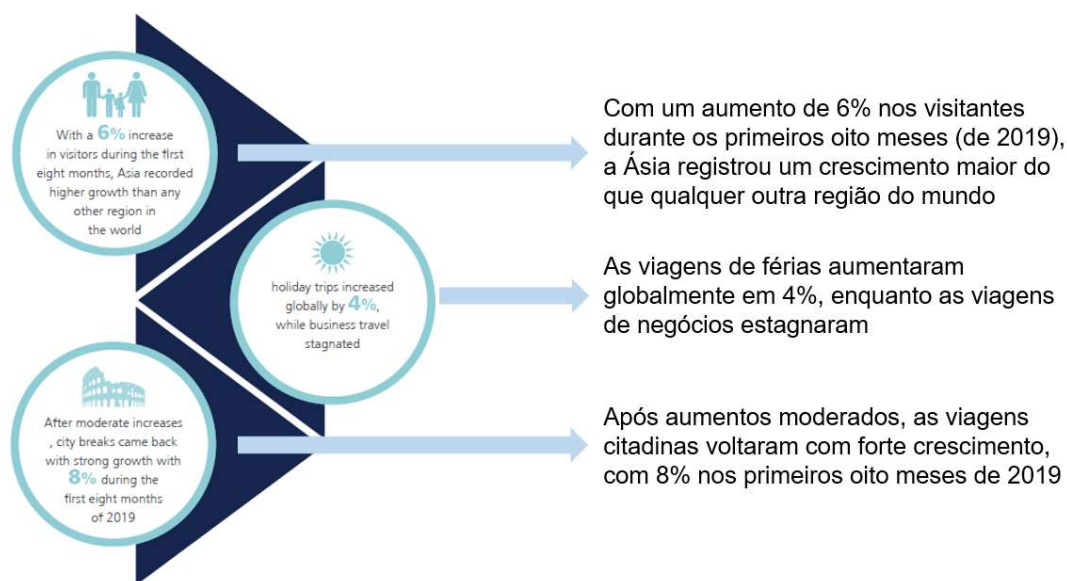


Figura 6 – Destaques do cenário turístico dos primeiros 8 meses de 2019

(Fonte: ITB, 2020)

Nos primeiros 8 meses de 2019 observou-se um forte crescimento (9%) nas viagens de férias com destinos urbanos, sendo responsáveis por 30% do mercado global de viagens. Na Europa as viagens a lazer aumentaram 3%, sendo o turismo citadino responsável por um aumento de 7% nas deslocações, entretanto os destinos praiados continuam a ser os mais procurados no continente europeu.

No último relatório do IPK International (Consultora de Turismo), as previsões globais do mercado de saída para 2020 eram positivas, prospectando um crescimento de 4%. Sendo as viagens de saída de asiáticos novamente responsáveis pelo maior crescimento (expectado em 5%). Para as viagens de ida para a Europa, estava projetado uma taxa de crescimento de três a quatro por cento.

Com relação às escolhas de destinos, as viagens à Europa apresentaram um crescimento de 3%, enquanto à Ásia apresentaram 2%. Destacam-se como mercado emergente de destino a Turquia, Portugal, Grécia e Alemanha com aumento superior à média continental.

2.3.2. IMPACTOS PELO COVID-19

Entretanto o ano de 2020 começa com a disseminação pandêmica do vírus SARS-CoV-2 Severe Acute Respiratory Syndrome (Síndrome Respiratória Aguda Grave) – Coronavírus – 2, dissipando a COVID-19 (Coronavirus Disease), em âmbito global.

Superficialmente, o surto induziu um processo de 'des-globalização' forçando os países a fechar fronteiras, impedindo fluxos normais de mercadorias, capital e pessoas, tendo os negócios e a produção sido encerrados temporariamente. Além das terríveis consequências à saúde, a pandemia de COVID-19 está impactando a macroeconomia, gerando custos econômicos maciços e de grande alcance para todos os países, incluindo China, EUA, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália - os países do G7- que, em conjunto, compartilham 60% da oferta e demanda mundial (PIB), 65% da manufatura mundial e 41% da exportações mundiais de manufatura. Sendo assim, haverá uma reação em cadeia afetando a economia em escala mundial e possivelmente persistente (Barua, S. 2020, Baldwin, e di Mauro, 2020).

Estima-se que o crescimento do PIB possa cair entre 3% e 5% em um cenário moderado, dependendo do país, com um custo aproximado de 2-2,5% do crescimento global do PIB para cada mês adicional de desligamento econômico. Embora as economias orientadas a serviços sofram maiores impactos, países como Grécia, Portugal e Espanha (que dependem amplamente do turismo) serão possivelmente mais afetados por essa crise (Fernandes, 2020).

O turismo é especialmente impactado pelas medidas adotadas no combate a pandemias, em função das restrições de mobilidade e do distanciamento social (populações vulneráveis ou inteiras), incluindo bloqueio (isolamento domiciliar, quarentena voluntária / necessária), fechamento de escolas / universidades e empresas / locais de trabalho não essenciais, cancelamento ou adiamento de eventos (exemplo, grandes conferências e feiras, concertos e festivais, debates políticos e eleições, estações esportivas e Jogos Olímpicos). Com as proibições internacionais de viagens, que afetaram mais de 90% da população mundial, somadas as restrições generalizadas de reuniões públicas e mobilidade da comunidade, o turismo cessou em março de 2020. (Gössling e Hall, 2020). Os turistas tiveram que rapidamente retornar aos países de origem, o que, no caso de importantes mercados de saída, envolveu centenas de milhares de cidadãos em todas as partes do mundo.

As incertezas, de acordo com as estimativas dos impactos causados pelo COVID-19 no setor turístico, podem ser retratadas através de dois comunicados da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (UNWTO) à imprensa, sendo um no início de março de 2020 e outro no final do mesmo mês, que evidenciam a dificuldade de avaliar cenários futuros e eventuais consequências para o turismo. O comunicado datado de 6 de março de 2020, estimava que o surto causaria a diminuição de 1-3% (em comparação com 2019) de chegadas de turistas internacionais, em vez do crescimento previsto de 3-4% da UNWTO (2020a). Em 26 de março, este posicionamento foi revisto, e projetou-se uma perda de 20 a 30% nas chegadas internacionais, traduzindo perdas de receita de US \$ 300 a 450 bilhões (UNWTO, 2020b).

Uma vantagem da especialização no turismo, em oposição a uma estratégia orientada para a exportação e manufatura, é que requer menos capital, infraestrutura e mão de obra qualificada. No entanto, por natureza, a indústria do turismo depende de um conjunto limitado de serviços produzidos com pouco espaço para expansão e realocação de mão-de-obra; portanto, precisa fazer parte de uma estratégia abrangente de diversificação econômica para ser sustentável e inclusiva (Arezki, Cherif, , Piotrowski, 2012).

Uma questão-chave para todos os subsectores de turismo (aviação; alojamento; reuniões, incentivos, conferências e exposições e eventos esportivos; restaurantes; e cruzeiros) era, durante o 'lockdown', quando as viagens - internacionais e domésticas - ou quando empresas de turismo e hospitalidade, como acomodações, cafés ou restaurantes, poderiam reabrir (Gössling, Scott e Hall, 2020). Entretanto, verificam-se, ainda hoje, os impactos pós fechamento, com medidas restritivas de viagens, de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de alimentação.

O setor do turismo é atualmente, junto com o da cultura, um dos mais atingidos pelo surto de COVID-19 (Nicola et al., 2020). Como consequência direta do COVID-19, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) alertou que 50 milhões de empregos no setor global de viagens e turismo podem estar em risco (Fórum Econômico Mundial, 2020).

Qualquer estratégia de especialização monofuncional pode colapsar a economia do local se algo desestabilizar este setor, por isso também é importante estratégias abrangentes de desenvolvimento económico, diversificando o uso do acervo de bens patrimoniais disponíveis para outros fins, que compreendam toda a sociedade dos variados extratos.

2.4. Governança – Patrimônio e Território

Em termos amplos, pode-se sugerir que a governança baseia-se em dois principais conjuntos: um formado por leis, regras e padrões fundamentais, sendo os princípios de ordenação que fornecem a estrutura constitucional para governar; o outro por um conjunto de técnicas, ferramentas e práticas que definam como o governo é realizado (Gamble, 2007 apud Winter T., 2015), ou ainda, que são modos estruturados pelos quais as preferências divergentes dos diversos atores independentes são traduzidas em escolhas políticas 'para alocar valores', de modo coordenado visando alcançar os objetivos (Eising e Kohler-Koch, 1999, apud Stead, 2014).

A distinção crucial entre governo e governança é a noção de sociedade civil, sendo definida como a vida pública de indivíduos e instituições fora do controle do estado. A governança é o processo de interação entre o setor público e os vários atores ou grupos de atores da "sociedade civil" (Paproski 1993, apud Ripp & Rodwell, 2016). Gonzáles e Healey (2005), demonstram ainda que as novas dinâmicas envolvendo a sociedade civil no processo de governança tem o potencial de tornar estes processos mais amplos e inclusivos.

Neste mesmo sentido, o Instituto Canadense de Governança (2001, p. 7), considera que a “governança é uma interação dinâmica que envolve estruturas, funções (responsabilidades), processos (práticas) e tradições organizacionais que o conselho de uma organização usa para cumprir a missão organizadora.”, podendo a organização ser aplicada como o município.

Foi verificada na bibliografia existente várias definições para o termo governança, tanto coincidentes como divergentes (Rhodes, 2000), entretanto, observa-se consenso no que se refere à variedade de contextos nos quais o termo pode ser referido, político, económico, internacional, corporativo, ético e técnico nos quais pode ser empregado descritivamente (empiricamente), teoricamente e normativamente como um conceito analítico (Stead, 2014). A diversidade de contextos em que pode ser aplicada, faz com que esta possa variar consoante ao país e até mesmo entre regiões de um mesmo país, uma vez que os atores não-governamentais e os fatores culturais também interferem sobre a natureza da governança (Kohler-Koch, 1999, Loughlin, 2007 e Stead, 2014), podendo ainda possuírem os mais variados arranjos, sejam formais, informais, horizontais e verticais preocupando-se principalmente com o alcance (Kohler-Koch, 1999; apud Stead, 2014).

Existe ainda uma classificação sobre governança, no que tange à ao espaço abrangido sendo caracterizada por Hooghe e Marks (2003) em dois tipos básicos I e II (Tabela 04).

O Tipo I delimita as competências em jurisdições territoriais pré-estabelecidas com propósitos gerais, exclusivas à cada nível de atuação, sendo abrigadas integralmente pelo nível superior (Hooghe & Marks, 2001), mantendo uma grande relação hierárquica com relação às fronteiras territoriais. Entretanto, cabe analisar que os problemas políticos, não podem ser resolvidos dentro de esferas burocráticas pré-estabelecidas com escalas e territorialidades determinadas quando transcendem as fronteiras administrativas (Gualini, 2006; Salet, 2006).

Em contrapartida, a governança do Tipo II consiste em uma teia de inúmeras jurisdições sobrepostas, orientadas por tarefas. Cada jurisdição é definida de modo a abranger um determinado número de tarefas, ou problemas, relacionados. Neste, os territórios são definidos por critérios funcionais, sendo assim, um local pode fazer parte de várias jurisdições sobrepostas e cruzadas, e até concorrentes em termos de objetivos políticos" (Frey e Eichenberger, 1996).

Tabela 4 - Caracterização da Governança Multinível

	Tipo I	Tipo II
Jurisdições	Propósito geral	Tarefa específica
Limites	Associações sem interações	Associações com interações
Escalas	Limitado número de níveis	Ilimitado número de níveis
Estrutura Organizacional	Estruturação do sistema	Desenho flexível

(Fonte: Hooghe and Marks, 2003 - tradução autoral)

A fim de diferenciar os dois tipos de governança Blatter (2004) propõe os termos governança territorial e governança funcional (Tabela 02). Esta classificação, aproxima-se das definições de governança multinível de Hooghe e Marks (Tipo I e Tipo II) e incorpora as ideias sobre "espaço de fluxos" e "espaço de lugares" (de Castells, 1996, apud Stead, 2014).

Tabela 5 - Caracterização das Governanças

	Governança territorial (espaços do local)	Governança funcional (espaços de fluxos)
Padrão estrutural de interação	Hierarquia: monocentricidade	Rede: policentricidade
Escopo funcional	Ampla (todas / muitas tarefas)	Estreito (uma / poucas tarefas)
Escala Geográfica	Agrupamentos/escalas definidas: limites congruentes	Escalas múltiplas / difusas: geometria variável
Estabilidade institucional	Estável / rígido em relação ao tempo e espaço	Fluido / flexível em relação ao tempo e espaço

(Fonte: Blatter, 2004; Stead, 2014 - tradução autoral)

O Relatório Barca (2009), encomendado por Danuta Huëbner², para abrir um debate sobre a futura política de coesão europeia, aborda os temas de desenvolvimento ancorando-se no “novo paradigma da política regional” promovido pela OCDE (2009). Tendo como estratégia os projetos de desenvolvimento integrado, com diferentes atores e subsidiários (públicos e privados), que abrangem as unidades econômicas funcionais.

Tabela 6 - Velhos e novos paradigmas da política regional

² então Comissário Europeu responsável pela política de coesão da UE

	Antigos Paradigmas	Novos Paradigmas
Objetivos	Compensar temporariamente as desvantagens de localização das regiões mais atrasadas	Aproveitar o potencial subutilizado em todas as regiões para aumentar a competitividade regional
Unidades de intervenção	Unidades Administrativas	Áreas econômicas funcionais
Estratégias	Abordagem setorial	Projetos de desenvolvimento integrado
Ferramentas	Subsídios e auxílios estatais	Mistura de capital flexível e rígido (estoque de capital, mercado de trabalho, ambiente de negócios, capital social e redes)
Atores	Governo central	Diferentes níveis de governo

(Fonte: OECD, 2009 - Tradução autoral)

No que tange o planejamento espacial, pode-se encontrar, vários casos de governança do Tipo II, entretanto o mais usual é a governança do Tipo I, visto que a maioria dos planejadores tendem a compreender mais facilmente estes limites territoriais pré-definidos (Faludi, 2012).

2.4.1. GOVERNANÇA TERRITORIAL

Verificando-se que a Governança em Portugal tende a ser mais territorial, coube aprofundar um pouco mais sobre esta e avaliar suas diversas interpretações, sendo para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), definida como:

“A maneira pela qual os territórios de um estado nacional são administrados e as políticas implementadas, com particular referência à distribuição de papéis e responsabilidades entre os diferentes níveis de governo (supranacional, nacional e subnacional) e os processos subjacentes de negociação e construção de consenso.”

(OCDE, 2001, p. 142 - tradução autoral)

A governança territorial é entendida, por Lidström (2007) como a relação entre governança e território:

“a política, os políticos e administração do território - nos níveis local, regional, nacional e da União Europeia (UE). Relaciona-se com o número de níveis de governo, como as fronteiras são traçadas, como as funções são alocadas, com a extensão da autonomia e como as unidades são governadas. Também se refere a padrões de cooperação e colaboração, tanto entre unidades de governo quanto entre atores governamentais e não governamentais.”

(p. 499) (tradução autoral)

Para Davoudi et al. (2008) a governança territorial é percebida como um modo de operação, tal como uma “ação coletiva territorial, baseada na abertura e transparência do próprio processo, na cooperação/coordenação entre os atores (horizontal e verticalmente) e em uma estrutura de subsidiariedade mais ou menos explícita” (p. 35) (tradução autoral). Neste sentido, consideram que a governança territorial relaciona-se com quatro questões base:

- Coordenação vertical;

- Coordenação horizontal;
- Participação e envolvimento da sociedade civil e dos interesses organizados;
- Ações territorializadas.

Entre tantas interpretações da governança territorial, estas muitas vezes consubstanciam-se com algumas características da governança “simples”, tais como coordenação vertical e horizontal, participação ou envolvimento público e privado e distribuição de poder e responsabilidades entre os diferentes níveis de tomada de decisão. Todavia, a governança territorial distingue-se da governança “simples” em termos de processos de gerenciamento da dinâmica territorial (focada especificamente no gerenciamento do desenvolvimento territorial, incluindo a conquista da coesão territorial), monitoramento e avaliação dos impactos territoriais e processos de delimitação dos limites e escalas para lidar com diferentes questões ou problemas políticos (Stead, 2014).

Há de se compreender que os desafios complexos de contemporaneidade não respeitam limites rígidos, fazendo-se necessário novos tipos de cooperação para lidar com questões prementes, como a intensificação da concorrência global, a coesão territorial, as dinâmicas da população, bem como as alterações climáticas.

2.4.2. GOVERNANÇA NO SETOR DO PATRIMÔNIO

No que tange os recursos patrimoniais, a qualidade insubstituível desses torna o conhecimento de seu significado e habilidade em sua conservação elementos primordiais para a tomada de decisões econômicas e políticas, requerendo uma forma de governança, envolvendo a governança do espaço, das pessoas, das culturas e naturezas, dos mundos materiais e imateriais (Winter T., 2015). Podendo ser considerada como 'boa governança', definida amplamente como o "modo ou modelo de governança que leva aos resultados sociais e econômicos buscados pelos cidadãos" ou como "a obtenção dos resultados desejados, consistentes com os valores normativos de democracia e justiça social" (Instituto de Governança Canadense, 2003, p. 8; Instituto de Governança Canadense, 2001, p. 7 - tradução autoral).

Shiple e Kovacs (2008) resumiram os princípios e critérios da boa governança, adotando como referência o conjunto de princípios de governança desenvolvidos no documento “Princípios de Governança para Áreas Protegidas” do Instituto de Governança (Canadá, 2003), embasada na lista de características de boa governança do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 1997). E inseriram itens específicos para o setor de conservação do patrimônio após considerações da UNESCO, ICOMOS e outros relatórios de governança (*). Formando uma base sólida para a formulação de políticas de governança destinadas à gestão de lugares e instituições relacionadas ao patrimônio cultural e construído.

O estudo de Shiple e Kovacs (2008) corrobora a idéia que as informações e novos conhecimentos derivados do estudo relacionados ao patrimônio precisam ser compartilhados e que as tradições de todas as pessoas em uma determinada área devem ser respeitadas. Isso significa que não apenas os prédios e locais históricos do grupo étnico ou cultural dominante devem ser comemorados, mas também os de todos os habitantes.

Tabela 7 - Princípios da Boa Governança

Princípios da Boa Governança	Crítérios da Boa Governança
Legitimidade e voz: Princípio baseado na participação e orientação de consenso	Existência de um contexto democrático favorável; Grau adequado de descentralização na tomada de decisões; Gerenciamento colaborativo na tomada de decisões; Participação cidadã que ocorre em todos os níveis de tomada de decisão; Existência de grupos da sociedade civil e mídia independente; Altos níveis de confiança; *Ponderação adequada dos conhecimentos técnicos na tomada de decisões; *Reconhecer tradições de todos os povos;
Direção: Princípio baseado em visão estratégica que inclui desenvolvimento humano e complexidades históricas, culturais e sociais	Coerência com a direção internacional; Existência de direção legislativa; Existência de planos para todo o sistema; Existência de planos de manejo; Demonstração de liderança eficaz; *Liderança livre de conflitos de interesse;
Performance: Princípio baseado na capacidade de resposta das instituições e processos às partes interessadas e na eficácia e eficiência	Relação custo-benefício; Capacidade; Coordenação; Informações de desempenho para o público; Responsividade; Monitoramento e avaliação; Gerenciamento adaptativo; Gerenciamento de riscos; *Envolver pessoas com níveis adequados de habilidade, conhecimento, experiência e profissionalismo;
Reportabilidade/Probidade: Princípio baseado na prestação de contas às partes interessadas públicas e institucionais e na transparência	Clareza; Coerência e amplitude; Papel dos líderes políticos; Instituições públicas de prestação de contas; Sociedade civil e mídia; Transparência; *Garantia contra conflito de interesses; *Garantir o compartilhamento completo de novos conhecimentos;
Justiça: Princípio baseado na equidade e no estado de direito	Existência de um contexto judicial de apoio; Aplicação justa, imparcial e eficaz das regras de conservação; Justiça no processo de criação de novos locais de conservação; Justiça na gestão dos locais de conservação; *Cautela e equilíbrio nas decisões quando ocorrem conflitos entre diferentes princípios.

(Fonte: Shipley e Kovacs, 2008)

*Adicionado à lista original após consideração da UNESCO, ICOMOS e outros relatórios de governança (Outros relatórios de governança: Carta de Veneza (1964, 1965), Carta de Florença (1982), Carta de Washington (1987), Carta de Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico (1990), Carta do Patrimônio Cultural Subaquático (1996), Carta do Turismo Cultural (1976), Princípios para a preservação de estruturas de madeira (1999), Carta sobre o patrimônio vernacular construído (1999), Introdução da Arquitetura Contemporânea em Grupos de Edifícios Antigos (1972), Resoluções de Bruges (1975), Declaração de Tlaxcala (1982), Declaração de Dresden (1982), Declaração de Roma (1983), Educação e Treinamento em Conservação (1993), Documento de Nara (1994), Declaração de San Antonio (1996), Princípios para a gravação de monumentos (1996), Declaração de Estocolmo sobre Direitos Humanos (1998), Declaração de Deschambault ICOMOS Canadá (1982), Carta Appleton ICOMOS Canadá (1983), Seminário ICOMOS Brasil (1987), ICOMOS Nova Zelândia (1992), Burra Charter (versão de 1999), Carta de Preservação das Cidades e

Áreas Históricas dos Estados Unidos da América, Carta de Atenas (1931), Normas de Quito (1967), Declaração de Amsterdã (1975), Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975)).

É de suma importância as práticas de boa governança relacionadas aos bens de valor patrimonial, destacando nas urbes o que se refere patrimônio construído e cultural, face à grande relevância desses para o desenvolvimento econômico, bem como para a sociedade civil no que se refere à manutenção dos valores culturais. O patrimônio cultural, no que tange ao turismo, é um importante tema de desenvolvimento, como indicado no documento ‘Perspectiva de Desenvolvimento Espacial Europeu’ (Comissão Europeia, 1999), através de iniciativas para a busca do status de Patrimônio Mundial e estratégias regionais de marketing (Hall, 2004, apud Shipley e Kovacs, 2008). A Declaração de Mascate, sobre Ambientes Construídos para o Turismo Sustentável (UNWTO, 2005) reconhece esse fator e trata sobre a responsabilidade de garantir impactos positivos relacionados ao turismo.

O patrimônio urbano encontra-se sob grande ameaça, resultante, em grande parte da falha em perceber suas múltiplas conexões e relações, com modelos de gestão oriundos do pós-Segunda Guerra Mundial onde apenas prediziam a sobrevivência de um acervo altamente selecionado, originando uma lacuna na associação com os aspectos de migração e mudanças demográficas, desconectados das novas agendas globais de desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas e fracassando promover a relação entre conservação e nova construção como formas complementares de desenvolvimento (Ripp e Dennis Rodwell, 2016). Evidencia-se ainda hoje a necessidade da adoção de melhores critérios de seleção nos bens a serem classificados patrimoniais, bem como na organização da gestão destes, para que não se comprometa as finanças públicas com o alto custo de preservação destes bens.

O patrimônio urbano é um sistema complexo composto por patrimônio tangível e intangível com uma ampla definição derivada de sua significância pela comunidade, os cidadãos precisam se engajar em sua definição para que possam assumir a responsabilidade de custodiantes. As cidades históricas avaliadas, por profissionais do patrimônio, como de alto valor patrimonial, possuem também um amplo conjunto de valores aos olhos de seus cidadãos, valores estes que não estão integrados às políticas e às práticas de planejamento urbano, de modo que nem o patrimônio urbano nem o planejamento urbano estão em posição de realizar seu potencial diante das agendas globais do século XXI. (Ripp e Dennis Rodwell, 2016).

Cabe destacar que o patrimônio urbano cultural, pode não ser o mais economicamente eficiente ou sustentável, uma vez que deve cumprir ainda seu papel social perante a comunidade local, podendo tornar-se alvo de ações que comprometam sua função social em benefício de maiores lucros.

Segundo a Comissão Europeia, entende-se por desenvolvimento urbano sustentável integrado:

“É cada vez mais claro que os vários desafios enfrentados pelas áreas urbanas - econômico, ambiental, climático, social e demográfico - estão entrelaçados e o sucesso no desenvolvimento urbano só pode ser alcançado através de uma abordagem integrada. Portanto, medidas relativas à renovação física urbana devem ser combinadas com medidas que promovam educação, desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. O desenvolvimento de fortes parcerias envolvendo cidadãos locais, sociedade civil, economia local e os vários níveis de governo é um elemento indispensável. A combinação de capacidades e conhecimento local é essencial para identificar soluções compartilhadas e alcançar resultados bem aceitos e sustentáveis.”

(Comissão Europeia, Integrated Sustainable Urban Development, 2014.p2)

Compreendendo a diversidade de parâmetros, desafios e processos existentes e suas influências e relações entre si, pode-se desenvolver uma variedade de ações duras e leves que combinadas entre si podem alcançar um desenvolvimento relevante no que tange o patrimônio urbano, onde a complexidade de parâmetros e processos interdependentes ativos ocorre em simultâneo.

Os desafios globais, regionais e locais, como mudanças climáticas, transformações demográficas, (incluindo a migração), integração comunitária e desenvolvimento econômico, influenciam o patrimônio urbano de forma multinível. Entretanto a maioria dos municípios funciona com um modelo de governança independente e estruturalmente semelhante. Majoritariamente organizados de maneira clássica 'unidimensional', liderados por um chefe administrativo (presidente da Câmara, Prefeito), com representantes políticos em subníveis, responsáveis por setores distintos, como finanças, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, habitação e educação. Essa estrutura administrativa em seções temáticas resulta e depende de uma hierarquia de comando, de comunicação e de procedimentos de trabalho baseados em posicionamentos e orçamentos que são determinados isoladamente e competindo entre si. A comunicação é mono-direcional, seguindo a hierarquia linear de comando, antes ao diálogo moderado. Prevalece a perspectiva individualizada de tópicos inerentes a cada setor administrativo, ante à uma percepção abrangente do sistema como um todo (Ripp e Rodwell, 2016). Neste modelo organizacional as soluções criativas com abordagens inovadoras, bem como a validação da comunidade como uma entidade legal ainda são difíceis, apesar de observar-se uma acelerada alteração neste paradigma nos últimos anos.

A complexidade de certos temas deve interconectar variados setores do governo municipal, como a preservação de prédios históricos, que geralmente é organizada como uma especialidade dentro de um único setor ao invés de ser uma ação coordenada com outros setores para uma solução abrangente. (Scheffler, et al., 2010)

Os desafios enfrentados pelas cidades no século XXI não comportam serem confinados em uma única especialidade de um setor, uma vez que impactam em várias partes de um sistema inter-relacionado. A solução para maior eficiência, inovação e avançar as etapas para tornar as cidades mais resilientes é organizar a administração e a rede de comunicação de maneira integrada (Ripp, 2013, apud Ripp e Rodwell, 2016).

Na Carta de Leipzig de 2007, os ministros responsáveis pelo desenvolvimento urbano nos Estados Membros da União Europeia, clarificam que somente através de uma abordagem integrada as administrações podem agir e reagir de maneira eficaz:

“Para nós, política de desenvolvimento urbano integrado significa considerar simultânea e justamente as preocupações e interesses relevantes para o desenvolvimento urbano. A política integrada de desenvolvimento urbano é um processo no qual os aspectos espaciais, setoriais e temporais de áreas-cruciais da política urbana são coordenados. O envolvimento de atores econômicos, partes interessadas e público em geral é essencial. A política integrada de desenvolvimento urbano é um requisito essencial para a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE. Sua implementação é uma tarefa de escala europeia, entretanto, é uma tarefa que deve levar em conta as condições e necessidades locais, bem como a subsidiariedade.”

(Conselho da Europa, Carta de Leipzig, 2007)

A boa governança tem como papel fulcral coordenar o gerenciamento de propriedades físicas em concordância com a conjuntura local, de modo a desempenhar a pleno seu papel essencial como espaços de interação humana, acompanhando a constante evolução da sociedade contemporânea.

Reconhecendo que a salvaguarda do patrimônio cultural é onerosa e conflita com outras necessidades da geração atual, é necessário gerenciar racionalmente esses ativos, equilibrando a preservação da memória com a escassez de recursos financeiros do Estado, porque a preservação da memória precisa de investimentos que, alternativamente, possam ser atribuídos a outras necessidades públicas imediatas (por exemplo, saúde, emprego, educação, ...). Se essa coexistência de interesses não for bem equilibrada, políticas para salvaguardar o valor cultural tenderão a ser contraproducentes, com forte resistência por parte da população (Gomes, 2011).

Uma maneira sustentável de manter os ativos patrimoniais é possibilitar auferir renda através do seu usufruto pela comunidade, que pode apreciá-los através de visitas ao imóvel, quando isto for possível, mesmo que parcial, para não comprometer as atividades originais. Apesar da rentabilização da visitação dos bens de valor histórico, os custos para manutenção e preservação de suas características originais, justamente o que os torna interessante, é demasiado oneroso para que os ativos sejam economicamente auto-suficientes apenas com receitas de fruição (quando aplicável), por isso é imperativo encontrar soluções complementares (Gomes, 2011).

2.4.3. POLÍTICAS NO SETOR DO PATRIMÔNIO

A Constituição da República Portuguesa, em seu artigo 78, insere regras de natureza subjetiva e objetiva, relacionadas à proteção do patrimônio, induzindo a percepção do direito do cidadão de usufruir do patrimônio, colocando-o como parte do valor cultural, e não mais como um mero observador da herança herdada. Ao mesmo tempo, insere normas para a promoção e proteção de valores culturais (Gomes, 2011).

O Patrimônio Cultural, objeto de proteção e valorização especiais, refere-se a todos os bens que são / foram testemunhos de civilizações ou valores culturais (que mantêm um interesse cultural relevante), bem como os respectivos contextos que, devido ao seu valor testemunha, mantêm com os bens uma relação interpretativa e informativa, formando a paisagem urbana histórica (Assembleia da República, 2001).

As funções de patrimônio são identificadas principalmente no nível das políticas públicas nacionais, regionais e municipais nas esferas de preservação e promoção do patrimônio cultural pela população (Assembleia da República, 2001), apesar de essa responsabilidade ser compartilhada com os proprietários de edifícios classificados ou em processo de classificação Patrimonial, uma vez que a memória deve ser perpetuada para as gerações futuras, como foi perpetuada para a geração atual (Assembleia da República, 2001).

A LPC - Lei de Bases do Patrimônio Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro) destaca a contribuição pública do Estado na conservação do patrimônio cultural, por meio de subsídios e linhas de crédito específicas, desde que os recursos sejam alocados para a efetiva conservação e valorização dos bens do patrimônio.

Em Portugal, foi instituído o Fundo de Salvaguarda do Patrimônio Cultural (Decreto-Lei 138/2009, de 15 de junho) para financiar a conservação de edifícios e locais incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, bem como os classificados como patrimônio cultural ou em processo de classificação como bem de interesse nacional ou público em risco de destruição, perda ou deterioração. Também é responsabilidade do Fundo auxiliar em emergências ou calamidades públicas envolvendo

patrimônio cultural classificado ou no processo de classificação de interesse nacional ou público; financiar operações de reabilitação, conservação e restauração de propriedades classificadas no Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado; financiar a aquisição de bens classificados ou em processo de classificação de bens culturais, realizada mediante o exercício do direito de preferência pelo Estado ou expropriação.

O Fundo de Salvaguarda do Patrimônio Cultural também pode estabelecer mecanismos de articulação com outros fundos públicos ou privados com o objetivo de reabilitação, conservação e restauração de edifícios, classificados ou em processo de classificação, ou propriedades localizadas em suas respectivas zonas de proteção.

Para financiar obras de recuperação de imóveis classificados existe o Programa cheque-obra, que consiste em, por meio de contratos firmados entre o Estado (ou outra concessionária pública) e empresas aderentes ao programa quando o Estado ou uma concessionária pública adjudique uma obra pública de valor igual ou superior a 2.500 000 euros, este faça uma doação em espécie ou obras (Portugal, 2009a).

Quando o imóvel de classificação Patrimonial pertence ao estado e é usado para serviços públicos, o Fundo de Salvaguarda do Patrimônio Cultural deve ser coordenado com o apoio do Fundo de Conservação e Reabilitação do Patrimônio (DL 24/2009 de 21 de janeiro), mas a restauração não deve ter como único objetivo a modernização de edifícios, devendo contemplar também obras de segurança e saúde dos edifícios, bem como aquelas destinadas a promover a respectiva eficiência energética (Portugal, 2009a).

Cabe considerar também a legislação portuguesa sobre reabilitação urbana (DL 307/2009, de 23 de outubro), que tem como objetivos a proteção e valorização do patrimônio cultural, nomeadamente as áreas urbanas e, principalmente, os centros históricos degradados, bem como a promoção do meio ambiente, sustentabilidade cultural, social e econômica dos espaços urbanos, partindo de um conceito mais amplo de regeneração urbana, ancorada no patrimônio imobiliário ou cultural, e buscando maior relevância na integração e coordenação de intervenções, enfatizando a necessidade de alcançar soluções coerentes entre aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais das paisagens reabilitadas. Para os fins da Lei, o artigo 14 compele a definição de incentivos fiscais associados aos impostos municipais sobre ativos reabilitados e reitera o direito de acessar apoio fiscal e financeiro e incentivos à regeneração urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos ao patrimônio cultural, prevendo também a possibilidade de criar fundos de investimento imobiliário (conforme o caso), a fim de promover maior incentivo à reabilitação das áreas.

É importante enfatizar que as intervenções realizadas no patrimônio cultural, independentemente do modelo ou tipo de financiamento adotado, devem estar ancoradas no respeito e salvaguarda de seu valor histórico (Portugal, 2001).

Quando analisadas as articulações entre o Plano Diretor do Porto e os Planos Estratégicos da Porto Vivo - SRU, verifica-se pouca articulação entre eles, uma vez que o PDM possui uma abordagem de natureza mais normativa e regulamentar, de elaboração complexa e burocrática, que se prolonga por extensos períodos, que acabam por não refletir a conjuntura territorial ao final do processo, bem como alterações sofridas ao longo de seu desenvolvimento em função das possíveis alternâncias políticas durante o mesmo (CMP, 2015).

Tabela 8 - Principais documentos relacionados à salvaguarda dos bens Patrimoniais

Documento	Principais Tópicos
-----------	--------------------

Constituição Portuguesa 1976	Direito do cidadão de usufruir do patrimônio, colocando-o como parte do valor cultural; Normas de promoção e proteção de valores culturais.
Lei 107/2001 - Lei Básica de Política e Proteção e Valorização do Patrimônio - LPC	Ativos e respectivos contextos - paisagem urbana histórica; Subsídios e linhas de crédito específicas (Contribuição Estadual).
Decreto-lei 138 / 2009 - Fundo de Salvaguarda do Patrimônio Cultural	Edifícios e locais incluídos na Lista do Patrimônio Mundial; Interesse nacional ou público em risco de destruição, perda ou deterioração; Emergências ou calamidades públicas; Reabilitação, conservação e restauração de propriedades do Programa Estadual de Gestão de Ativos Imobiliários; As aquisições pelo Estado; Articulação com outros fundos públicos ou privados com o objetivo de reabilitação, conservação e restauração de edifícios em zonas de proteção.
Decreto-Lei 24/2009 - Fundo de Conservação e Reabilitação do Patrimônio	Restauração (segurança, saúde, eficiência energética de edifícios).
Decreto-Lei 307/2009 - Legislação Portuguesa sobre Reabilitação Urbana	Proteção e valorização das áreas urbanas do patrimônio cultural e, especialmente, dos centros históricos degradados; Promoção da sustentabilidade ambiental, cultural, social e econômica dos espaços urbanos; Benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre a propriedade; Acesso a apoio fiscal e financeiro e incentivos à regeneração urbana.
Lei 42/2017 – Regime de Reconhecimento e Proteção de estabelecimentos e entidades de interesse Histórico e Cultural ou Social Local	Definição de: Lojas com História; Comércio Tradicional; Estabelecimentos e Entidades de interesse Histórico e Cultural ou Social Local Estabelece as Competências Estaduais e Municipais acerca da gestão urbanística e salvaguarda do patrimônio, bem como a garantia de programas e benefícios para os bens enquadrados dentro dos critérios pré-estabelecidos Estabelece as medidas de Proteção e procedimentos Administrativos

(Fonte: Autoral)

Plano Diretor Municipal do Porto – Política de Desenvolvimento e Expansão urbana

Dado o atual Processo de Revisão do PDM do Porto para a elaboração e nova Proposta, o município toma por base a ideia de que o patrimônio arquitetônico é construído por fatos e não pela ideia de fatos, ou seja, não é construído pela simulação parcial ou total da obra histórica, por isso é válido classificar conjuntos de elementos construídos que reflitam a história e não apenas elementos pontuais que não compreendam a conjuntura do momento histórico a que pertencem, e sejam meros exemplares, frações da história. Por isso, também a classificação de prédios de valor patrimonial sugere abranger a totalidade da edificação e não apenas frações (como exemplo, fachadas, vitrôs, entre outros).

Visa considerar como matriz fundamental, o conjunto de elementos arquitetônicos essenciais que, associados e materializados com rigor disciplinar, permitam identificar a obra original e respeitar a memória do seu processo e desenvolvimento histórico. Isto é, conjuga a cidade intra-muralhas ou núcleo medieval, com outros fatos arquitetônico e urbanos que tenham valor histórico e patrimonial.

Assim, se vale do conceito de Paisagem Histórica Urbana de forma a considerar patrimônio não só as obras edificadas ou arqueológicas e respectivas envolventes, mas também espaços, malhas urbanas e arruamentos, mobiliário urbano e obras de arte públicas. Reconhecendo a importância da salvaguarda do sistema integrado que transmite a herança cultural e não apenas a peça arquitetônica com valor monumental.

Na área do planeamento urbano, o conteúdo pertinente Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Territorial, não deve restringir-se às listagens de Monumentos Nacionais, Conjuntos e Imóveis de Interesse Público, Imóveis de Interesse Municipal, Imóveis em Vias de Classificação, ou a manchas correspondentes a Áreas Classificadas ou em Vias de Classificação, Zona de Proteção e Zona Especial de Proteção, Espécies Arbóreas Protegidas, Classificadas, et cetera oriunda do PDM. Devem sim estar agrupadas e categorizadas por processos complementares entre si, de forma a interagirem em sinergia para um desenvolvimento urbano.

Cabe, entretanto destacar os critérios de diagnóstico que levaram os bens pertencentes à atual Carta do Patrimônio municipal às classificações que possuem. A *Lei de Bases do Património Cultural*, em seu artigo 17º cita alguns critérios genéricos para a classificação dos itens:

“o caráter matricial do bem; o génio do respetivo criador; o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; o valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; a concepção arquitetónica, urbanística e paisagística; a extensão do bem e o que nele se reflete do ponto de vista da memória coletiva; a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; as circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem”.

(Portugal Lei nº 107/2001, art.17)

Patrimônio Arquitetônico – Carta do Patrimônio

No Plano Diretor, a Carta do Patrimônio é tratada como uma peça fundamental no ordenamento territorial, orientada para a salvaguarda dos itens e conjuntos que detêm valores arquitetônicos, históricos ou urbanísticos, assim como das áreas com potencial valor arqueológico. Já o Patrimônio Urbano pode ser definido como “qualquer construção, tipologia arquitetônica, espaço ou conjunto existente em espaço urbano que, pelo seu interesse arquitetônico, histórico, cultural ou social, constitui um bem que deve ser protegido e promovido com vista à sua apropriação pela comunidade” e tendo um papel primordial “na definição e aplicação dos instrumentos de planeamento e de gestão urbanística, não se esgotando nas questões de imagem da cidade”. Destaca ainda que a “defesa do Património e a sua valorização são fatores determinantes no processo de qualificação urbanística das cidades contribuindo para a melhoria dos ambientes urbanos; além de motor de desenvolvimento económico, cultural e veículo privilegiado de coesão social” (Relatório do PDM, 2005, vol. 1, p. 95).

O município do Porto possui um vasto número de imóveis, sem proteção legal individual, mas que, no entanto, estão inseridos em Conjuntos de Interesse Público (CIP), como a Avenida dos Aliados (IP65), a Zona Histórica do Porto (IP51), entre outros. É justamente sob a ótica de conjuntos de imóveis, de Paisagem Urbana, que o patrimônio urbano deve ser entendido e estudado.

A legislação portuguesa integra na categoria de Monumento Nacional (MN), itens que mesmo não tendo a classificação individual de proteção legal, estejam inseridos na área do Centro Histórico do Porto, bem como fornece proteção legal para bens inseridos em Conjuntos de Interesse Público (CIP). Cabe salientar que o CHP (MN19) abrange 1796 imóveis com proteção legal, delegando à entidade de tutela a emissão de parecer vinculativo para toda e qualquer intervenção nos imóveis.

Os imóveis inventariados pela CMP, são predominantemente compostos pelos imóveis com datação mais antiga no núcleo intramuralha do século XIV e áreas adjacentes de expansão entre os

séculos XVIII e XIX, bem como em núcleos e lugares ligados a antigas paróquias medievais, nas vias históricas de entrada na cidade do Porto, em núcleos ribeirinhos ou outros (CMP, 2018h).

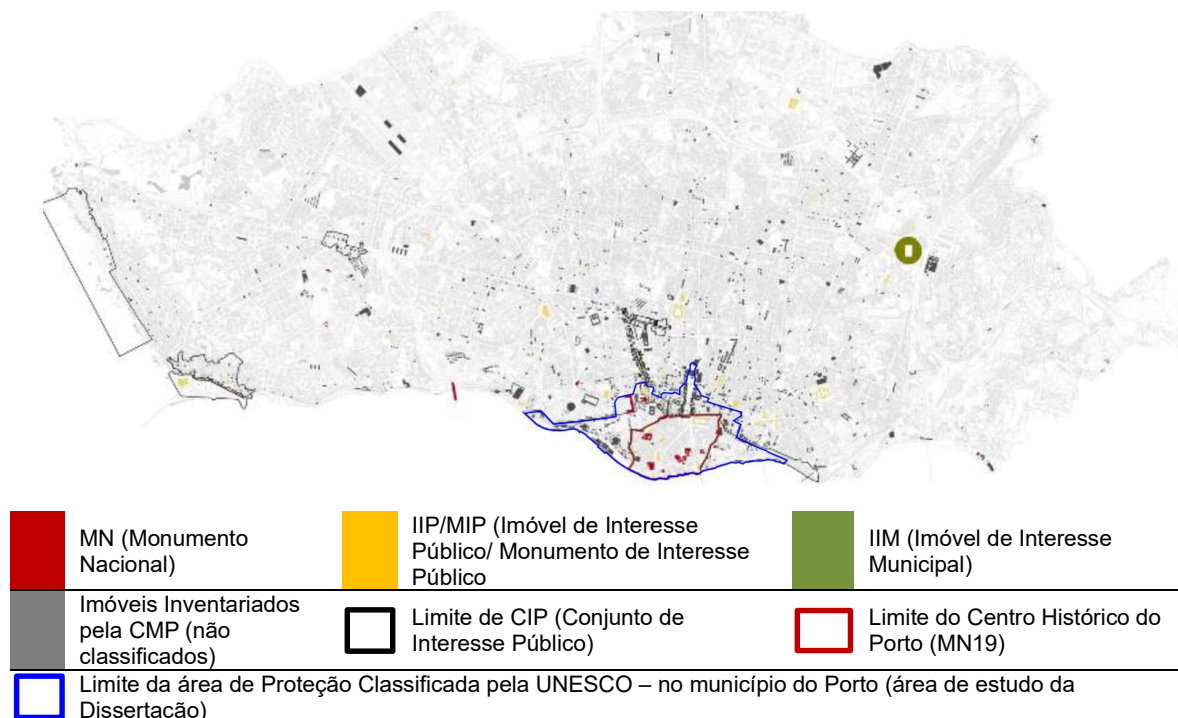


Figura 7– Planta com Identificação do Regime de Proteção de Bens e Imóveis Inventariados
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

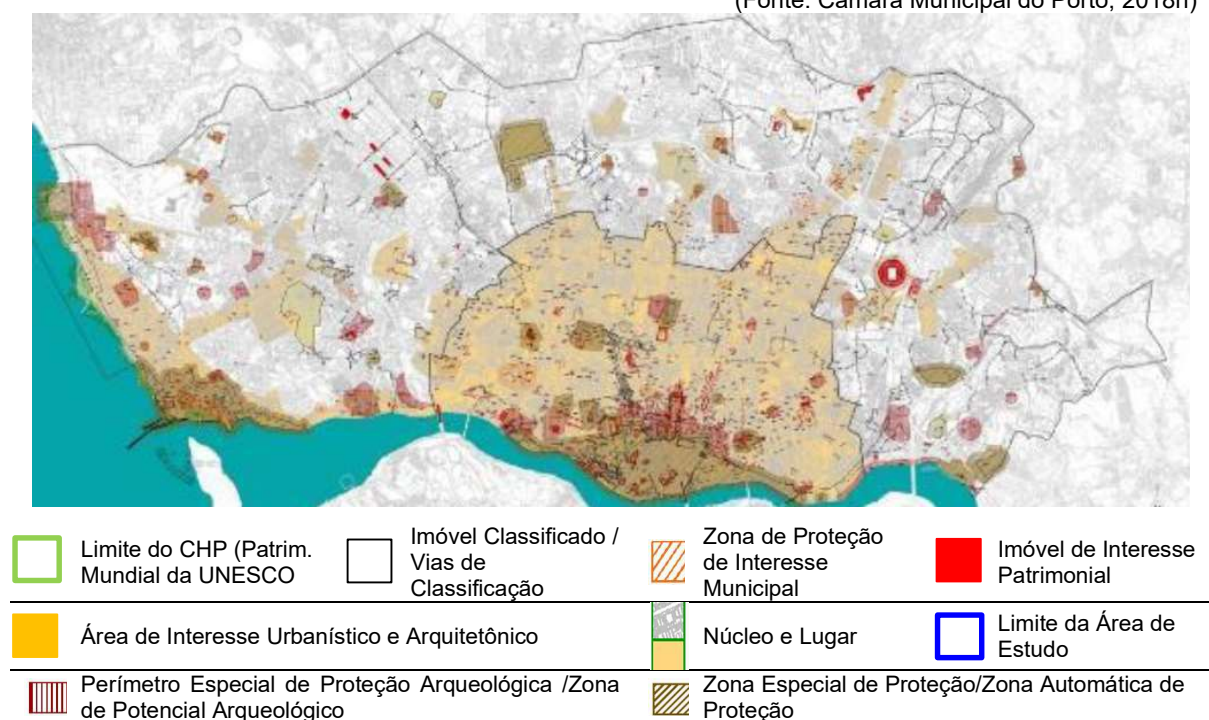


Figura 8 – Carta do Património e Planta de Ordenamento em vigor

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

3

O CASO DO PORTO

3.1. Enquadramento do centro histórico do porto

A variedade da arquitetura civil encontrada no Centro Histórico do Porto reflete os valores culturais de distintas e sucessivas épocas, adaptadas à estrutura social e geográfica do burgo.

Um dos aspectos mais característicos do Porto e em particular do Centro Histórico, é o cariz panorâmico, oriundo da complexidade do terreno, articulações harmoniosas das vias e comunicação com o Rio Douro e o município de Vila Nova de Gaia.

Toda a área considerada histórica é constituída por uma malha urbana confinada na linha da Muralha Fernandina do século XIV, mais alguns arrabaldes próximos, como Miragaia a Oeste, os Guindais e as Fontainhas a Leste. Contempla intervenções planeadas e espontâneas, compreendidas desde a Idade Media até a Revolução Industrial.

O rio foi fundamental para a implantação do povoado romano, servindo como meio de comunicação e trocas. Este fato é atestado por escavações levadas a cabo tanto no Bairro da Sé como na Ribeira, que permitiram dar a conhecer o percurso da antiga via romana de Conímbriga a Braga (atuais ruas dos Mercadores, Bainharia e Pelames). No entanto, a necessidade de proteção contra um possível invasor levou ao desenvolvimento de um novo polo urbano no Morro da Sé ou da Penaventosa (Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo SRU, 2010), construída em cima do muro original romano, e conhecido como a “Cerca Velha”.

Identifica-se, neste ponto, o crescimento de dois polos urbanos que caracterizam o burgo:

- A zona ribeirinha - sendo cais de entrada e saída de mercadorias e ponto de passagem, área de domínio dos comerciantes locais com o devido apoio real;
- O Morro da Sé - sendo domínio do Bispo e seu cabido, integrado no couto do Porto. No entorno da catedral, verifica-se a existência de um perímetro de muralha primitiva, insuficiente para acolher o constante aumento de densidade populacional e urbana.

Face à permanente sujeição a perigos e à difícil defesa da área extra muralha, foi construída uma nova muralha no século XIV (entre o reinado de D. Afonso IV e o de D. Fernando I), originando o nome de Muralha Fernandina.

Esta é uma das marcas das grandes transformações da Idade Média, além das novas edificações dos mais variados carizes, espalhadas pelo burgo, tais como conventos, casas de cunho administrativo e religioso, hospícios, albergarias e praças. A urbe também ganhou nova atmosfera a partir do reinado de D. Manuel I, principalmente com a possibilidade de instalação permanente de nobres dentro dos limites da cidade, e, ainda mais, a partir do século XVIII, com a estética barroca. (Ribeiro, e Melo, 2012; Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo SRU, 2010)

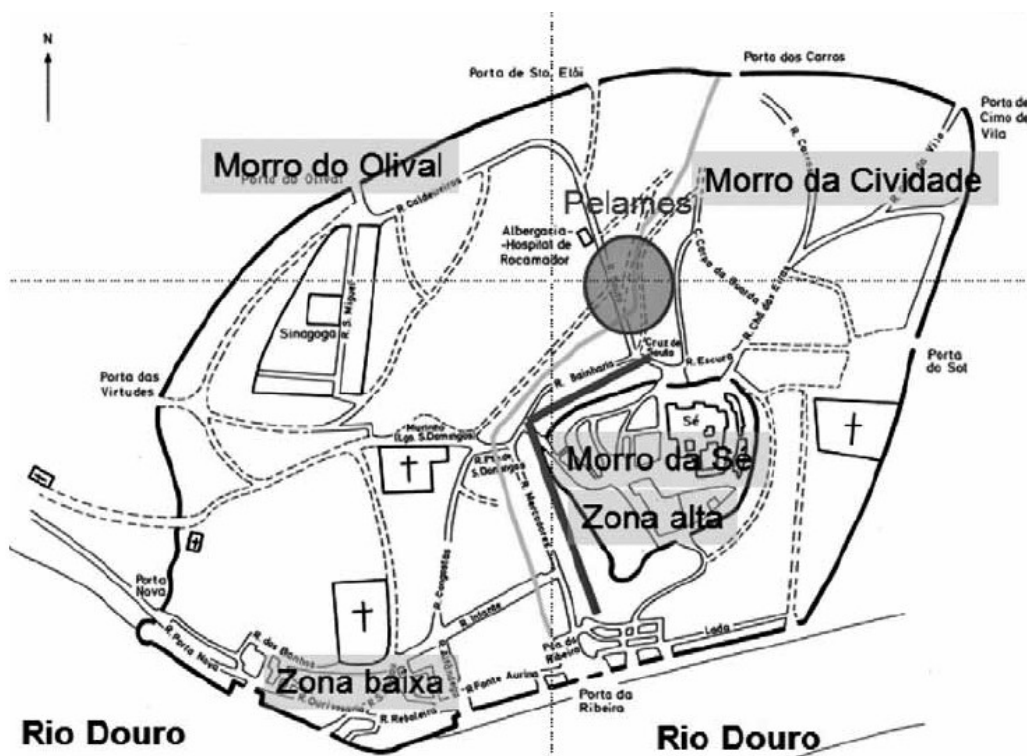


Figura 9 – Planta do Porto (séculos XIV e XV)

(Fonte: Ribeiro, e Melo, 2012)

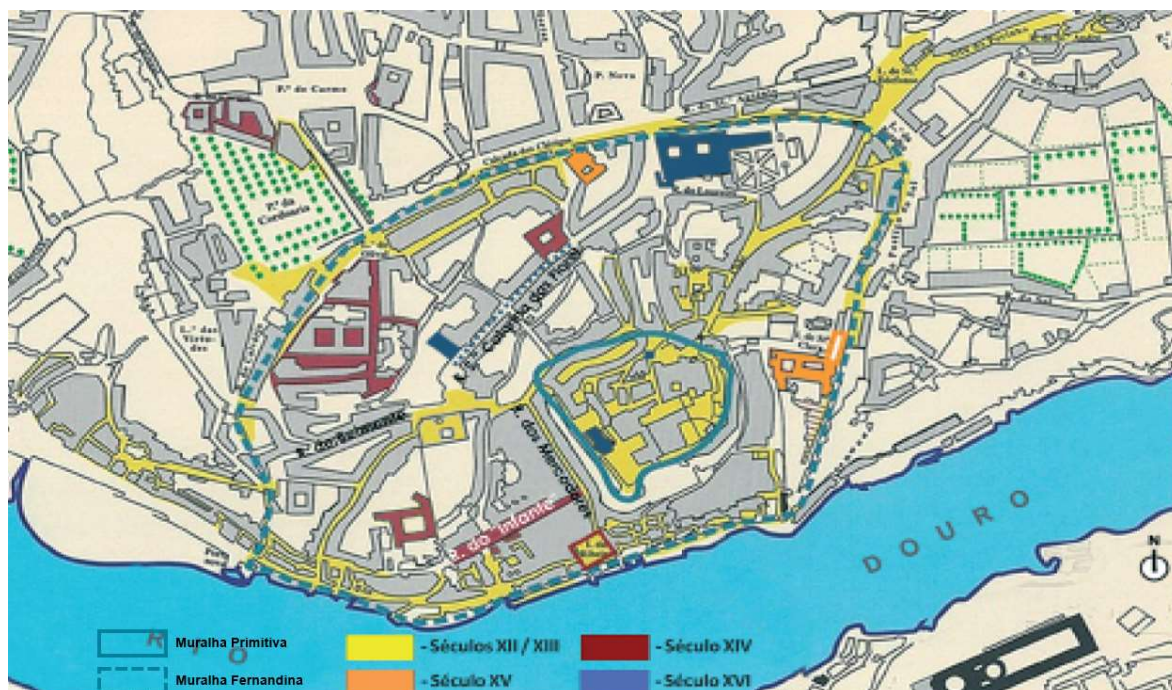


Figura 10 – Extratos Cronológicos da sedimentação do património relevante no Centro Histórico do Porto (Século XVI)

(Fonte: Barbosa, 2015)

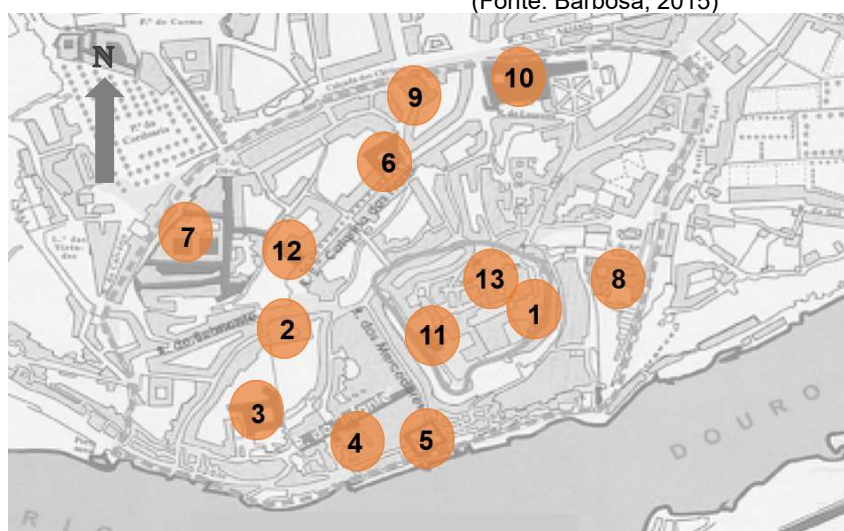


Figura 11 – Edifícios Emblemáticos (Século XVI)

- | | |
|-----|-------------------------------|
| 1. | Sé |
| 2. | Conv.to S. Domingos |
| 3. | Conv.to S. Francisco |
| 4. | Casa da Alfandega Velha |
| 5. | Edif. Na Ribeira |
| 6. | Hospedaria Rocamadour |
| 7. | Judiaria do Olival |
| 8. | Conv.to S.ta Clara |
| 9. | Conv.to S.to Elói |
| 10. | Conv.to Ave Maria de S. Bento |
| 11. | Ig.de S. Lourenço |
| 12. | Ig. da Misericórdia |
| 13. | Casa dos 24 |

(Fonte: Barbosa 2015)

O terremoto de 1755, despertou, a nível nacional, a consciência de um urbanismo até então deficiente e desordenado. Em 1762 criada foi Porto a ‘Junta de Obras Públicas’, primeira entidade responsável pelo desenvolvimento urbanístico. Com a emissão da nova legislação iniciaram-se novos projetos e arranjos urbanísticos, tendo em conta o interesse público. O século XVIII é, por excelência, a centúria dos grandes edifícios civis, empreendimentos públicos e da expansão extramuros de proprietários residentes.

No século XIX, o crescimento populacional conduziu imprescindivelmente ao aumento de construções em altura, ampliações e mansardas. Uma grande superfície da Muralha Fernandina foi

demolida, uma vez que os novos ideais iluministas não comportavam mais o conceito de cidade confinada.

O nascimento do liberalismo põe novas teorias do urbanismo em prática, incluindo as provocadas pelo fomento da indústria. No início do século XX a grande ocupação do centro histórico conduz ao adensamento do tecido urbano, entretanto, com muitas deficiências à nível de infraestruturas básicas, orientando assim, o Plano de Melhoramentos (1914) e conduzindo o Porto à ampliação da urbe.



Figura 12 – Extrato da Carta Topográfica da Cidade do Porto, de Gerardo Telles Ferreira (1892) com os principais arruamentos abertos a partir de 1890, segundo diretrizes de Correa de Barros

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018e)

3.2. Classificação do CHP – Patrimônio Cultural da Humanidade Unesco (1996)

Em 1996 o Centro Histórico do Porto foi classificado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, definindo também uma ‘Área de Proteção’, abrangendo grande parte da expansão urbana dos séculos setecentos, oitocentos e a primeira metade do século novecentos, desenhado de forma radial a partir do núcleo urbano medieval, abrangendo aproximadamente cento e trinta hectares do município do Porto.

O Centro Histórico do Porto classificado pela UNESCO, tem como objeto a urbe medieval consolidada e inserida na muralha Fernandina (século XIV), incluindo a Torre e Igreja dos Clérigos, Teatro de São João, Antigo Edifício do Governo Civil, o quarteirão delimitado pela rua 31 de Janeiro, Praça da Batalha e rua da Madeira, o quarteirão constituído pelas ruas Barbosa de Castro, Passeio das Virtudes, Dr. Antônio Sousa Macedo e ainda a Ponte D. Luis I, Igreja da Sé, contando com o Mosteiro da Serra do Pilar, situado em Vila Nova de Gaia (CMP; Porto Vivo, SRU; 2008), totalizando aproximadamente cinquenta e um hectares (C.M.P e Porto Vivo, SRU, 2010).

A classificação conta também com uma Área de Proteção (Bufferzone) que envolve o Centro Histórico Classificado, com o intuito de absorver as pressões urbanísticas e melhorar a conexão do património inventariado com o tecido urbano circundante, preservando uma coerência no desenvolvimento urbano a partir do centro histórico. Esta área de proteção inclui, também, a área correspondente à bacia dos armazéns do vinho do Porto, na margem Sul do rio Douro, visto que a zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia constitui um complemento natural do anel de proteção, que nos planos histórico e arquitetónico mantém muitas afinidades com a área classificada. Ao Norte, a área de proteção contempla os quarteirões periféricos da Avenida dos Aliados, a Praça Carlos Alberto, o Jardim do Carregal, Miragaia, Monchique e Fontainhas (CMP; Porto Vivo, SRU; 2008).

Esta área independente do CHP totaliza aproximadamente cento e oitenta e seis hectares (C.M.P e Porto Vivo, SRU, 2010).

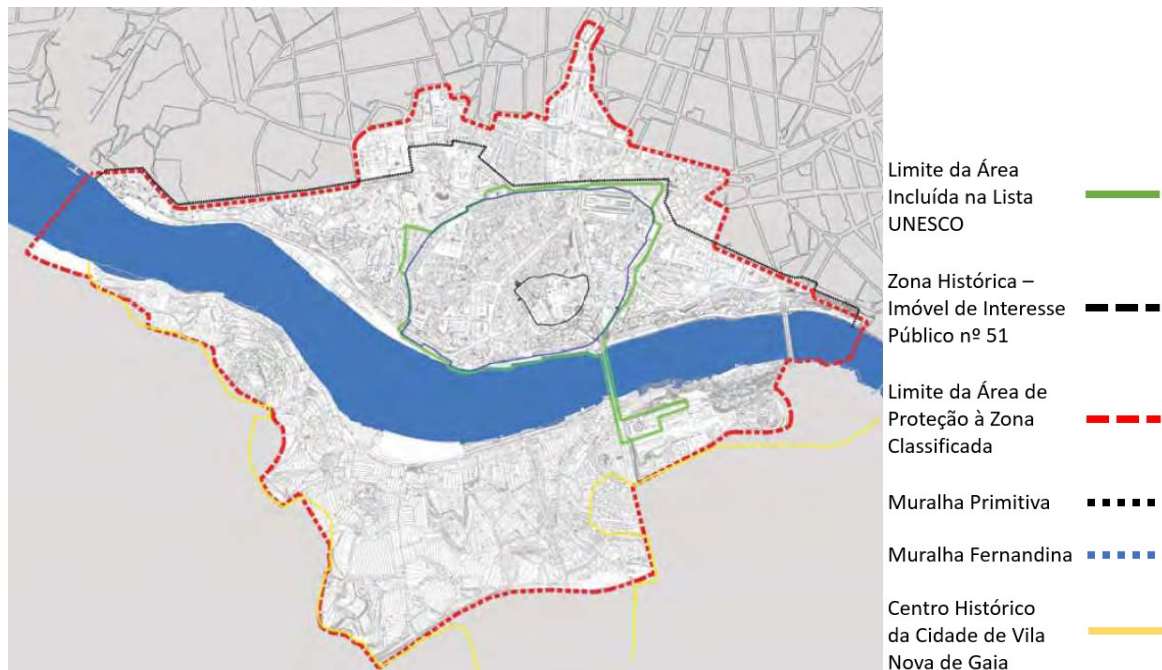


Figura 13 – Área Classificada e Respectiva Área de Proteção

(Fonte: CMP, Porto Vivo, SRU, 2008)

A classificação do Centro Histórico do Porto pela UNESCO, ancora-se no Valor Universal Excepcional, que este representa, com uma importância cultural e/ou natural tão excepcionais que transcende as fronteiras nacionais e possui atributos de valor inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a Humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste bem é de extrema importância para toda a comunidade internacional.

“The Historic Centre of Oporto – 755 – Portugal C(iv)

The Committee decided to inscribe the nominated property on the basis of cultural criterion (iv) considering that the site is of outstanding universal value as the urban fabric and its many historic buildings bear remarkable testimony to the development over the past thousand years of a European city that looks outward to the west for its cultural and commercial links.”

(WH Committee: Report of the 20th Session, Merida 1996: p. 56)

“O Comité decidiu inscrever o Bem com base no IV Critério Cultural considerando que o Bem possui notável valor universal pelo seu tecido urbano e pelos seus inúmeros edifícios históricos que testemunham o desenvolvimento ao longo do último milénio de uma cidade europeia virada para o ocidente pelas suas ligações comerciais e culturais.”

(Câmara Municipal do Porto, 2008: p. 40)

A conscientização sobre o valor da cidade histórica do Porto resultou, conjuntamente, na classificação, pelo IPPAR, como Imóvel de Interesse Público da totalidade da zona classificada como Patrimônio Mundial e parte da área de proteção.

"A autenticidade do tecido urbano do Porto é total, testemunhando mais de mil anos de ocupação com intervenções sucessivas que foram deixando a sua marca. Os edifícios eclesiásticos são outros tantos testemunhos da sua história."

(Câmara Municipal do Porto, 2008: p. 40)

3.3. Enquadramento da Área de Estudo

Adotou-se como Área de Estudo a área pertencente ao município do Porto, resultante do somatório do Centro Histórico com a Área de Proteção classificadas pela UNESCO, totalizando a área superficial de aproximadamente 123 hectares.

Sendo composta por uma grande extensão ribeirinha ao Rio D'Ouro ao sul, limitada a Oeste pela Rua da Restauração e ao Leste pelo Largo do Padre Baltazar Guedes, tendo o limite norte determinado pela Igreja da Santíssima Trindade.

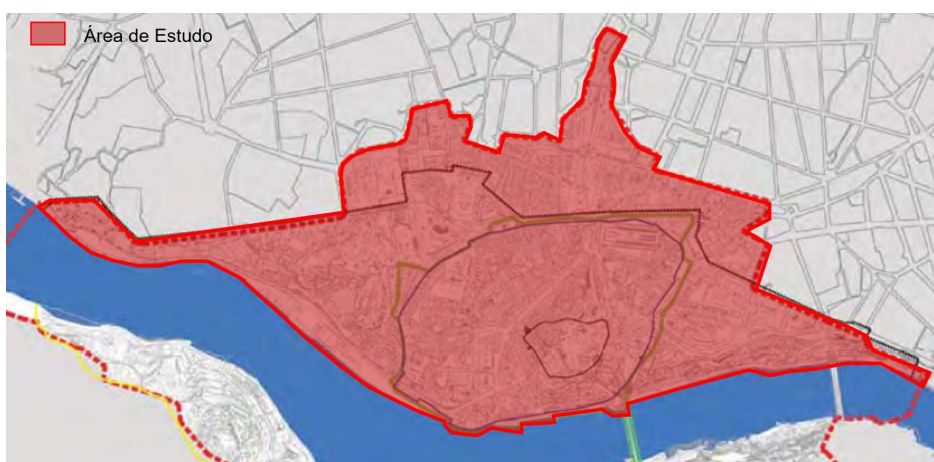


Figura 14 – Limites da área de Estudo

(Fonte: adaptado CMP, Porto Vivo, SRU, 2008)

3.3.1. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO

Para uma análise do atual tecido urbano da área de estudo, adotou-se como referência os estudos apresentados nos relatórios de Caracterização e Diagnósticos, elaborados pela Câmara Municipal do Porto no âmbito da revisão do PDM, onde foram identificadas diversas unidades morfotipológicas, resultantes das diferentes formas de ocupação do espaço urbano ao longo da história, desde os traçados orgânicos medievais até à cidade contemporânea, já planejada, combinando as diferentes etapas do desenvolvimento urbano, formando um tecido heterogêneo em constante transformação e adaptação.

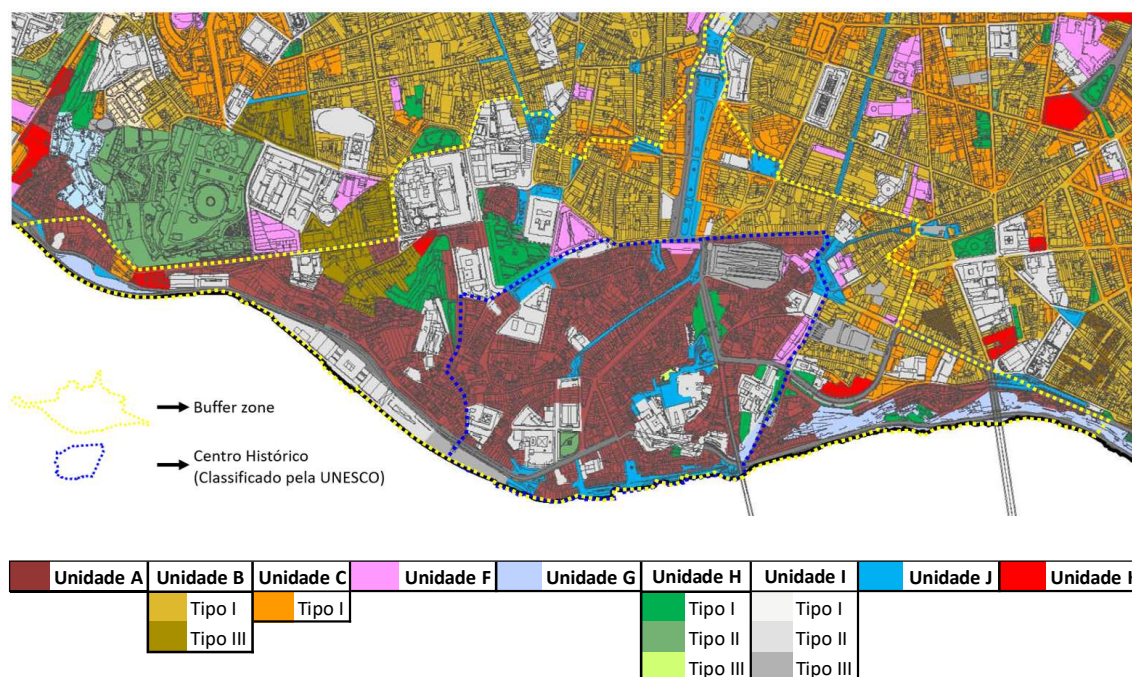


Figura 15 - Unidades Morfotipológicas da área de Estudo

(Fonte: adaptado da Planta de Ordenamento – Carta de Ocupação do Solo Atual, CMP, 2017)

Cabe destacar que a Unidade Morfotipológica A, designada como Áreas Históricas, compõe quase a totalidade do Centro Histórico do Porto, classificado pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Evidencia-se também a larga presença de grandes equipamentos coletivos e de infraestruturas urbanas, classificados dentro da Unidade I.

A área de proteção (Bufferzone), possui majoritariamente as Unidades Morfotipológicas A e B, designadas respectivamente como Áreas Históricas e Áreas de Desenvolvimento Linear, características do entorno imediato ao Centro Histórico.

Tabela 9 – Matriz das unidades Morfotipológicas da Área de Estudo

Unidades Morfotipológicas			
Trama / Cor	Unidades e Sub-Unidades	Definição	Local
	Unidade A	Áreas ou núcleos urbanos antigos, caracterizados pela sua malha irregular, densamente ocupada, geralmente, por edifícios estreitos, com cêrceas entre os 3 e 5 pisos, implantados à face da rua e com uma ocupação intensa dos logradouros.	CH e BZ
	Unidade B	Áreas de desenvolvimento linear, constituindo quarteirões regulares em geral, total ou parcialmente encerrados, com lotes estreitos e compridos, ocupadas com edifícios à face da rua, de tipologia uniforme e desenho de fachadas contínuo.	
	Tipo I	Com ocupação contínua das frentes de rua por edifícios que têm acesso direto ao espaço público, em cujo interior se localizam os logradouros normalmente com construções.	BZ
	Tipo III	Com ocupação contínua das frentes de rua por edifícios que têm acesso direto ao espaço público, com área verde/permeável de dimensão relevante no interior do quarteirão.	BZ
	Unidade C	Áreas novas ou em processo de transformação das frentes urbanas, em que se verifica uma alteração do cadastro e a introdução de novas tipologias de habitação coletiva, de comércio e serviços.	
	Tipo I	Apresenta características de quarteirão fechado ou semifechado, no qual os edifícios alinham face aos arruamentos, e as cêrceas não ultrapassam a	BZ

		largura do espaço público confinante.	
	Unidade F	Áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, nomeadamente de atividades industriais, de armazenagem e logística (I/A), de comércio (CC/SM), de serviços (S), de unidades hoteleiras (UH) e de postos de abastecimento de combustíveis (AC), de manutenção e reparação automóvel (MRA).	CH e BZ
	Unidade G	Áreas que em virtude das suas características biofísicas assumem por função principal a proteção e a valorização dos valores e sistemas fundamentais indispensáveis à utilização sustentável do território, nomeadamente, as zonas húmidas e as áreas naturais descobertas e com vegetação esparsa, incluindo praias, arribas, ou afloramentos rochosos.	CH e BZ
	Unidade H	Áreas verdes de uso diverso, com função de equilíbrio ambiental e de valorização paisagística.	
	Tipo I	Áreas verdes de uso diverso, podendo acolher diversas atividades ao ar livre para recreio, lazer, desporto e/ou cultura.	CH e BZ
	Tipo II	Áreas verdes com edifícios enterrados ou à superfície e de usos diversos, em regra delimitadas em todo o seu perímetro e com jardins conservados ou área de hortas.	CH
	Tipo III	Áreas verdes de enquadramento a diversos tipos de infraestruturas, para proteção visual e/ou sonora.	CH
	Unidade I	Unidades especiais com destaque no território, caracterizada pela natureza, localização e morfo-tipologia de ocupação do solo.	
	Tipo I	Equipamentos de utilização coletiva, afetos à provisão de bens e serviços, destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde (ES), da educação (EE), da cultura (EC) e do desporto (ED), da justiça (EJ), da segurança social (ESS), da segurança pública e proteção civil (ESPPC), Militares (EM), Cemitérios (ESP), Igrejas (ER).	CH e BZ
	Tipo II	Áreas de infraestruturas destinadas à manutenção e funcionamento das infraestruturas estruturantes territoriais e estacionamento.	CH e BZ
	Tipo III	Áreas de infraestruturas estruturantes de desenvolvimento linear.	CH e BZ
	Unidade J	Áreas de estadia ou circulação pedonal, sob regulação e gestão da administração pública, destinado ao uso social da vida urbana, dando apoio físico às atividades coletivas, e nas funções simbólicas pelo intercâmbio e diálogo entre os membros da comunidade, sendo em termos de direito o oposto do espaço privado. Em geral com mobiliário urbano que permite a estadia ou permanência no local e o acesso ou ligação entre locais, podendo existir infraestruturas enterradas (I).	CH e BZ
	Unidade K	Espaço urbano, vazio ou abandonado, mas com potencialidades para a sua revitalização.	BZ

CH – Centro Histórico | BZ - Bufferzone

(Fonte: Adaptado da Planta de Ordenamento – Carta de Ocupação do Solo Atual – CMP, 2017)

A área destacada para estudo é majoritariamente composta pelo tecido urbano Morfotipológico A (Áreas Históricas), compreendido na União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, verificadas junto ao primitivo casco medieval e suas antigas portas exteriores. Encontra-se também, presente nas áreas de expansão inicial da cidade, em assentamentos populacionais remotos, junto à cruzamentos de vias terrestres ou fluviais, bem como em pontos defensivos, tal como o Morro da Sé.

Esta tipologia é caracterizada genericamente por uma malha viária irregular, de ruas principais e secundárias, que se ramificam em becos e travessas, acompanhando a topografia do terreno. As ruas principais ligam diretamente os locais de maior relevância, enquanto as secundárias são mais estreitas e ramificam-se em becos e travessas, apresentando maior adensamento de edifícios de diferentes gabaritos e alinhamentos, com lotes estreitos e de geometria variada.

Observa-se nos pontos de confluência das vias mais importantes os edifícios de maior importância e significado, envolvidos por logradouros públicos, geralmente de formas irregulares.

Observa-se no tecido urbano, ainda dentro do casco antigo medieval, os traços oriundos de uma maior intervenção reguladora da Coroa sobre a expansão urbana, a partir de finais do séc. XIV, podendo ser destacados: a Judiaria do Olival (em 1386), a rua Nova ou Formosa (iniciada em 1394), que ia desde a Rua dos Mercadores até ao Convento de S. Francisco e, mais tarde, a Rua das Flores (após 1521), que se dirige para Norte, desde S. Domingos a S. Bento da Ave-Maria, na proximidade da Porta de Carros e da estrada de Guimarães.

Tais intervenções, já adotam novos princípios de ordenamento territorial, características da Unidade Tipomorfológica B (Áreas de desenvolvimento linear), onde verifica-se uma nova concepção do espaço urbano, retratado por uma malha regular de ruas compridas retas e largas, formando as áreas de expansão dos núcleos urbanos mais antigos, formando um primeiro anel ao redor do Centro Histórico. É notório que o desenvolvimento linear surge acompanhando a deslocação do centro de negócios tradicional para uma cota mais alta e apresentando outras formas de ocupação ao longo dos principais eixos que saem da área mais antiga da cidade. Surge com maior incidência na área de expansão do centro histórico, entre o casco medieval, o eixo de ligação Leste-Oeste da rua da Constituição (União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória) e o extremo nascente da freguesia do Bonfim.

A área de buffer do centro histórico contempla, além das tipologias morfo-urbanas Históricas e Desenvolvimento Linear; Áreas de Expansão, definidas como Unidade Morfotipológica tipo C, que surgem circundando o primeiro anel de desenvolvimento linear e formam um segundo anel. Contempla, segundo a COS a tipologia tipo I, caracterizada primordialmente por um tecido composto por quarteirões fechados ou semifechados, onde nota-se a separação entre o espaço privado e público, com lotes individualizados, onde os logradouros, próprios ou comuns das edificações, possuem acesso condicionado, com edifícios alinhados face aos arruamentos em que as cêrceas não ultrapassem a largura do espaço público confinante.

As áreas de expansão do Centro Histórico, são reflexo dos diversos estudos e planos elaborados durante a primeira metade do séc. XX, que alteraram a imagem urbana das áreas histórica e central da cidade, nomeadamente, os traçados imponentes propostos no Plano de Renovação do Centro da Cidade de 1915 (Barry Parker) para a Avenida dos Aliados, ligando a Praça de D. Pedro V à futura Câmara Municipal, e nos estudos do Plano Geral de Urbanização de 1938-1942 (Piacentini e Muzio) para a renovação da zona da Sé, com a demolição das construções envolventes, criando um amplo Terreiro circundante à Catedral. (Câmara Municipal do Porto; 2018e)

Para além da heterogeneidade do tecido urbano em estudo, com as morfotipologias supramencionadas (A, B e C) pode-se observar ainda áreas menores designadas para atividades económicas, que coincidem com as áreas de expansão da segunda metade do século XX, fazendo uso das boas comunicações originadas neste período, surgindo como áreas vocacionadas ao comércio e serviços, de traçado regular com hierarquização das vias. Entretanto, cabe destacar que dentro do centro histórico, encontra-se um grande volume de atividades comerciais terciárias, que num primeiro momento não careciam de especialização organizacional do espaço urbano e ocorriam de forma espontânea seguindo as necessidades sociais.

Observa-se ainda, dentro da área de estudo, a incidência de Áreas Naturais (Unidade Morfotipológica G), em trechos que se desenvolvem ao longo do Rio Douro, com grande contributo visual à zona ribeira, bem como de Áreas Verdes (Unidade Morfotipológica H), estas coincidindo com as áreas de expansão residencial ao ocidente, fazendo-se uso de antigas quintas e

baldios para espaços verdes de utilização pública. São de destacar: o Jardim de João Chagas (Jardim da Cordoaria); Praça de Lisboa; Jardim Municipal do Horto das Virtudes; Parque Municipal do Horto das Virtudes e Praça do Infante D. Henrique, cada qual sofrendo alterações ao longo do tempo a fim de melhora adequar-se ao desenho da urbes e às necessidades de cada tempo.

É notória a presença de Equipamentos e Infraestruturas (Unidade Morfotipológica I), objetivando suprir as necessidades coletivas da população, relacionados à saúde, à educação, à cultura, ao desporto, à justiça, à segurança social, à segurança pública e proteção civil, bem como, Igrejas, Administração Local e Administração Central. Além de significativas interfaces de transporte, associadas à conectividade, local, regional, nacional e internacional, assim como suas infraestruturas estruturantes de desenvolvimento linear, de suporte ao funcionamento do território no seu todo.

A Câmara Municipal do Porto, apresenta em relatório a análise espacial relacionando as unidades morfotipológicas com a emissão de títulos de licenciamento ocorridos entre 2011 e 2017. Possibilita, assim, a identificação das dinâmicas urbanísticas de maior impacto neste intervalo de tempo.

Foram apresentados indicadores como o número de licenças, a área de solo intervencionada, e a Área Bruta de Construção (ABC) para o tipo de uso e o tipo de operação urbanística, calculando, também, o índice de construção resultante do licenciamento.

Cabe ressaltar que os dados obtidos pela CMP, não contemplam os processos de licenciamento sob responsabilidade da SRU. Sendo estes apresentados em relatório independente desta autarquia, que será analisado na sequência deste.

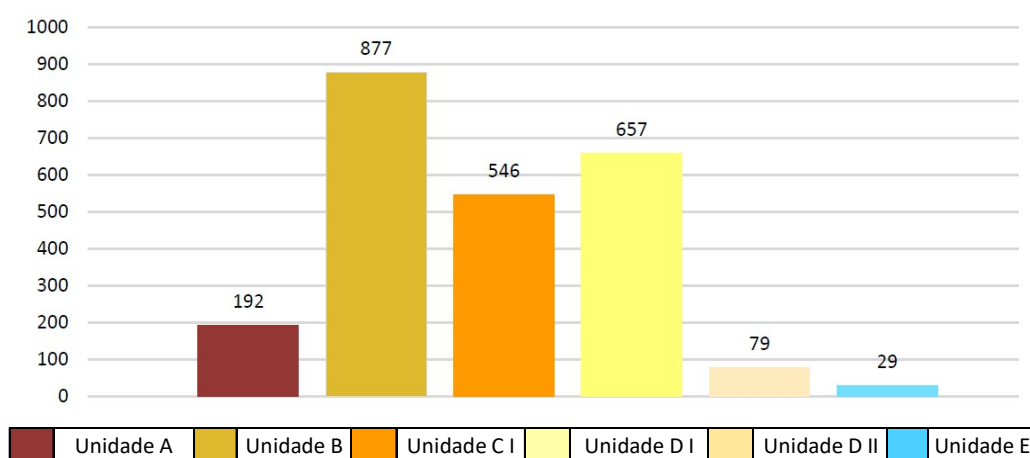


Figura 16 – Gráfico do Número de Licenças por Unidade Morfotipológica

(Fonte: CMP/DMPOT, 2018e)

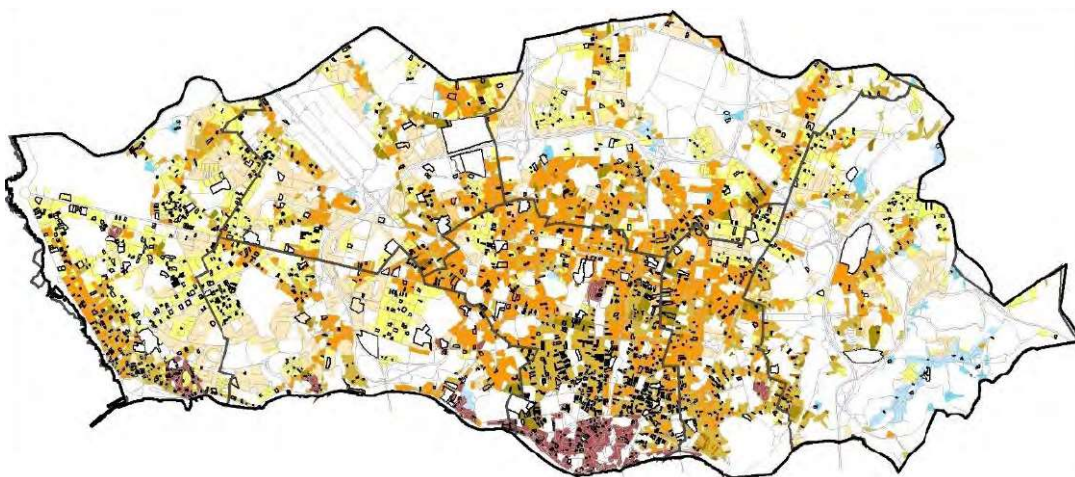


Figura 17 – Mapa de Distribuição Espacial das Licenças pelas unidades Morfotipológicas

(Fonte: CMP/DMPOT, 2018e)

Analisando o tipo de operação urbanística por unidade morfotipológica, observa-se que as operações de “alteração/ampliação” predominam em todas as unidades, com principal destaque à unidade tipo B, evidenciando maior dinamização na reabilitação do entorno imediato do CHP, podendo ser resultado da de menor burocracia para processos de alteração do edificado, quando comparado à Unidade tipo A (predominante na área de estudo).

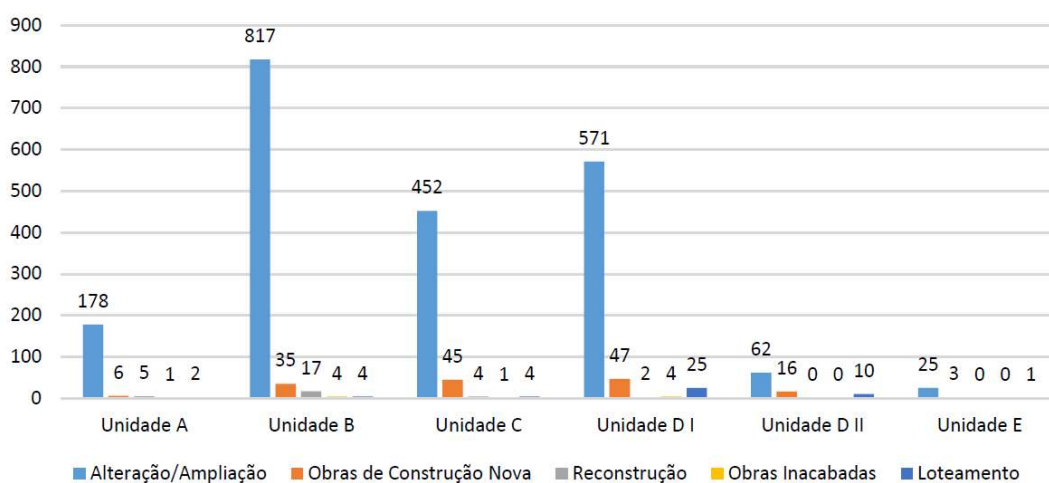


Figura 18 – Gráfico do Número de Licenças por Tipo de Operação Urbanística e Unidade Morfotipológica

(Fonte: CMP/DMPOT, 2018e)

Com relação aos usos destinados a cada licença, observa-se que no período analisado destaca-se o uso atribuído à habitação. Sendo discrepante o número de licenças atribuídas para este uso nas unidades B e D I. Observa-se também que os usos de comércio/serviços, são os segundos mais licenciados.

Todavia, há de se ter cautela ao analisar esses dados, uma vez que o uso habitacional, muitas vezes pode incluir os alojamentos locais, que em sua gênese tratam-se de serviços.

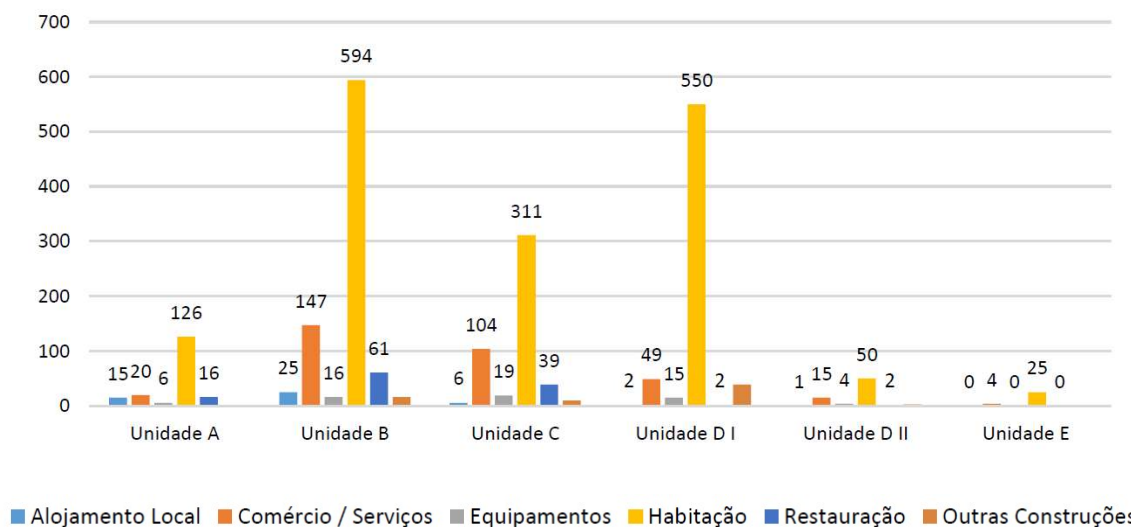


Figura 19 – Gráfico do Número de Licenças por Tipo de Uso e Unidade Morfo Tipológica

(Fonte: CMP/DMPOT, 2018e)

A análise da CMP analisa também a relação entre os Índices de Construção da amostra existente com os IC dos licenciamentos aprovados entre 20011 e 2017, divididos por unidade tipo morfológica.

Disto, verifica-se que as unidades C e D – Tipo I e Tipo II apresentam valores superiores na amostra existente (2,4, 0,8 e 2,0 respetivamente), em relação às novas licenças (1,9, 0,7 e 0,8 respetivamente). Entretanto as unidades A, B e E apresentam relação inversa, ou seja, o IC médio das licenças é superior ao da amostra.

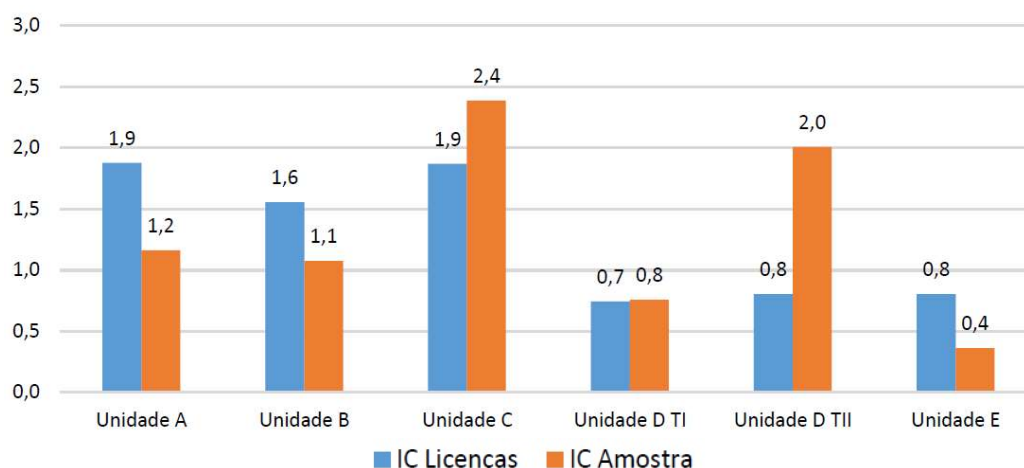


Figura 20 – Gráfico dos Índices Médios das Licenças e da Amostra existente

(Fonte: CMP/DMPOT, 2018e)

Através das análises apresentadas, pode-se avaliar que existe uma forte dinâmica urbanística nas unidades B e C; que existe ampla renovação do edificado através de obras de alteração/ampliação em todas as unidades, em que se constata um grande investimento para habitação; que existe um elevado número de licenciamentos na área central da cidade, onde se localizam 60% das operações urbanísticas. Observa-se que 49% da área de território intervencionado situa-se na área central cidade, além de uma boa distribuição de equipamentos coletivos.

Apesar dos supramencionados aspectos serem positivos à urbe, de modo geral, o grande investimento apenas em habitação, não evidencia concretamente a utilização do estoque para residentes. E este ponto é, no entanto, de difícil avaliação, já que muitas licenças atribuídas ao uso habitacional podem ser destinadas à imóveis ofertados como alojamento local, mascarando os dados relacionados à habitação e serviços.

Como entidade gestora, a Porto Vivo, SRU, faz o licenciamento urbanístico nomeadamente o núcleo intramuralhas (majoritariamente caracterizado pela Unidade morfotipológica A), bem como de alguns quarteirões estratégicos situados no primeiro anel de expansão urbana a partir do centro medieval.



Figura 21 – Planta com Identificação da área sob responsabilidade da Porto Vivo, SRU

(Fonte: Porto Vivo, SRU, 2018)

Em seu relatório de Operações Urbanísticas aprovadas entre 2006 e 2017, a entidade reportou um aumento exponencial nos requerimentos de licenciamentos e pedidos de informação prévia durante este período, evidenciando o interesse de investidores na área central da urbe, principalmente no CHP, uma vez que 87% dos processos são relativos à imóveis no núcleo medieval.

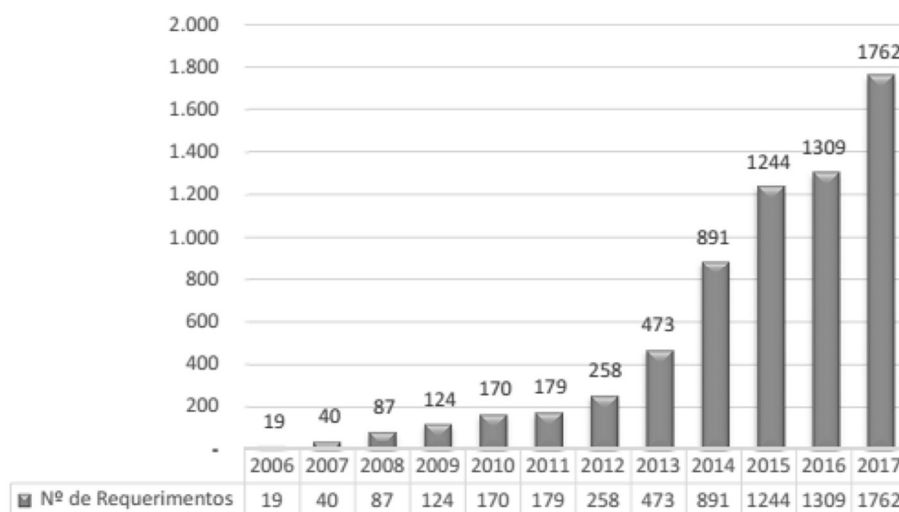


Figura 22 – Gráfico dos requerimentos solicitados no SRU entre 2006-2017

(Fonte: Porto Vivo, SRU, 2018)

Entre os anos de 2014 e 2017 apenas 16 pedidos de informação prévia foram aprovados sendo dois deles em 2014, dois em 2015 evoluindo para quatro em 2016 e culminando em oito no ano de 2017. Apesar disso, observou-se que a área intervencionada no ano de 2016 (11.677,99 m²) é superior à área abrangida em 2017 (8.888,28 m²), uma vez que as os projetos licenciados naquele ano destinavam-se majoritariamente à hotelaria e serviços. No intervalo de tempo avaliado pela Porto Vivo, SRU (2014-2017) observou-se que as licenças para uso habitacional com comércio e serviços destacaram-se das demais, somando 35% dos processos, seguidos de hotelaria (25%) e comércio e serviços (19%).

Já com relação aos 389 alvarás de obra emitidos pela Porto Vivo, SRU entre os anos de 2014 e 2017, foi observado que 39% destes destinavam-se à habitação com comércio e serviços, seguidos dos edifícios exclusivamente habitacionais (18%) e dos exclusivamente de comércio e serviços (15%). No que se refere à ABC dos alvarás emitidos, observa-se o constante crescimento de áreas destinadas à habitação, e uma retomada no ano de 2017 com relação às áreas de hotelaria, após um período de queda em 2016.

Cabe destacar a baixa participação nos usos destinados ao alojamento local e alojamento local com comércio que empiricamente não condiz com a percepção dos residentes locais, que relatam grande aumento na atividade de alojamento local na região. Tal fato pode ser explicado pelo uso de áreas licenciadas como habitação, que são posteriormente validadas para o uso de alojamento local, dificultando a quantificação desta pela Porto Vivo, SRU.

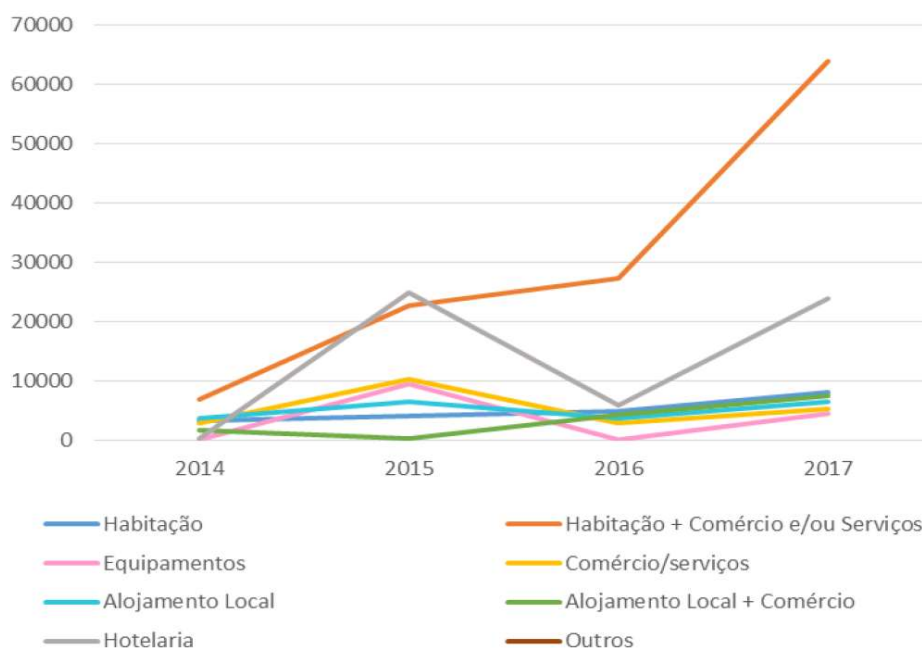


Figura 23 – Gráfico do Registro anual das ABC's dos alvarás emitidos, segundo usos entre 2014 e 2017
(Fonte: Porto Vivo, SRU, 2018)

Com relação às autorizações de utilização emitidas, para a liberação dos imóveis no mercado, verificou-se a predominância dos edifícios habitacionais ou de habitação com comércio e serviços (59%), seguindo os de comércio e serviço com 20% das autorizações emitidas.

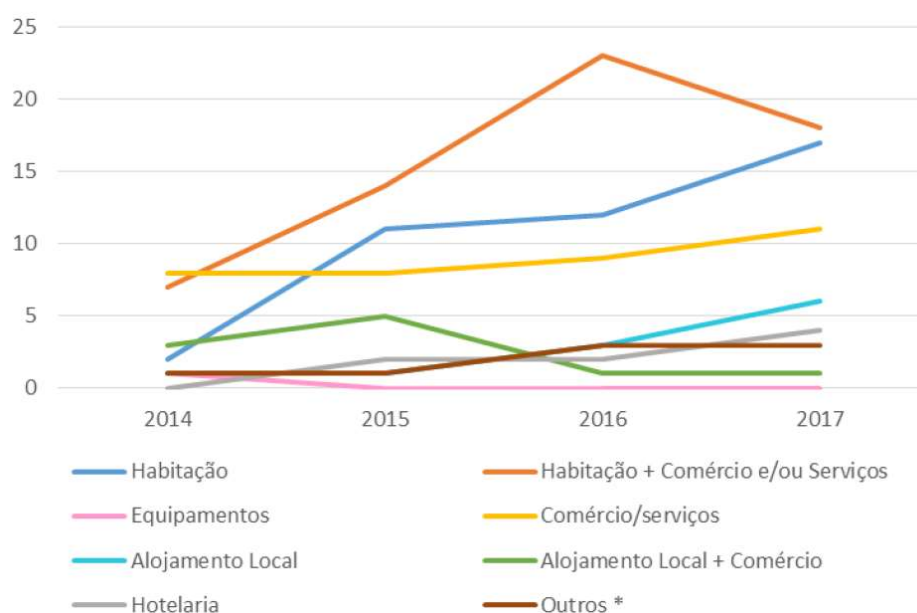


Figura 24 – Gráfico do Registro anual das autorizações de utilização emitidas por tipo de uso

(Fonte: Porto Vivo, SRU, 2018)

Através das informações obtidas para a emissão das autorizações de uso, a entidade consegue avaliar as tipologias das unidades habitacionais disponibilizadas no mercado, sendo identificada a predominância dos imóveis de pequenas áreas nomeadamente T0 com 65% das autorizações seguido da tipologia T1 (22%), reforçando a ideia destes serem utilizados como alojamento local, uma vez que além de atenderem as características do edificado das parte histórica da cidade atentem também a demanda turística para esta região.

3.3.2. CARACTERIZAÇÃO CARTA DO PATRIMÔNIO

Para uma melhor análise da atual Carta do Patrimônio do Porto, utilizou-se como base o relatório de Revisão do PDM do Porto de 2018 – Valores Patrimoniais, onde foi realizado o estudo da evolução histórica, do parcelamento e do desenvolvimento do tecido urbano, com a consulta de planos anteriores e bibliografia pertinente bem como trabalho de campo.

Neste sentido foi elaborada pela CMP uma planta síntese, oriunda da sobreposição sequenciada das plantas da cidade, permitindo a fácil leitura do desenvolvimento do tecido urbano, partindo da muralha do século XIV, Plano Almadino, Cidade Liberal e expansões do século XX, possibilitando a identificação dos principais eixos e áreas privilegiadas de fixação, assim como, dos núcleos urbanos e rurais. Esta análise ao longo do tempo, é essencial para assinalar os valores patrimoniais arquitetônicos e arqueológicos de um lugar.



Figura 25 – Planta com Identificação da Muralha Gótica, Plano Almadino e Reforma Liberal
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

A Carta do Patrimônio em vigor apresenta como Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetônico grande extensão da área central, que coincide com o mapeamento supra apresentado, evidenciando a relevância desta evolução no tecido urbano para a compreensão da identidade da cidade.



Figura 26 – Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetônico
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

A Carta do Patrimônio identifica os itens móveis e imóveis classificados como de Valor Patrimonial (Nacional ou Municipal) ou em vias de classificação. Esta, sobreposta à Planta de Ordenamento é elemento fundamental para a análise do Centro Histórico e área de Proteção classificados pela UNESCO.



Figura 27– Carta do Patrimônio e Planta de Ordenamento em vigor

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

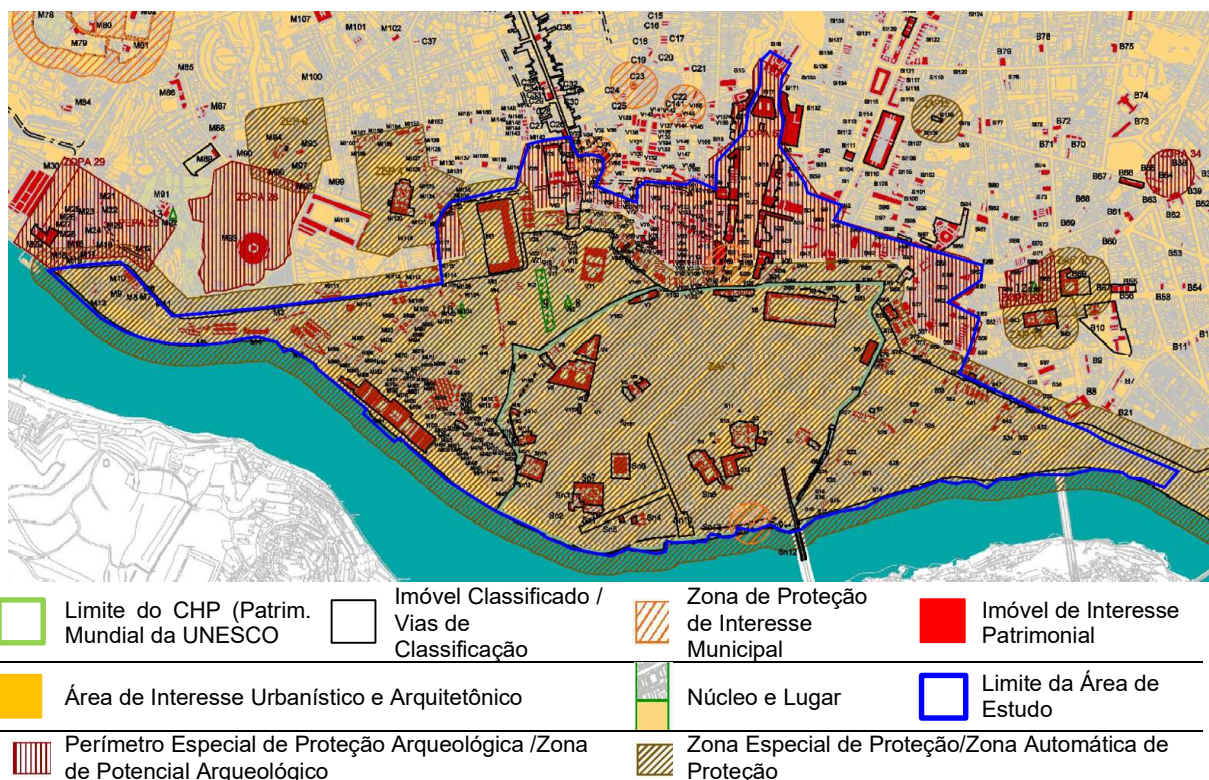


Figura 28 – Recorte da Carta do Patrimônio e Planta de Ordenamento em vigor

(Fonte: Câmara Municipal do Porto - https://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/PO_Carta%20Patrimonio.pdf)

A definição de ‘Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitetónico’, parte da noção de ‘conjuntos’, associada à percepção da evolução do tecido da urbe para o reconhecimento das áreas de relevância identitária e que transmitam a história da cidade, trazendo à tona a abordagem da ‘Paisagem Urbana Histórica’, previamente apresentada. Alguns critérios, podem ser identificados quanto à seleção das AIUA:

- Áreas ou conjuntos com qualidade arquitetônica e frentes urbanas com relevância na consolidação da imagem urbana;
- Áreas ou conjuntos com unidade arquitetônica, tipo-morfológica, volumétrica, construtiva ou outra;
- Conjuntos urbanísticos que correspondem a períodos representativos do desenvolvimento urbanístico da cidade extra muros, entre o séc. XVIII e primeira metade do séc. XX;
- Vias correspondentes às antigas estradas de saída da cidade, que se caracterizam pela qualidade das suas arquiteturas e que constituam testemunhos significativos do desenvolvimento e do planeamento urbanístico da cidade;
- Parcelas do tecido urbano que revelam ainda uma estrutura viária de raiz medieval ou moderna correspondentes a antigos núcleos e lugares;
- Pequenos conjuntos de arquiteturas tradicionais de vocação rural;
- Quarteirões de moradias, blocos ou casas em banda projetadas no século XX;
- Frentes de água (fluvial ou marítima).

Nota-se também alguns critérios mais específicos:

- Englobamento da parcela no seu todo, incluindo o logradouro, muros e eventuais construções anexas;
- Unidade do espaço urbano da rua (incluindo as parcelas de ambos os lados dos arruamentos). A exceção dos casos em que não se justifique a inclusão pela presença de construções ou espaços urbanos com diferentes caracteres tipo-morfológicos, escala, cronologias ou outros.

A Atual Carta do Patrimônio, identifica os imóveis de valores de conjunto, bem como os de valores individuais, apresentando tanto os imóveis já classificados como os imóveis em vias de classificação. Para a melhor compreensão de alguns critérios adotados para a classificação desses bens, foi elaborada uma tabela apresentada em anexo com as principais características dos imóveis mais representativos, na área de estudo (Anexos 1 e 2).

O relatório de revisão do PDM destinado ao Patrimônio, faz uma análise crítica da atual Carta Patrimonial e Planta de Ordenamento Territorial a fim de indicar maior coerência entre os critérios e as áreas propriamente selecionadas como de Interesse Urbanístico e Arquitetônico.

Tomando como base as definições do Plano Diretor Municipal em vigor, o Relatório de Revisão avalia para além das Áreas de Interesse Arquitetônico e Urbanístico, também os Núcleos e Lugares; Espaços Verdes com Valor Patrimonial; Imóveis de Interesse Patrimonial (considerando seus diversos valores: Arquitetônico e Urbanístico; Artístico; Histórico; Paisagístico-Ecológico; Simbólico, Cultural e Social; e Técnico-Científico).

É, ainda, proposta a categorização do Patrimônio Arquitetônico, que apoiado no conceito de Matriz, pode definir o conjunto de elementos arquitetônicos essenciais, que permitem identificar a obra e respeitar a memória do seu processo histórico, sendo definidas oito categorias:

- 1- Espaços, malhas urbanas e arruamentos;
- 2- Obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio;
- 3- Obras de arquitetura com matriz de equipamentos;
- 4- Obras de arquitetura com matriz de comércio e serviços;
- 5- Obras de arquitetura com matriz rural (sem influência na área de estudo);
- 6- Obras de arquitetura com matriz industrial;
- 7- Obras de arte de engenharia;

8- Mobiliário urbano e obras de arte pública.

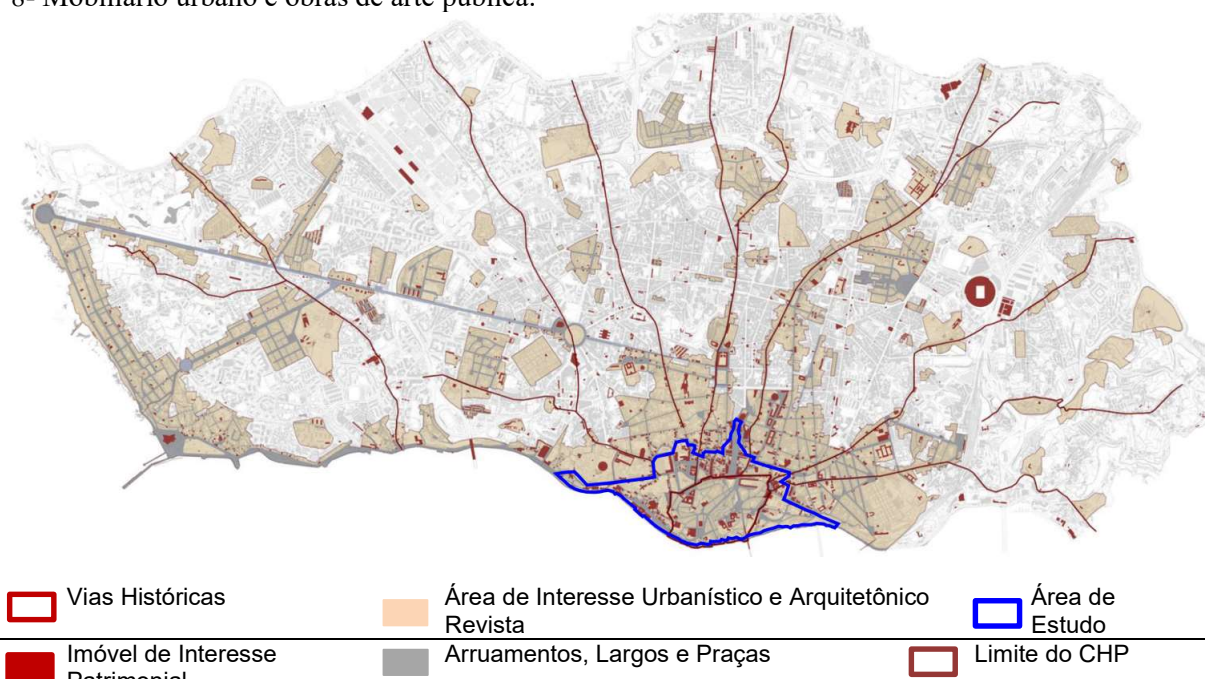


Figura 29 – Planta com AIUA Revisada e Ruas Históricas
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

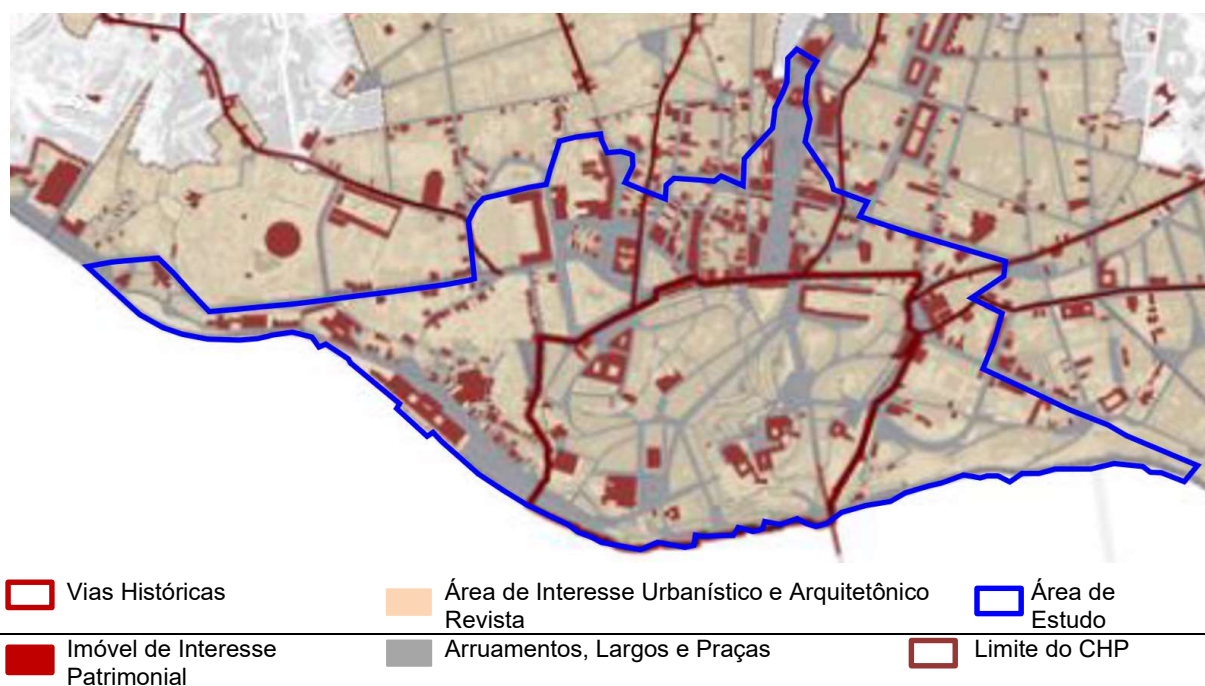


Figura 30 – Recorte da Planta com AIUA Revisada e Ruas Históricas na área de Estudo
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Como resultado, pode-se observar a redução da extensão de AIUA na porção central da cidade, reduzindo o anel que circunda a muralha gótica, evidenciando alterações no tecido urbano que já descaracterizaram a malha original e sem qualquer tipo de referência patrimonial reconhecível pela

comunidade. Entretanto, reforça as Vias Históricas, como condutoras da expansão de outras épocas.

Os elementos gráficos temáticos, com relevância na área de estudo, serão apresentados para melhor elucidação da conjuntura por tópico, o documento na íntegra, encontra-se no endereço eletrônico da Câmara do Porto.

Entre os espaços verdes de valor patrimonial inseridos dentro da área de estudo, estão o Jardim da Cordoaria e a Praça de Lisboa, as quais sofreram processo de reordenamento, em uma visão mais contemporânea atendendo às concepções dos anos 2010. Encontra-se ainda a área ribeira ao D'ouro na porção leste, nomeadamente a região das Fontainhas, com pouca alteração humana.

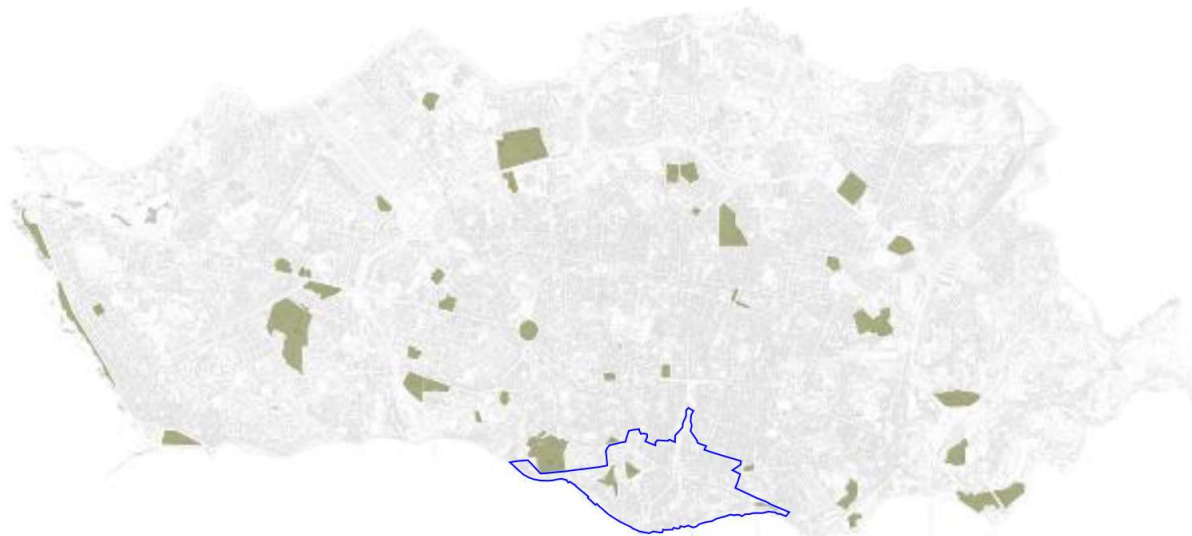


Figura 31 – Planta de Espaços verdes de Valor Patrimonial

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Quando analisa-se os Imóveis de Interesse Patrimonial categorizados pelas matrizes categorizadas, fica mais clara a compreensão da evolução e desenvolvimento do ambiente construído e as dinâmicas relacionais entre cada matriz.

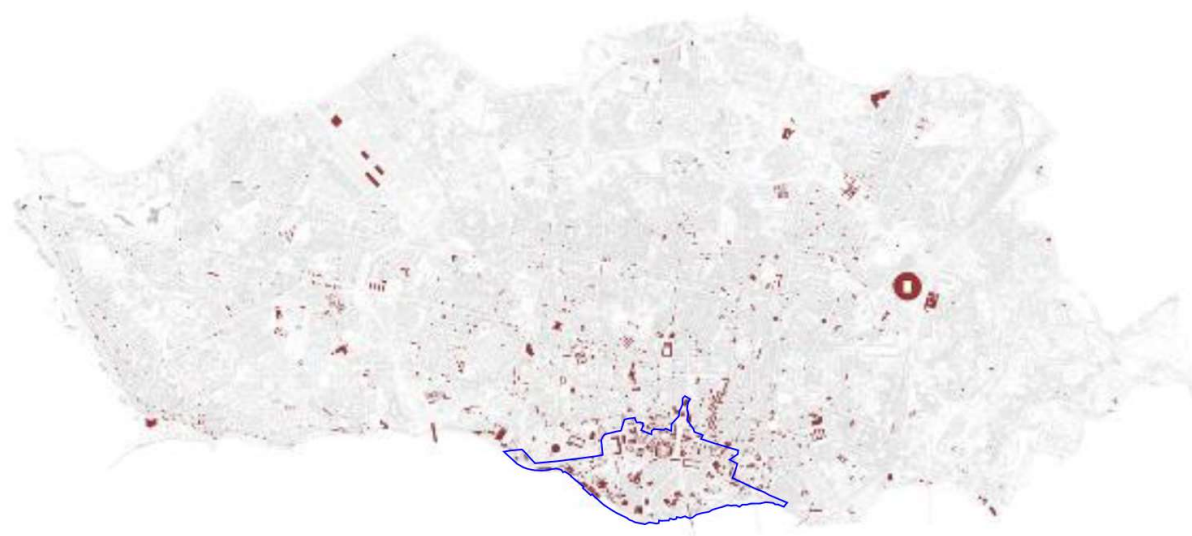


Figura 32 – Planta de Identificação Total dos Imóveis de Interesse Patrimonial

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

No que diz respeito às “obras de arquitetura com matriz de habitação ou de habitação e comércio” com relação à dispersão espacial, observa-se uma maior predominância tanto no Núcleo Intramuralha (designado como Centro Histórico do Porto), como nas áreas de expansão urbana realizada entre o final do século XVIII e primeira metade do século XX.

Cabe também destacar que há um considerável número de obras não inventariadas, mas que têm proteção legal por integrarem Conjuntos de Interesse Público ou o Centro Histórico do Porto (Classificado como Monumento Nacional 19).

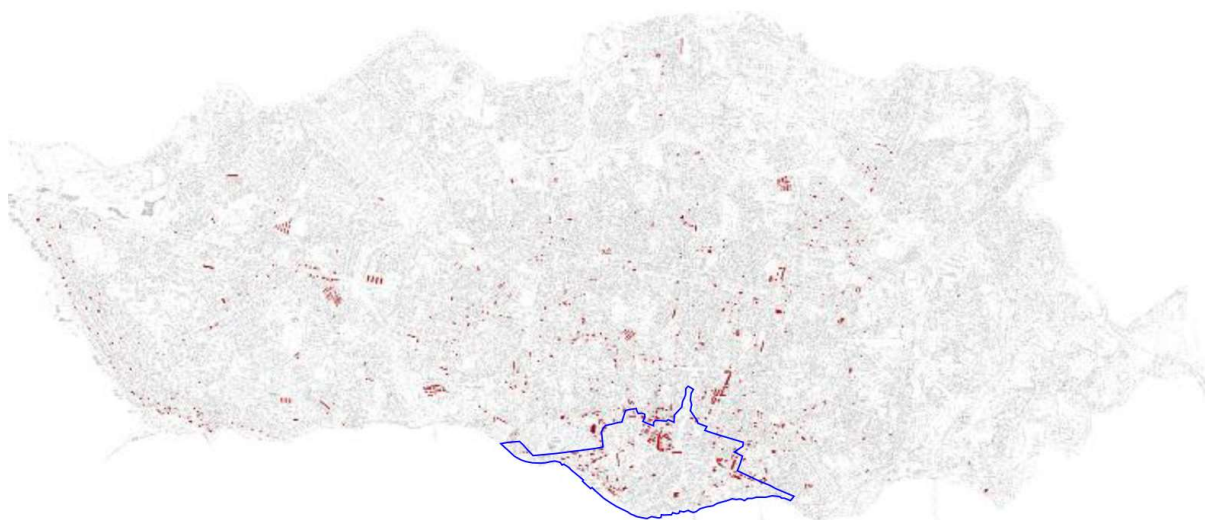


Figura 33 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Habitação ou Habitação e Comércio

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Com relação às “obras de arquitetura com matriz de equipamentos”, pode-se observar que grande parte dos itens são datados do século XX e são de maior incidência na zona central da cidade, reforçando a ideia de concentração de atividades como: museus, igrejas, colégios, escolas, hospitais, teatros, quartéis, bibliotecas, etc na centralidade.

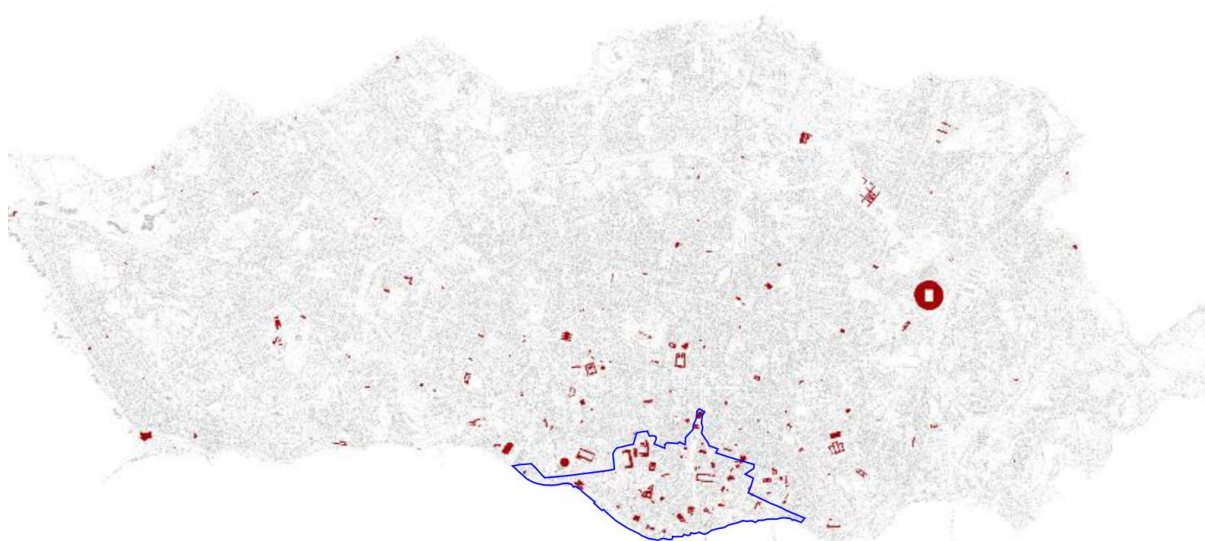


Figura 34 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Equipamentos

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Quando estudada a matriz de “comércio e serviços”, caracterizada por edifícios nos quais são exercidas atividades como: lojas comerciais, cafés, mercados, agências bancárias, serviços administrativos, etc., observa-se que existe uma concentração no eixo de expansão urbana da Avenida Aliados, reforçando a importância deste na cota alta da centralidade municipal.

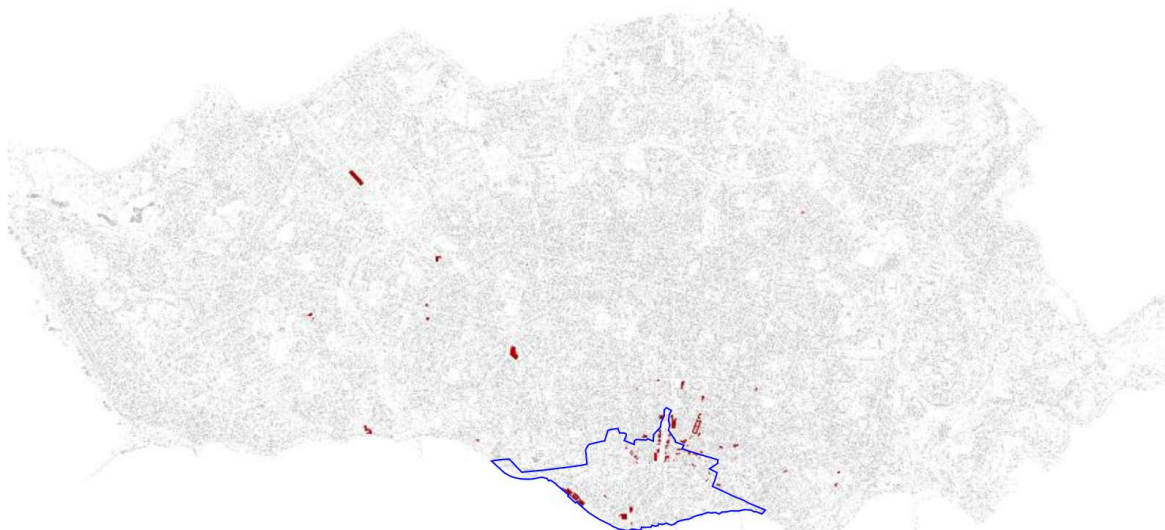


Figura 35 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Comércio e Serviços
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Os imóveis de valor patrimonial que desempenham função fabril ou outros tipos de produção industrial, juntamente com suas benfeitorias de apoio, foram designados como “obras de arquitetura com matriz industrial”.

Deste grupo observa-se que apenas dois imóveis estão classificados e seis possuem proteção legal, por estarem inseridos em Conjuntos de Interesse Público. Pode-se observar, ainda, que estes imóveis situam-se majoritariamente nas áreas periféricas de expansão urbana de finais do século XIX e início do século XX.

Na Área de Estudo concentram-se na região marginal ao Rio Douro, evidenciando a importância das atividades comerciais e industriais fluviais no desenvolvimento da cidade.

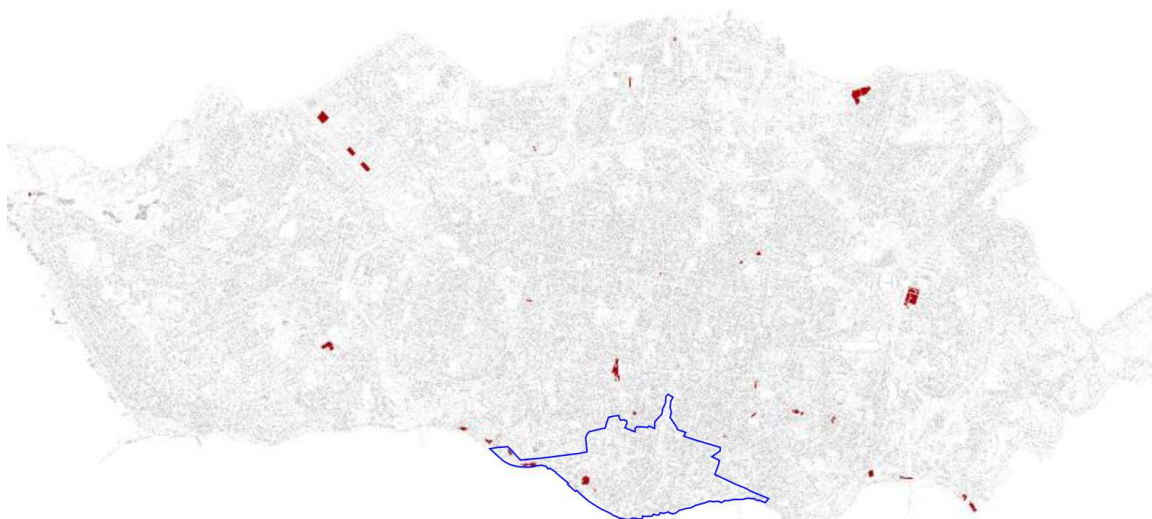


Figura 36 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Industrial
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

No que tange as “obras de arte de engenharia”, foram consideradas obras autorais emblemáticas que apresentam relevância com relação ao processo de concepção, ou processo construtivo, ou materiais empregados, entre outros, e que apresentem valor histórico e documental, enquanto testemunho de um notável grau de desenvolvimento tecnológico à sua época. São exemplos destas obras, pontes, faróis, aquedutos, elevadores, etc. Na área de estudo encontra-se a ponte D. Luís I e o elevador dos Guindais.

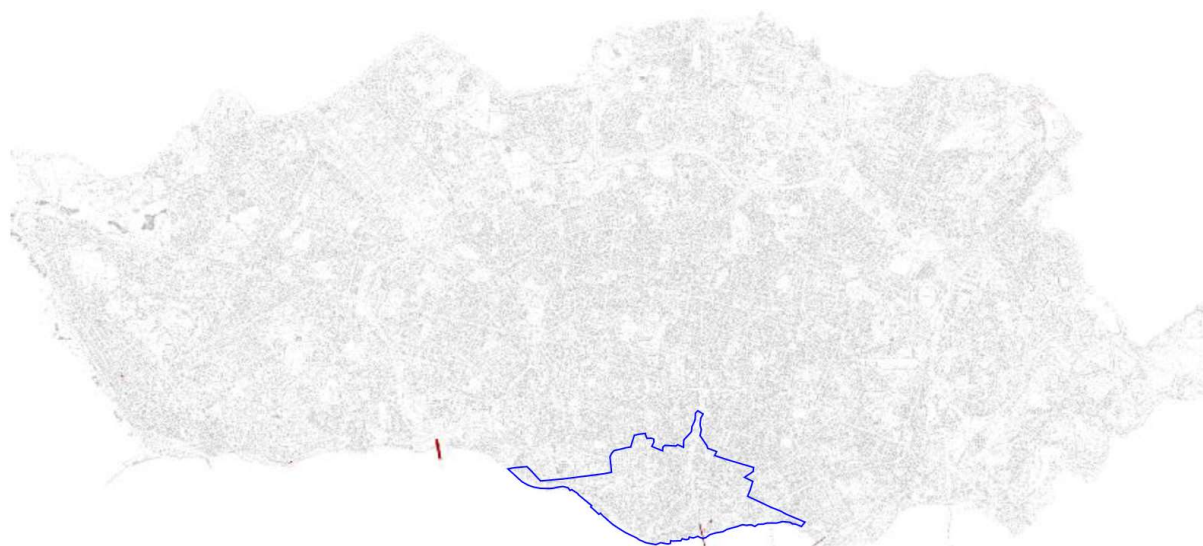


Figura 37 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Matriz Obras de Arte de Engenharia

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Ao mapear os itens de “mobiliário urbano e obras de arte pública”, foram considerados cruzeiros, fontes, chafarizes, obeliscos, estátuas, etc., com valor patrimonial e identitário com o espaço em que estão inseridos.

Nota-se que grande parte dos itens inventariados datam do século XVIII e situam-se predominantemente em espaços urbanos (nomeadamente praças e largos) e jardins históricos.



Figura 38 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial – Mobiliário Urbano e Obras de Arte Pública

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Num panorama geral com relação à espacialidade dos bens de Valor Patrimonial, pode-se afirmar que o Centro Histórico do Porto concentra a maior diversidade de categorias, contando com a predominância de obras de arquitetura com matriz de habitação ou habitação e comércio”, bem como uma boa oferta de itens da matriz de “comércio e serviço, contando ainda com algumas edificações de matriz “industrial”, situadas na Ribeira que reforçam a importância das atividades industriais relacionadas ao Rio D’Ouro para o desenvolvimento da cidade.

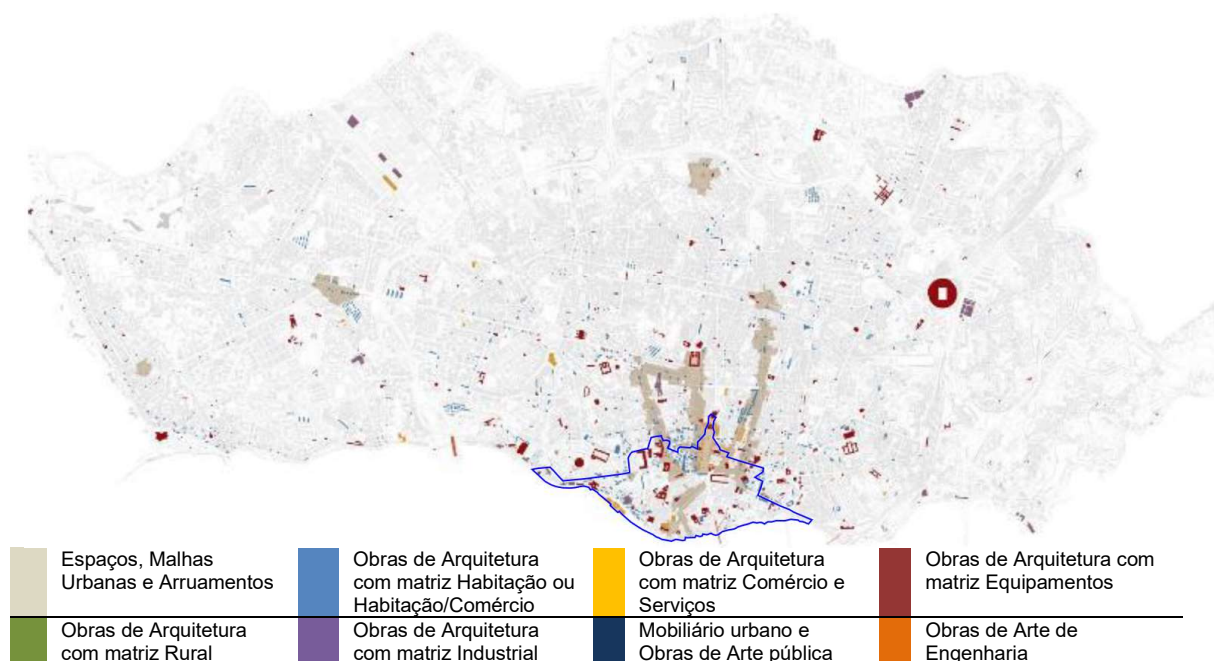


Figura 39 – Planta de Identificação dos Imóveis de Interesse Patrimonial por Categorias e Matrizes

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018h)

Através dessa análise pôde-se verificar que a categorização dos imóveis inventariados do município do Porto, facilitariam a gestão urbanística, agilizando a observação espacial de conjuntos que traduzem uma parte da história da cidade, e criem maior coesão territorial.

Coube ainda avaliar a escassez de imóveis da segunda metade do século XX, ficando este trecho da história do município passível de não ser preservado podendo são ser fielmente retratado às gerações futuras.

Cabe destacar que o Centro Histórico do Porto, tendo classificação como Monumento Nacional, possui todo seu edificado abrangido por proteção legal, sujeito a parecer vinculativo da entidade de tutela, para qualquer intervenção. Isto torna o processo de reabilitação dos itens sem condições, ou precárias condições de habitabilidade muito mais morosos, e custosos ao estado, visto que parte do edificado é de propriedade do Setor Público, nomeadamente da Porto Vivo – SRU.

Quando analisadas as articulações entre o Plano Diretor do Porto e os Planos Estratégicos da Porto Vivo - SRU, verifica-se pouca articulação entre eles, uma vez que o PDM possui uma abordagem de natureza mais normativa e regulamentar, de elaboração complexa e burocrática, que se prolongam por extensos períodos, acabando por não refletir a conjuntura territorial ao final do processo. Podem também, sofrer alterações significativas ao longo de seu desenvolvimento, em função das possíveis alternâncias políticas durante a elaboração e implementação, o que aumenta ainda mais as dificuldades para a construção de um plano coerente e que atenda as reais necessidades da cidade (CMP, 2015).

3.3.3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA CENTRAL E CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS

Para a melhor compreensão da área de estudo e a dinâmica dos residentes locais, foi realizada a caracterização da população residente, com base no último recenseamento (CENSO, 2011), no relatório de Monitorização Social do Porto - 2013 (CMP, 2014), bem como foram analisadas as projeções realizadas pela CMP para o Porto e as freguesias inseridas dentro da área de estudo, através do Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040. (Câmara Municipal do Porto, 2018d).

Segundo o relatório de Monitorização Social do Porto, a tendência para o declínio populacional no município é observada desde os anos oitenta em função de taxas de crescimento natural e migratório negativas. A fixação da população residente atual, bem como a atração de novos habitantes, têm sido um desafio para as autoridades responsáveis.

O Censo de 2011, mostra que para a cidade do Porto a população residente é de 237.591 indivíduos, representando um decréscimo de aproximadamente 10 % quando comparado ao Censo de 2001. Sendo observado que as freguesias do centro Histórico (São Nicolau, Vitória, Sé e Miragaia) apresentam as taxas de decréscimo mais altas do município.

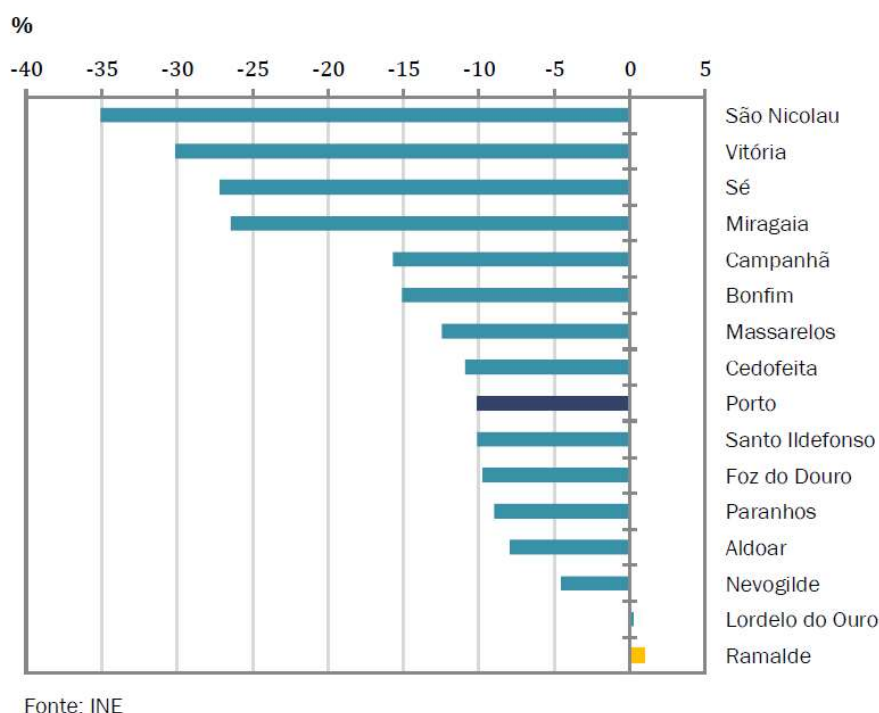


Figura 40 – Gráfico da taxa de variação da população residente pelos Censos de 2001 e 2011

(Fonte: Relatório de Monitorização Social do Porto – 2013, CMP, 2014)

Seguindo a tendência europeia, o município do Porto também aponta no sentido do envelhecimento populacional, oriundo do aumento da expectativa média e pela diminuição das taxas de natalidade colocando em causa o processo de renovação das gerações.

Enquanto a população jovem, representada pelos indivíduos de 0-14 anos, correspondia a 12% do total da população, a população idosa da cidade do Porto equivalia a 23% desse total, no último recenseamento, sendo as maiores taxas de idosos identificadas nas freguesias do Centro Histórico. Uma análise à escala das freguesias destaca particularmente a freguesia da Vitória, com a maior

concentração de idosos (aproximadamente 1/3 dos residentes), enquanto em outras freguesias centrais (Bonfim, Cedofeita, Santo Ildefonso) a concentração de idosos é de mais de 1/4 (CMP, 2014). Verificam-se, no entanto, esforços municipais para a atração da população jovem para estas freguesias.

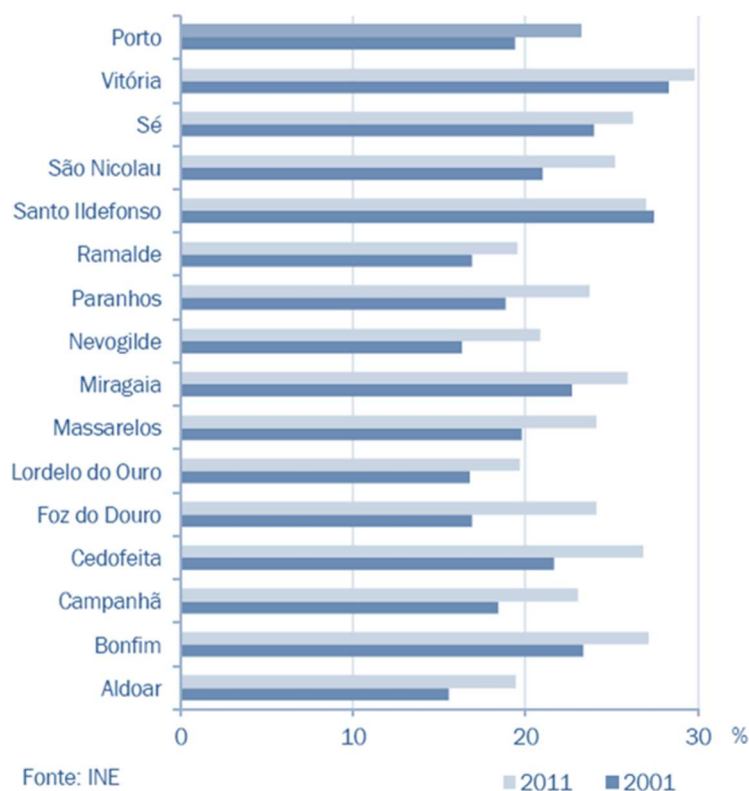


Figura 41 – Gráfico da concentração de idosos (65+) anos por freguesia Censos de 2001 e 2011

(Fonte: Relatório de Monitorização Social do Porto – 2013, CMP, 2014)

Da totalidade de idosos residentes, observa-se ainda o percentual destes que estão a viver sós. A freguesia de Miragaia, no Centro Histórico, é a que mais se destaca, com 35% dos anciões vivendo sozinhos, seguido da Freguesia de Santo Ildefonso com 34% de idosos solitários.

Com relação à entrada de imigrantes em Portugal, observa-se um aumento de quase 1 ponto percentual, entre os anos de 2001 e 2011, sendo majoritariamente estrangeiros de língua portuguesa. No município do Porto esta taxa manteve-se: em 2011 2,5% do total de residentes eram estrangeiros. À uma escala intraurbana, observa-se que as freguesias do Centro Histórico, nomeadamente de Santo Ildefonso (6,6%) e da Sé (6,2%), concentram o maior número de residentes estrangeiros do município, bem como as maiores taxas de aumento observadas entre 2001 e 2011.

Esta preferência da população estrangeira em concentrar-se nas áreas mais centrais é vista como positiva pela CMP, uma vez que contraria a tendência de deslocação da população residente para as áreas periféricas, podendo significar que o centro é um potencial atrator de novos residentes e novas dinâmizações.

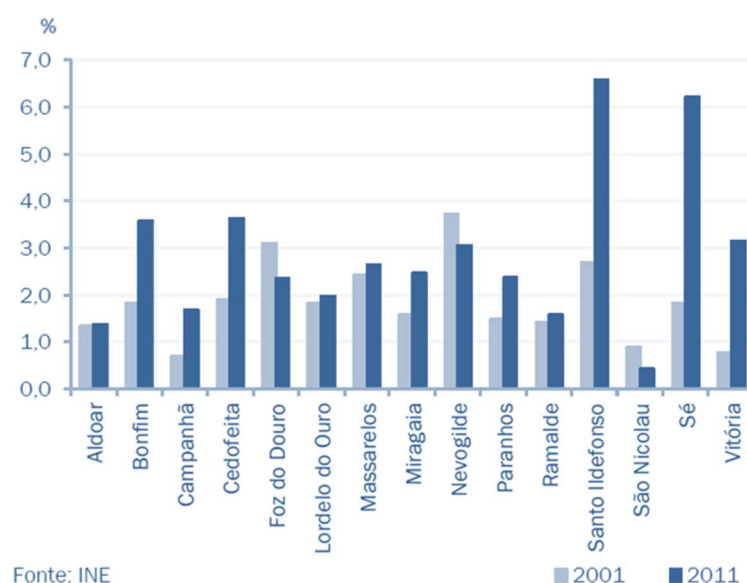


Figura 42 – Gráfico da população residente estrangeira por freguesia - Censos de 2001 e 2011

(Fonte: Relatório de Monitorização Social do Porto – 2013, CMP, 2014)

Caracterização da população na Área de Estudo – Censo 2011

Para uma análise mais focada na área de estudo, foi realizado um recorte ao nível das subsecções compreendidas pela área de interesse, onde foi observado que o número de residentes na área de estudo era de 11.744, correspondendo à 4,95% do total de residentes do município do Porto reportados no último recenseamento.

O Centro Histórico classificado pela UNESCO, desconsiderando a bufferzone, concentra 2,12% do total de residentes do município e concentra 42,80% da população residente da área de estudo. Observou-se também que 54,06 por cento da população inserida na área de estudo é composta por mulheres, sendo a maior parcela dos residentes, mantendo esta tendência no CHP (área Classificada pela Unesco, onde 54,40% dos residentes eram mulheres).

Verificou-se que 52,90% da população (6.212 indivíduos) inserida na área de estudo é composta por indivíduos entre 25 e 64 anos, podendo estes ser classificados como economicamente ativos. Destaca-se ainda que na área analisada 30,19% do total de residentes estavam empregados, sendo 83,97% no setor terciário. O Centro Histórico Classificado mantém a média da área de estudo de pessoas empregadas (30,20%), sendo que o percentual de indivíduos que trabalham no setor terciário sobe para 85,38%. Quando comparado ao município do Porto na íntegra o percentual de residentes empregados é abaixo da estatística municipal que contabilizava 37,23% dos residentes empregados na área municipal, e destes apenas 31,80% estavam no setor terciário.

Esta análise, possibilitou avaliar que a concentração de trabalhadores situados na área de estudo são predominantemente empregados do setor terciário, que é a principal atividade econômica explorada na região, ou seja, pode-se inferir que a maior parcela da população residente trabalha nas proximidades de sua residência. Apesar de a disponibilidade de emprego não ser determinística para a evolução da população, mas sim o equilíbrio entre as funções laboral e habitacional.

A concentração de pessoas sem atividade econômica na área de estudo (47,77%) e no Centro histórico (46,78%) era superior à taxa observada à escala municipal, de 42,88%. O mesmo ocorre

com a taxa da população de pensionistas/reformados, com uma concentração de 30,85 % na área de estudo e 30,22% no Centro Histórico, enquanto na escala municipal esta taxa era de 26,77%.

Com relação à escolaridade da população local da área de estudo, observa-se que 5,05 % não sabem ler nem escrever, mantendo a estatística do Centro Histórico de 5,39%, enquanto a concentração de analfabetos apresentada na escala municipal é de 2,63%. Quando analisada a maioria da população, verifica-se que a maior parcela da área de estudo possui o ensino básico completo (36,36%), muito similar ao percentual do centro histórico (36,74%), com uma diferença superior à 10,00 pontos percentuais do observado no âmbito municipal (23,27%). Reforçando a ideia que o setor terciário, pode absorver a mão de obra não especializada, principalmente na área do retalho e turismo.

Quando analisado os índices de escolaridade relacionados ao ensino superior, na área de estudo 2,08 % da população encontrava-se cursando, enquanto 7,12% dos indivíduos já possuíam um curso superior completo. No centro histórico, esta diferença foi mais acentuada, sendo 1,57% dos indivíduos ainda cursando o ensino superior e 6,00% com ele já concluído. Ao passo que, estes dados na escala municipal apresentam uma discrepância muito acentuada, estando 5,19% da população frequentando o ensino superior e 22,30% da população com o ensino superior concluído. Quando analisa-se a taxa de indivíduos com ensino superior completo no município e na área de estudo (ou somente no CHP), verifica-se que a diferença chega a 3 vezes, evidenciando o baixo índice de especialização da população residente nesta zona, quando comparado ao restante do município.

Com isso, verifica-se que a área central da cidade do Porto, segue a tendência das demais centralidades urbanas, sendo caracterizada por uma elevada densidade e diversificação de pessoas e atividades e por uma forte concentração de equipamentos e instituições de variados carizes. Estes fatores contribuem para a criação de um ambiente propício à criatividade e à inovação, proporcionando fertilização cruzada de conhecimentos, estabelecendo redes densas e de configurações variadas entre os diversos agentes da área. Permitem assim, o desenvolvimento de dinâmicas de competitividade territorial positivas e impulsionadoras de uma economia forte e sustentável. (Ferreira, et al., 2018)

Possíveis cenários demográficos 2015-2040

Para uma boa governança é importante considerar as possíveis alterações dos cenários demográficos e económicos à médio e longo prazo, para a elaboração de planos e políticas que atendam às necessidades vindouras.

Tendo isto em consideração, foi analisado o Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040. (Câmara Municipal do Porto, 2018d), que avalia em simultâneo o comportamento de variáveis económicas (emprego e produtividade) e de variáveis demográficas, particularmente as migrações, visto que estas constituem a principal ligação entre economia e demografia.

O relatório assume a homogeneidade da mortalidade, considerando sua evolução de acordo com as tendências encontradas, enquanto a evolução da fecundidade foi arbitrada, de acordo com tendências probabilísticas modeladas, e as projeções dos saldos migratórios foram obtidas com base na adoção das variáveis socioeconómicas e de um modelo demográfico-económico integrado. Os 3 cenários adotados no relatório, são compostos e incluem componentes demográficas e socioeconómicas:

- **Cenário 1:** Trata-se de um cenário de crescimento moderado, adotado como cenário otimista.
Populações fechadas (sem migrações) - o índice sintético de fecundidade evolui para 1,5 filhos por mulher num horizonte temporal até 2060;
Populações abertas (com saldos migratórios) - considera os saldos migratórios necessários para assegurar a força de trabalho que ocupará os empregos gerados; prevê crescimento continuado;
- **Cenário 2:** Cenário de referência
Populações fechadas (sem migrações) - o índice sintético de fecundidade mantém as tendências atuais (cerca de 1,3 filhos por mulher);
Populações abertas (com saldos migratórios) - condições de continuidade econômica ("business as usual");
- **Cenário 3:** Cenário pessimista
Populações fechadas (sem migrações) - o índice sintético de fecundidade decresce para taxa de 1,1 filhos por mulher num horizonte temporal até 2060;
Populações abertas (com saldos migratórios) - condições econômicas com redução das taxas de crescimento.

O Porto, sendo a segunda maior área metropolitana do país, acompanha a tendência mundial de terciarização das atividades dos centros urbanos, impactando na diminuição das funções residenciais em detrimento, principalmente, às atividades de turismo e comércio, bem como de serviços públicos (CMP, 2018d). Esta análise torna-se interessante quando avaliada a população ao nível de freguesias, para a projeção das tendências de comportamento.

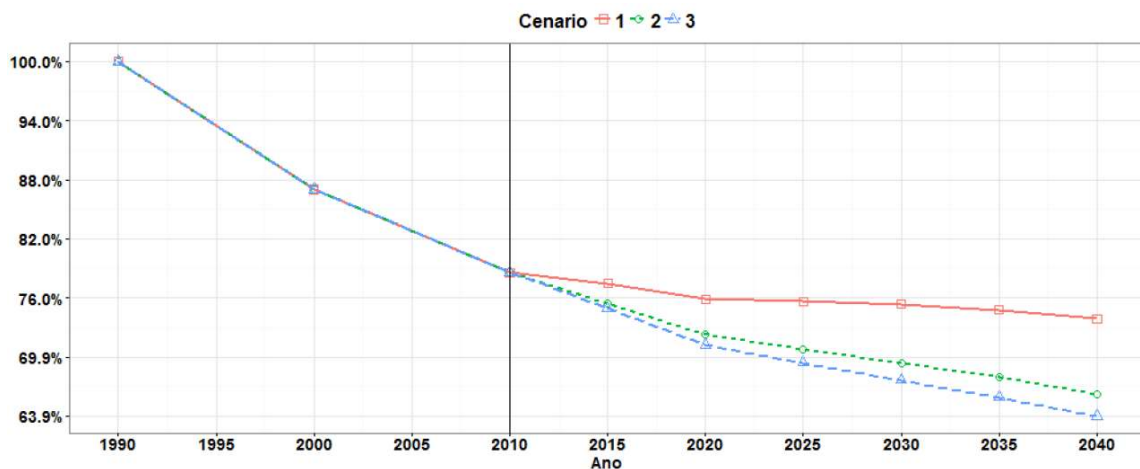


Figura 43 - População do Município do Porto entre 1990 e 2040 (1990=100)

(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040, CMP, 2018d)

Os gráficos apresentados, mostram a tendência de aumento da população envelhecida, enquanto há uma significativa queda na população jovem. Evidenciando a importância de políticas que auxiliem a fixação de jovens no município, mas também de políticas que aumentem o bem estar da população envelhecida e a insira nas atividades econômicas e dinâmicas culturais e de lazer.

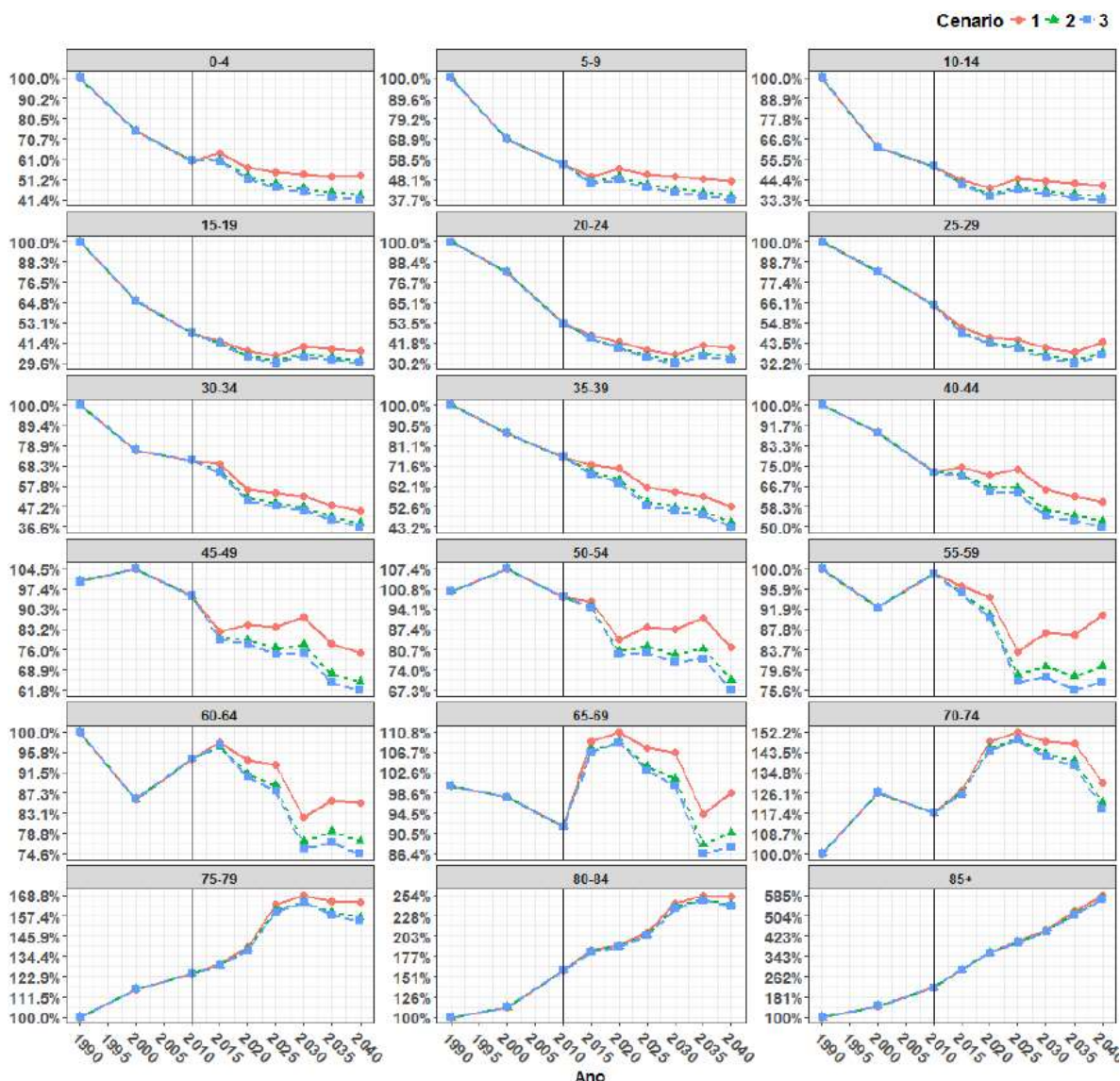


Figura 44 - População do Município do Porto por grupos etários entre 1990 e 2040 (1990=100)

(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040, CMP, 2018d)

As taxas de migração também constituem um importante fator a ser analisado quanto às tendências demográficas do Porto, segundo o Relatório da CMP as projeções previam para 2020 o aumento dos saldos migratórios, considerando a possível fixação desta população a partir do ano 2020. Contudo o impacto causado pela pandemia do COVID-19 na economia global, tende a impactar esta projeção, e acentuar a tendência de despovoamento do município do Porto, principalmente da centralidade, muito voltada às atividades turísticas e terciárias dela derivadas, que foram fortemente impactadas pela pandemia. Atualmente a função habitacional é concentrada nas áreas periféricas do município do Porto ou nas cidades metropolitanas, abastecendo grande parte da mão de obra gerada nas prestações de serviço da centralidade urbana. Para o aumento positivo na cidade do Porto é necessário o desenvolvimento de políticas ativas na área habitação, principalmente no Centro Histórico.

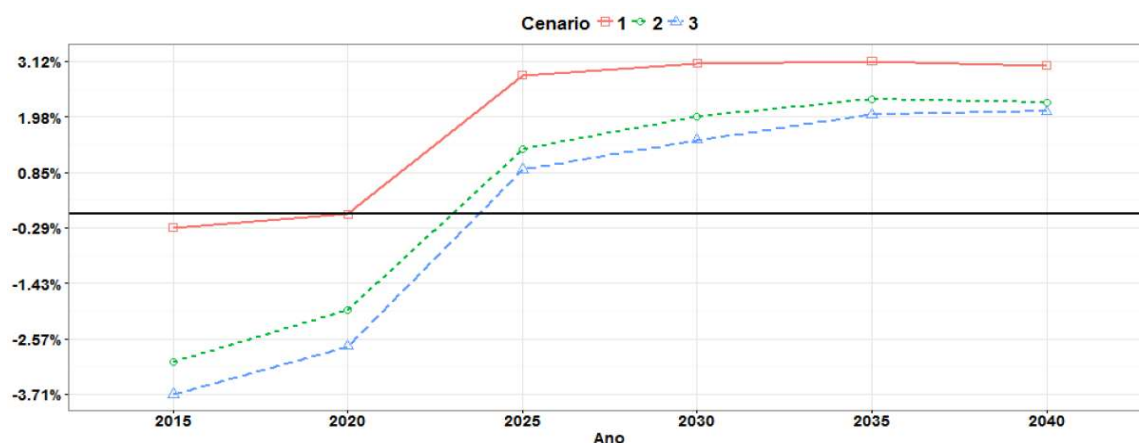


Figura 45 – Gráfico da Taxa de migração do Município do Porto (2015-2040)

(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040, CMP, 2018d)

Observa-se que em todos os cenários a estrutura da população evolui de uma figura ainda com semelhanças a uma pirâmide para uma figura a que os demógrafos chamam de “urna demográfica”, retratando o aumento da população envelhecida e o peso que este representa na estrutura etária da população. As pirâmides etárias para a cidade do Porto, nos três cenários projetados, evidenciam a projeção de envelhecimento da população.

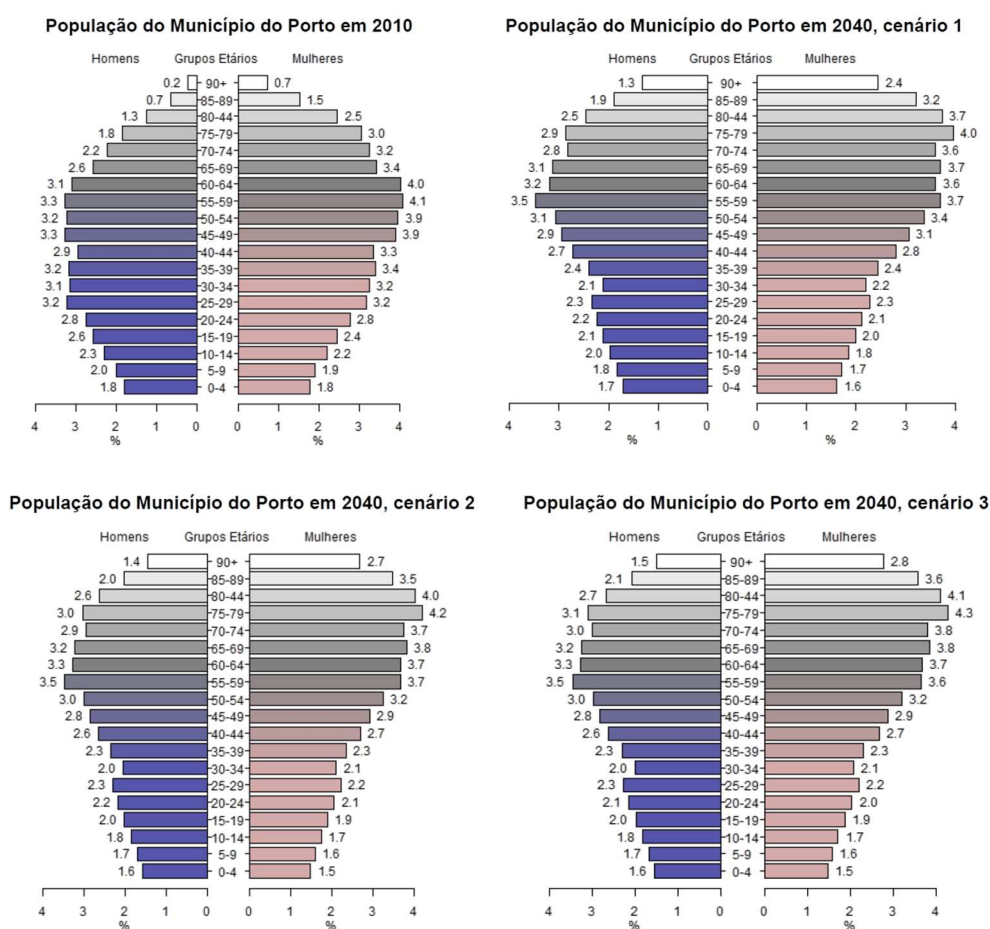


Figura 46 – Pirâmides etárias do Município do Porto (2010-2040)

(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040 - CMP, 2018d)

Ao nível das Freguesias observa-se a heterogeneidade do comportamento demográfico em cada cenário projetado, devido às particularidades de cada Freguesia, nomeadamente o nível da estrutura etária, funções urbanas e dinamismo socioeconómico.

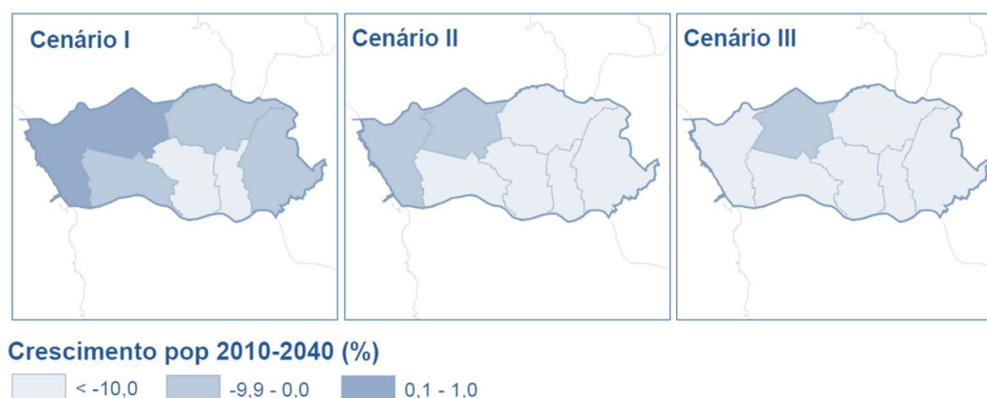


Figura 47 – Infográfico com taxas de crescimento populacional (%) por Freguesia (2010-2040)
(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040, CMP, 2018d)

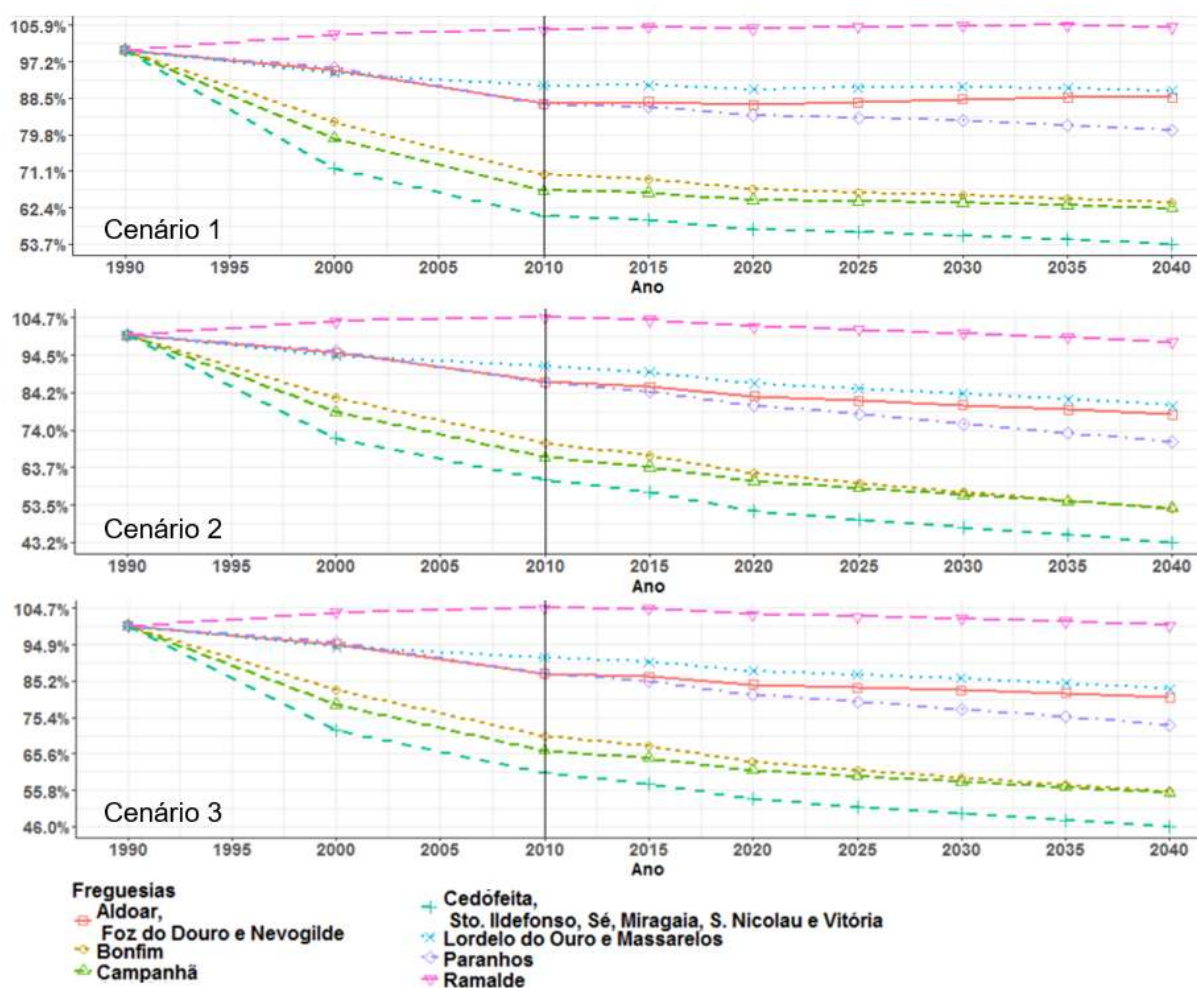


Figura 48 – Evolução populacional por Freguesia (1990-2040) (1990=100%)
(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040, CMP, 2018d)

Ainda que naturalmente reflita a evolução da população no município como um todo, a evolução populacional ao nível das freguesias é diferente em cada cenário apresentado. No cenário 1 identifica-se, uma trajetória de estabilização populacional (ainda que possíveis crescimentos ou decréscimos moderados possam ocorrer) na União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e na Freguesia de Ramalde, enquanto nas freguesias históricas (Paranhos, Bonfim e Campanhã e sobretudo, na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), seja identificada uma trajetória de perda da população nas próximas décadas. Já nos cenários 2 e 3 projetam-se perdas de população em todas as freguesias, variando somente a intensidade, podendo alcançar uma perda de até 30% (a partir de 2010) da população nas freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, no cenário 3.

O estudo destaca ainda que, à menor escala, a probabilidade de equívocos nos modelos aumenta, uma vez que fenômenos pontuais, não incluídos na modelagem, podem contribuir para a alteração dos valores projetados, como possíveis expansões nas atividades turísticas, principalmente na área da Baixa municipal.

Tendo em vista a área de estudo, optou-se por destacar a evolução populacional por idade nas freguesias que a compõem majoritariamente: União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória.

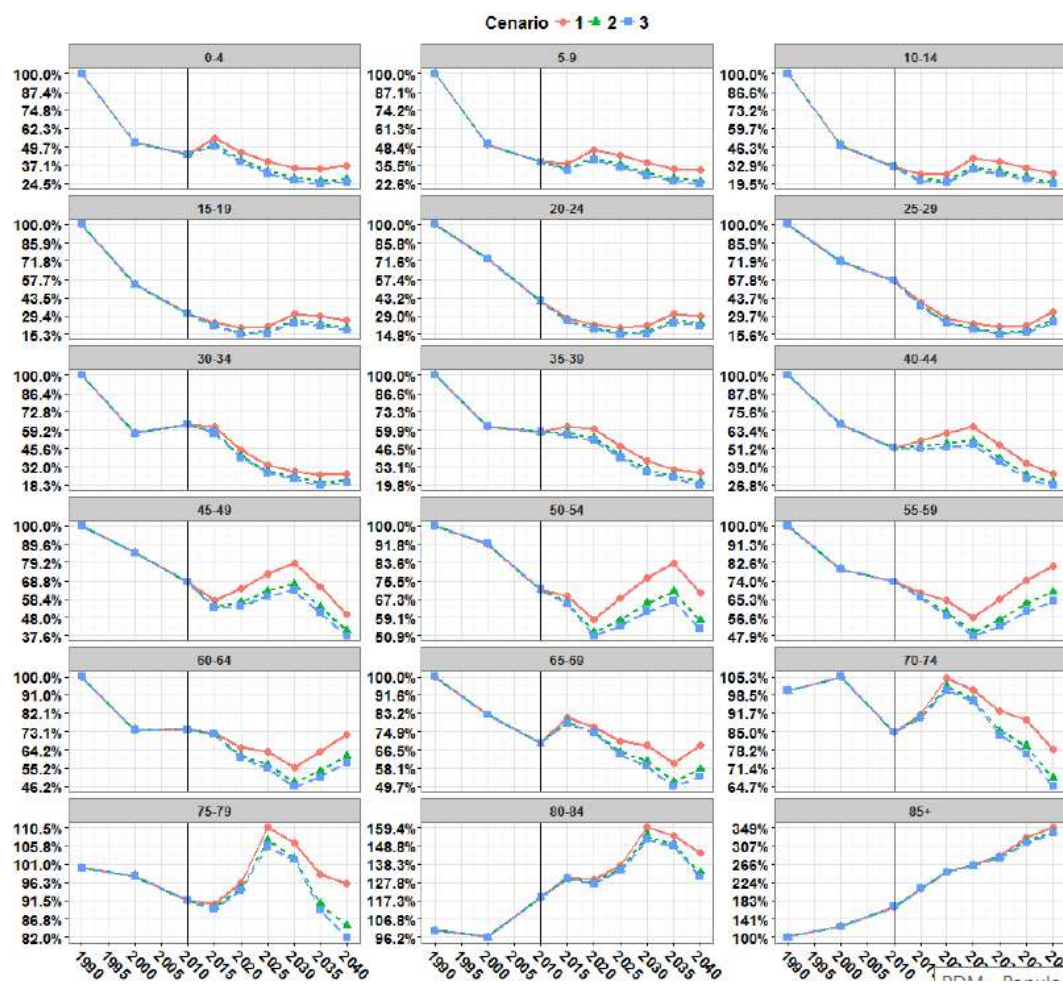


Figura 49 – Evolução populacional da União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (2010-2040) (1990 = 100)

(Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico dos Cenários Demográficos 2015-2040, CMP, 2018d)

Com base no avaliado, pode-se observar que o Porto, segue a tendência de envelhecimento populacional, encontrada em toda a Europa. Ao nível intraurbano, analisa-se que as freguesias históricas, principalmente as contidas na totalidade ou grande extensão na área de estudo são e serão as mais afetadas por este fenômeno.

Quando observada esta situação, vê-se a importância da boa gestão das políticas relacionadas a preservação do patrimônio construído e cultural para a geração de bem estar social, para a crescente população envelhecida, fragilizada e que se beneficia muito do zelo da urbe histórica e familiar para si. Assim como estas mesmas políticas beneficiam a fixação de novos residentes (imigrantes ou não), afim de evitar o esvaziamento de residentes do núcleo histórico do município.

3.4. A Economia na Área de Estudo

Conforme relatório disponibilizado pela CMP, a base econômica do município do Porto encontra-se em um período de recomposição, num contexto de reorganização econômica que acompanha as necessidades à escala nacional e continental, sem desconsiderar as especificidades da própria urbe.

Cabe destacar que o relatório disponibilizado pela Câmara do Porto aplica em suas análises dados disponíveis de fontes distintas. Sendo para o período de 2001-2011, utilizado os dados oriundos dos dois últimos recenseamentos gerais da população, elaborados pelo INE. Já para o período 2011-2014, há a complementação da base de dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Quadros de Pessoal), que exclui profissionais liberais e funcionários públicos, uma parcela do funcionalismo público (nomeadamente trabalhadores da educação e saúde), bem como do Instituto de Segurança Social (ISS) (Câmara Municipal do Porto, 2018b).

O Porto recentemente ultrapassa um processo de recuperação econômica, da última crise financeira, sendo notório o surgimento de dinâmicas focadas no restabelecimento financeiro, dentre as quais se destaca o Turismo, devido ao elevado volume de emprego criado, seja de forma mais direta, como nas áreas da hotelaria e da alimentação, ou mais indireta, como no comércio, na construção (principalmente na vertente da reabilitação urbana) e em atividades culturais e de lazer (Câmara Municipal do Porto, 2018b). O Turismo é, quando sabiamente gerenciado, uma das dinâmicas que mais acelera a recuperação econômica, principalmente de cidades históricas.

No Porto destacam-se também, oportunidades no mercado tecnológico, seja na da disponibilização de serviços partilhados *online* em *nearshore*, seja na concepção e produção de novos produtos e serviços, frequentemente em estreita articulação com as instituições de ensino superior instaladas no município. (Câmara Municipal do Porto, 2018b).

Seguindo a tendência de modelo de distribuição de trabalho da maioria dos contextos urbanos, a maior concentração dos postos de trabalho encontra-se no centro Tradicional/Histórico (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de Pessoas empregadas no Porto – por Freguesia (2014)

Freguesia	Postos de Trabalho	Percentagem (%)
Bonfim	7.382	6,6
Campanhã	8.022	7,2
Paranhos	13.588	12,2
Ramalde	17.921	16,1
UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	7.265	6,5
UF de Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória	43.695	39,3
UF de Lordelo do Ouro e Massarelos	13.250	11,9

(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018b)

Deve-se atentar aos dados apresentados, uma vez que a base de dados (MTSSS), não abrange dados do funcionalismo público associados à educação (escolas e universidades), bem como outros grandes equipamentos. Entretanto, confirma a forte presença de serviços públicos nas freguesias mais centrais, nomeadamente os associados à administração local e a vários organismos desconcentrados da administração central. (Câmara Municipal do Porto, 2018b).

A base econômica do Porto, caracteriza-se por uma sobre-especialização no setor terciário, sobretudo nos serviços que exigem elevadas qualificações, entre estes, serviços financeiros, serviços de apoio à atividade econômica (destacadamente a consultoria econômica e jurídica), a educação, a saúde, as tecnologias de informação e comunicação, bem como as atividades culturais e recreativas, característica comum à centros urbanos consolidados. Uma vez que o Turismo ganhou grande representatividade na economia dos últimos anos, os setores de hotelaria e alimentação (restaurantes), também apresentam grande relevância nas dinâmicas econômicas Portuenses.

3.4.1. CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO

Segundo o último Censo (2011), o comércio contemplava quase 28.000 postos de trabalho, compondo aproximadamente 15,4% da totalidade dos postos de trabalho do Porto, sendo uma das principais atividades econômicas.

Dados mais recentes, referentes a 2014, divulgados pelo MTSSS/Quadros de Pessoal apontam 21.021 postos de trabalho no setor, enquanto os dados do ISS, relativos a 2016 apontam para 27.777 pessoas empregadas no comércio. Cabe salientar que, conforme explanado anteriormente as fontes disponíveis utilizam universos e critérios distintos de quantificação e distribuição dos valores, deixando assim, pouco explicada a oscilação dos valores apresentados. Deve-se atentar também ao alto índice de ‘terceirização’ ou subcontratação da mão de obra laboral neste setor, responsável por transferir o registro desses trabalhadores para “atividades administrativas e serviços de apoio” (CMP, 2018b).

Com relação aos estabelecimentos comerciais do Porto, verifica-se que estes apresentam, em média, valores inferiores, tanto de trabalhadores, como de volume de negócios se comparados ao centro urbano de Lisboa, assemelhando-se mais à média continental do país, com estabelecimentos menores.

Esta característica é evidenciada no Centro Histórico do Porto, fator que favorece o incentivo do comércio tradicional, prospectando a recuperação do comércio local, e pequenos negócios, como forma de recuperação, social à crise atualmente imposta pela pandemia de COVID-19.

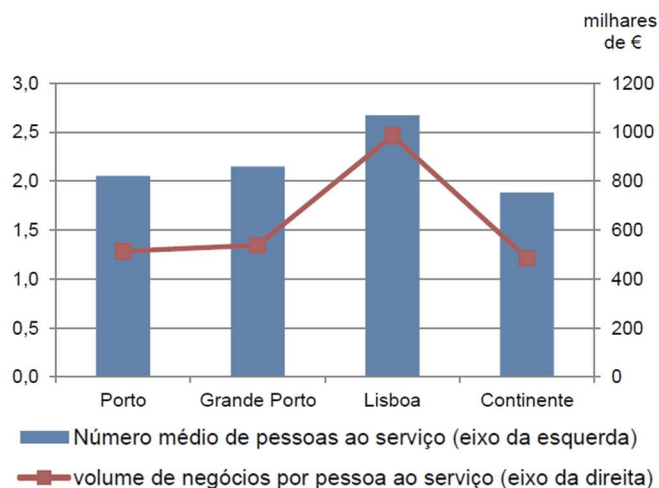


Figura 50 – Médias das dimensões dos estabelecimentos comerciais (2014) - MTSSS
(Fonte: Câmara Municipal do Porto, 2018b)

Além disso, o levantamento realizado pela CMP (Câmara Municipal do Porto, 2018b) verifica que as freguesias mais centrais (Bonfim e a União de Freguesias de Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória), concentram 40% dos postos de trabalho do setor do comércio, sendo mais alta a proporção quando refere-se ao retalho, sobretudo de estabelecimentos especializados nomeadamente em produtos alimentares (52%), em bens culturais (55%), em equipamento doméstico que inclui desde os têxteis-lar até ao material de construção (55%), ou ainda em “outros produtos” (63 %), categoria heterogênea que engloba o vestuário, o calçado, a joalharia e os produtos farmacêuticos e médicos, entre muitos outros.

Quando considerado o conjunto do setor comercial, este acompanha a distribuição espacial da generalidade das atividades económicas do município, concentrando um terço dos postos de trabalho na UF mais central Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória). Entretanto, quando avaliada por ramo de atividade comercial e por freguesia, emergem fortes especializações territoriais, mais afastadas da centralidade urbana. (Câmara Municipal do Porto, 2018b)

Após um longo período de suburbanização das atividades comerciais, majoritariamente para as cidades vizinhas ao Porto, o município vivencia atualmente o retorno do comércio à centralidade urbana, principalmente na parte histórica. Uma vez que o turismo teve papel determinante nesta mudança de paradigma, é compreensível que a maior concentração comercial esteja situada junto às áreas de maior apetência turística, seja com o comércio diretamente relacionado ao turismo (venda de recordações e produtos tradicionais) ou comércio de outros bens que são amplamente consumidos por turistas, relacionados à moda, decoração e alimentação. Observou-se ainda, (CMP, 2018b), que houve a expansão das áreas tradicionais de comércio, como a Rua de Santa Catarina e Sá da Bandeira para áreas de recente dinamização, como o entorno da Torre dos Clérigos, com marcada presença de artigos de luxo e especialização em produtos tradicionais e icônicos.

Há de considerar que toda esta evolução trouxe impactos para os valores de alugueis, principalmente de vocação comercial, nas zonas de maior interesse turístico. Não somente o turismo alavancou estas alterações, mas também a gradual recuperação do período pós crise, bem como as alterações legislativas realizadas em 2012 (Novo Regime de Arrendamento Urbano – Lei 31/2012), que possibilitaram a atualização progressiva dos valores de alugueis antigos, fazendo com que novos investidores voltassem a se interessar no setor. Entretanto, as zonas turísticas,

ficaram expostas à uma enorme pressão imobiliária no valor dos aluguéis, levando muito do comércio local a colapsar economicamente, inviabilizando a operação de alguns estabelecimentos de grande tradição. Sendo assim, em 2017 aprovou-se a lei nº 42/2017 (estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local) na Assembleia da República, e em 2019 a Câmara Municipal do Porto aprova o Regulamento Porto de Tradição (Regulamento nº 395/2019), de modo a evitar que estabelecimentos com valor histórico ou identitário reconhecido sofram com as bruscas atualizações de valores. Contudo, observa-se também a mudança de hábitos dos consumidores, com a crescente busca pelo comércio de rua e de proximidade, apesar da elevada preferência pelos centros comerciais suburbanos (Câmara Municipal do Porto, 2018b). Esta mudança de hábitos, pode ser resultado da própria alteração das dinâmicas da região Histórica do Porto, que movimentaram a zona tornando mais atrativa e segura para os usuários locais e de passagem.

Segundo relatório da Câmara (CMP, 2018b), a tendência futura aponta para a intensificação da alteração comportamental já verificada, no que diz respeito à preferência pelo comércio de rua, em particular dos que detêm maior poder de compra, podendo acarretar na expansão comercial de marcas de luxo, bem como a concentração de habitações e ofertas de hospedagem para o mesmo público. Isto posto, trará grandes desafios para a manutenção do equilíbrio entre o desenvolvimento das novas dinâmicas urbanas e a preservação de valores identitários do CHP, para que ambos trabalhem em sinergia, de forma a contornarem os problemas oriundos da grande pressão imobiliária, associada à previsível intensificação da competição entre diferentes funções urbanas. Tendendo a beneficiar funções mais rentáveis, com prejuízo às atividades que contribuem para a especificidade e autenticidade do Centro Histórico, colocando em causa a sustentabilidade do setor turístico, e a coesão sócio-territorial em escala mais ampla.

Em contrapartida, espera-se a reestruturação de outros segmentos da oferta, sendo projetável no retalho não especializado, a intensificação da concorrência com a entrada e adaptação das grandes cadeias ao comércio de proximidade, seja pela reformulação das lojas ou da adoção de modelos de franchising com os retalhistas mais tradicionais.

Ainda no sentido de transformações, deve-se ponderar o grande espaço que o comércio eletrônico tem, ainda, a ocupar, uma vez que este, se comparado a outros países europeus, encontra-se em atraso (Câmara Municipal do Porto, 2018b). O comércio eletrônico, cresceu muito no período ‘estado de emergência’ decretado pelo Estado, em função do COVID-19, devido às restrições de mobilidade impostas, e esta tendência tende a aumentar no atual momento, uma vez que usuários até então pouco adeptos do modelo de compra foram forçados a experimentá-lo e introduzi-lo no seu dia-a-dia, habituando-se a este novo modelo de comércio.

3.4.2. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO E ATIVIDADES CRIATIVAS

Turismo

A regeneração do Centro Histórico do Porto, advém de um alto investimento municipal centrado no setor cultural e do turismo, fazendo deste centro um polo dinamizador de uma área metropolitana alargada. Como resultado, o Porto vem experimentando ao longo dos anos, por diversas vezes, o protagonismo no contexto nacional relacionado ao turismo. O município foi eleito por três vezes (2012, 2014 e 2017) o “melhor destino europeu” pela organização European Best Destination, corroborando o rápido crescimento experimentado deste setor, com suas implicações que vão além

das atividades turísticas em si, ou mesmo da economia local, mas de toda a estrutura organizacional e social da urbe (CMP, 2018c).

Dentre os indicadores que mais refletem a apetência turística do Porto, pode-se analisar o movimento de passageiros do aeroporto Francisco Sá Carneiro, que mais que duplicou sua demanda nos últimos 10 anos. Resultado de um projeto de expansão e modernização, aliado à aposta das companhias aéreas de baixo custo no potencial turístico da cidade, foi de grande relevância para a ampliação da atividade turística no Porto.

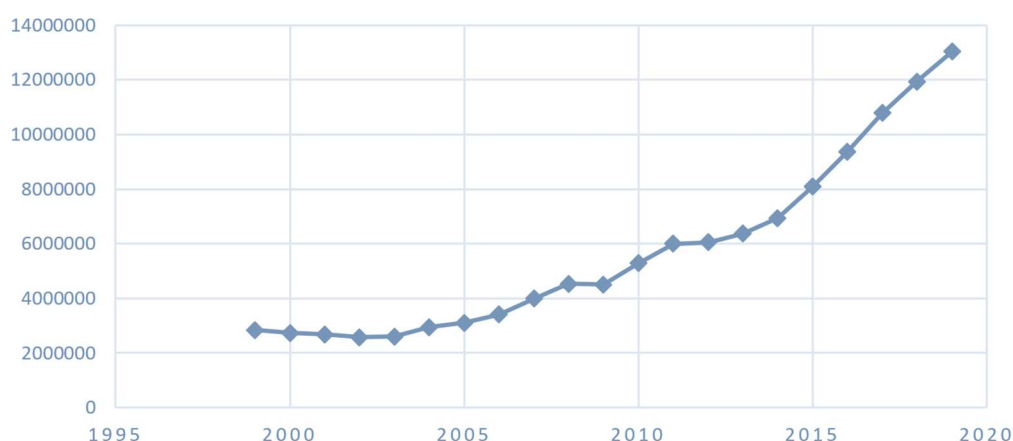


Figura 51 – Gráfico Evolução do movimento de Passageiros no Aeroporto Francisco Sá Carneiro

(Fonte: <https://aeroporto.news/estatisticas-2019/>)

O crescimento do turismo na cidade do Porto é de suma importância para o desenvolvimento econômico do município e traz consigo desafios relacionados à preservação da identidade urbana da cidade e da qualidade de vida dos seus residentes, principalmente nos locais de maior apetência turística. Dada sua forte interligação entre a distribuição espacial destas atividades, e os fatores identitários e de qualidade de vida, a dimensão territorial desse fenômeno assume grande relevância, para a preservação da identidade e qualidade de vida urbana.

Atividades Criativas

Nos últimos anos, observou-se o esmaecimento da fronteira entre o setor cultural, geralmente produtor de bens públicos e semi-públicos, e as atividades chamadas “culturais e criativas”, entendidas como produtoras de bens e serviços dotados de um elevado conteúdo simbólico e estético, e as atividades mais gerais de produção e distribuição de bens e serviços. Por um lado, houve a crescente mercantilização da produção artística, por outro a incorporação de elementos criativos e identitários nos objetos das indústrias tradicionais (mobiliário, vestuário, calçado, etc.) como estratégia de melhor posicionamento na cadeia de valor (CMP, 2018b).

O contexto de evolução dos índices de escolarização e urbanização, bem como da terciarização e da digitalização das atividades econômicas, somados à crescente diversidade cultural, tornou as “atividades culturais e criativas” uma das grandes engrenagens das economias urbanas. A “economia criativa” compreende além das atividades culturais, nomeadamente as artes visuais e performativas, a literatura e a música, outros ramos da cultura que vão desde museus e bibliotecas até cinemas, publicidade e edição, videogames, artesanato, publicidade, arquitetura, design e moda, entre outros.

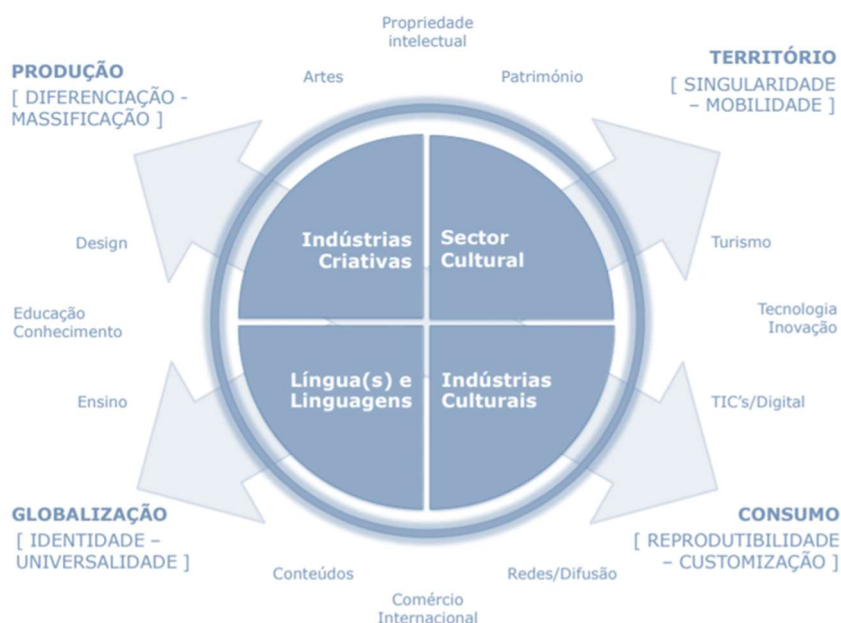


Figura 52 – Desafios Conceituais e Operacionais da “Economia Criativa”

(Fonte: http://clubecriativos.com/wp-content/uploads/2016/12/ADDICT_14novembro_AM.pdf)

Nos dados informados pela CMP, datados de 2015, foi possível identificar uma acentuada vitalidade relacionada às dinâmicas culturais, nomeadamente aos museus, que tiveram acréscimo de 46% de visitantes entre 2012 e 2015, alcançando 2,4 milhões de visitantes. No que tange a empregabilidade da “economia criativa”, em 2014 o setor empregava 5.268 pessoas, correspondendo à aproximadamente 4,7% do emprego privado na cidade e 3,5% do total de empregos (CMP, 2018b).

Tomando-se por base o estudo realizado para a ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, por Augusto Mateus e Associados, pode-se dividir os “Empregos Criativos” em três principais segmentos, atividades culturais nucleares, indústrias culturais e atividades criativas.

Tabela 11 – Segmentos do “Emprego Criativo”

Domínios	Subsetores
Atividades Culturais Nucleares	Artes Performativas
	Artes Visuais e Criação Literária
	Patrimônio Histórico e Cultural
Indústrias Culturais	Cinema
	Edição
	Música
	Rádio, Televisão, e Vídeo
	Comércio e Equipamentos
	Turismo Cultural
Atividades Criativas	Arquitetura
	Design
	Publicidade
	Serviços de Software
	Componentes Criativas em Outras Atividades

(Fonte: http://clubecriativos.com/wp-content/uploads/2016/12/ADDICT_14novembro_AM.pdf)

Em 2014, o segmento das atividades criativas, representava a maior parcela de empregos gerados no Porto, deixando a menor parcela para as atividades nucleares culturais. Quando analisado à escala das freguesias, nota-se que as mais centrais (Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória) detêm 36% do emprego criativo do município, sendo a maior concentração (82%) nas atividades culturais nucleares, 47 % nas indústrias culturais e a menor proporção (21%) nas atividades criativas. Fato este explicado em função da maior dispersão das atividades de arquitetura e engenharia e pela grande concentração de oferta cultural no centro urbano (CMP, 2018b), bem como da grande concentração de equipamentos coletivos como teatros, museus arquivos, e outros, além das benfeitorias de valor Histórico-Cultural no área central da urbe, principalmente no núcleo intramuralha. justificando a concentração das atividades nucleares nesta região.

Equipamentos de Animação Cultural

No intuito de verificar a disponibilidade de Equipamentos de Utilização Coletiva destinados a cultura na área de estudo, coube analisar o Relatório de Revisão do PDM, elaborado pela Câmara do Porto no que se relaciona à esta tipologia de equipamento, bem como visitas “in loco”, para a identificação dessas atividades.

Cabe destacar que as visitas à área de estudo se deram em período de retomada das atividades comerciais, no período do verão incluindo as férias escolares, quando, normalmente, a cidade está com ampla oferta de atividades culturais e de lazer disponíveis, situação que encontrava-se alterada em função da situação pandêmica global, quando muitos estabelecimentos ainda encontravam-se com capacidade reduzida de atendimento ao público.

Adotou-se o enquadramento normativo estabelecido por Decreto-Lei nº80/2015 de 14 de maio, no que concerne às redes de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo, identificados nos programas e planos territoriais, definindo-os como de nível fundamental, promovendo a qualidade de vida, apoiando as atividades económicas e assegurando a otimização do acesso à cultura, educação, justiça, saúde, segurança social, desporto e lazer. Deve-se a observância de estratégias coerente por parte dos gestores no que se refere à instalação, conservação e desenvolvimento destes equipamentos ou infraestruturas, considerando as necessidades sociais e culturais da população, bem como as perspectivas de evolução económicas e sociais. (Portugal, 2015).

Como conceitos técnicos para a definição de equipamentos de utilização coletiva, adota-se o Decreto Regulamentar 9/2009 de 29 de Maio, fixando que estes são edificações e espaços não edificadas destinados à provisão de bens e serviços que objetivem satisfazer as necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, educação, cultura, desporto, justiça, segurança social, segurança pública e proteção civil (Portugal, 2009). Cabe ainda, complementar que:

- Os equipamentos de utilização coletiva podem ser de natureza pública ou privada. Quando os bens ou serviços são providos por entidades públicas, direta ou indiretamente através de concessão ou outra forma prevista na lei, devem designar-se por “equipamento de utilização coletiva de natureza pública”.
- As necessidades coletivas dos cidadãos cuja satisfação é provida através de equipamentos de utilização coletiva correspondem a um conjunto dinâmico reconhecido em cada momento no quadro político e normativo.

- As edificações e os espaços não edificados referidos na definição são normalmente adaptados às finalidades prosseguidas pelo equipamento a que respeitam.

O Plano Municipal de Cultura, destaca a suma importância que os Equipamentos Culturais tenham a capacidade de gerar e oferecer eventos, atividades que se destinem ao usufruto da população residente, bem como abranger todos aqueles que a visitem (Câmara Municipal do Porto, 2018g).

Além disso, reitera o investimento do Porto, ao longo das últimas décadas na promoção da cultura e do património através de uma rede dinâmica de agentes culturais, de natureza pública e privada ou mista, com o objetivo de proporcionar a maior diversidade de eventos possíveis, afim de promover o município como plural, com uma oferta culturalmente rica e variada.

No Porto, pode-se verificar a existência de uma consolidada rede pública de equipamentos de cultura, que aposta numa programação capaz de atrair um público vário. No âmbito da rede municipal existe a preocupação de articular os interesses do município e da sociedade civil, nas estratégias de animação destes espaços, incentivando a vertente educativa, proporcionando eventos destinados para escolas e famílias, que por fim acabam interessando à uma grande gama de visitantes também, principalmente os de maior permanência.

A rede de equipamentos culturais existentes no Porto, reconhecida pela CMP, possui diversas tipologias, concentrando-se principalmente em Museus e Auditórios.

Tabela 12 – Equipamentos culturais no Porto, por tipologia de equipamento

Tipologia	Município	Núcleo Intramuralhas
 Arquivos	2	2
 Auditórios	22	-
 Bibliotecas	2	-
 Museus	29	7
 Salas de cinema	3	1
 Salas de espetáculo	12	1
 Teatros	9	2
 Outros	2	1

(Fonte: Adaptado Câmara Municipal do Porto, 2018g)

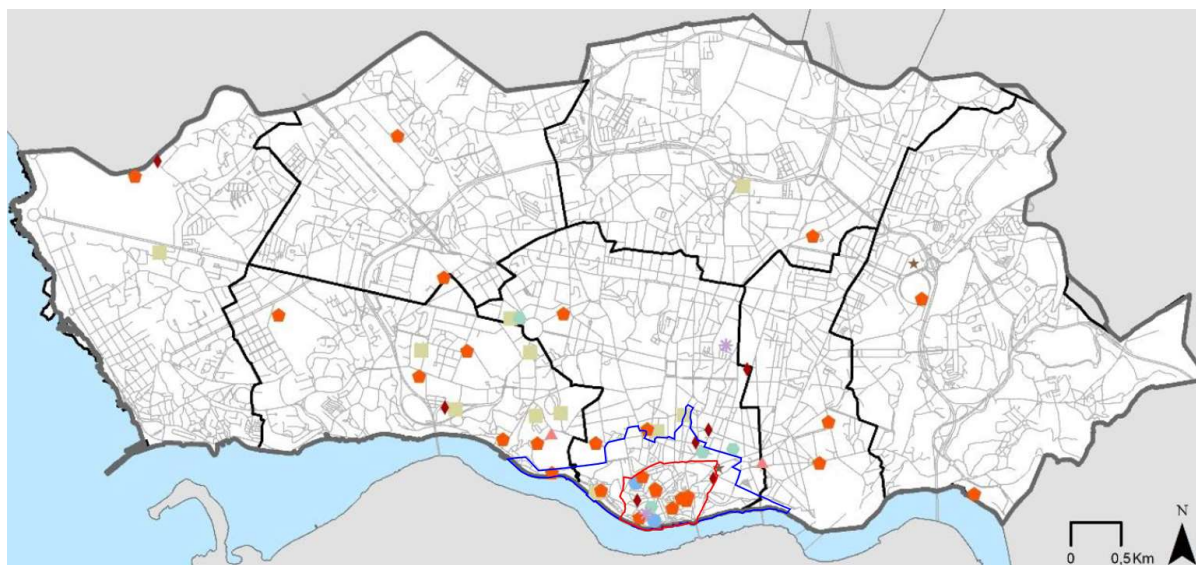


Figura 53 – Equipamentos culturais no Porto, por tipologia de equipamento

(Fonte: Adaptado Câmara Municipal do Porto, 2018g)

Para uma análise focada na ativação cultural da área de estudo, a fim de avaliar a versatilidade e diversidade das dinâmicas foram identificados os principais equipamentos de dinamização cultural, para além dos tradicionais, já elencados.

Tabela 13 – Equipamentos culturais no Porto (Área de Estudo e Entorno Alargado)

	Equipamento de Ativação Cultural	Atividades	Status de Classificação	Localização
1	Museu do Vinho	Museu/ Eventos	CIP	CH
2	Casa do Infante	Museu / Atividades Educativas	MN	CH
3	Palácio da Bolsa	Museu/ Eventos/ Loja	MN	CH
4	Museu da Ordem Terceira de S. Francisco	Museu	EE	CH
5	Mercado Ferreira Borges (Hard Club)	Eventos/ Espetáculos/ Restaurantes	IIP	CH
6	Palácio de São João Novo (Museu de Etnografia e História)	Museu	IIP	CH
7	Mosteiro de São Bento da Vitória	Museu/ Eventos	MN	CH
8	Centro Português de Fotografia	Museu	MN	CH
9	Museu de Santa Casa da Misericórdia do Porto MMIPPO	Museu/ Eventos	-	CH
10	Museu de Arte Sacra e Arqueologia	Museu	MN	CH
11	Museu Guerra Junqueiro	Museu / Atividades Educativas	IIP	CH
12	Teatro Nacional São João	Espetáculos	MN	CH
13	Cinema Batalha	-	MIP	BZ
14	Teatro Rivoli	Espetáculos / Cinema	EE	BZ
15	Culturgest	Teatro/ Dança/ Música/ Cinema/ Performance/ Eventos	PC	BZ
16	Clube Fenianos Portuenses	Teatro/ Música/ Biblioteca/ Residência Artística	PC	BZ
17	Embaixada Porto	Eventos/ Exposições/ Música	-	BZ
18	Universidade do Porto (Reitoria)	Atividades Culturais	ZCH	BZ
19	Cooperativa Árvore	Cursos/ Eventos/ Exposições	-	BZ
20	Nova Alfandega do Porto	Eventos/ Exposições	EE	BZ

21	Museu dos Transportes e Comunicações	Museu/ Atividades Educativas	EE	BZ
22	Teatro Passos Manuel	Exposições/ Eventos/ Residência Artística/ Música/ Performances	IIP	BZ
23	Casa do Cais Novo e Armazéns	Museu/ Eventos		BZ
24	Museu do Carro Elétrico	Museu/ Eventos/ Educacional/ Loja	EE	EAI
25	Casa Tait/ Museu da Cidade	Contemplanção/ Exposição	-	EAI
26	Super Bock Arena - Pavilhão Rosa Mota	Eventos/ Música	-	EAI
27	Biblioteca Almeida Garrett/ Galeria Municipal do Porto	Exposições/ Eventos/ Literatura	-	EAI
28	Palácio de Cristal - Jardins	Eventos/ Música/ Performances	-	EAI
29	Museu Nacional Soares dos Reis	Museu/Eventos/ Exposições/Loja	IIP	EAI
30	Palacete dos Viscondes de Balsemão (Banco de Materiais)	Museu/ Educação/ Eventos	CIP	EAI
31	Teatro de Carlos Alberto	Teatro/ Musica	EE	EAI
32	Cinema Trindade	Cinema	EE	EAI
33	Porto Innovation Hub	Tecnologia/ Inovação/ Palestras/ Eventos	-	EAI
34	Teatro do Bolhão	Performance/ Cursos	MIP	EAI
35	Biblioteca Pública Municipal do Porto	Literatura/ Eventos	IIP	EAI

CH – Centro Histórico | BZ – Bufferzone | EAI – Entorno Alargado | MN – Monumento Nacional | EE – Em estudo/vias de classificação | IIP – Imóvel de Interesse Público | CIP – Conjunto de Interesse Público | MIP – Monumento de Interesse Público | PC – Proteção do Conjunto | ZCH – Zona Proteção do CH
(Fonte: Adaptado de Câmara Municipal do Porto, 2018g)



Figura 54 – Mapa dos Equipamentos de Dinamização Cultural na Área de Estudo e Entorno Alargado
(Fonte: Autoral)

Há de se verificar que as dinâmizações culturais muitas vezes acontecem em espaços abertos como largos e praças, que são os grandes promotores de feiras que acontecem por iniciativa privada com reconhecimento e respaldo do município, e foram importantíssimas na retomada da economia em períodos de crises, assim como devem ser retomados e incentivados na atual conjuntura econômica que o país se encontra em função da nova crise que se anuncia.



1 Praça do Infante D. Henrique	5 Jardim Marques de Oliveira/ Praça de S. Lázaro	9 Praça da Batalha
2 Jardim da Cordoaria	6 Largo Amor de Perdição	10 Passeio das Virtudes
3 Praça de Carlos Alberto	7 Praça Gomes Teixeira	11 Parque Mun. das Virtudes
4 Praça dos Poveiros	8 Praça da Liberdade	12 Jardins do Palácio de Cristal
1 Mercado da Ribeira	3 Feira de Artesanato da Batalha	5 Mercado de Artesanato do Porto
2 Feira dos Passarinhos	4 Feira Numismática, Filatelia e Colecionismo	

Figura 55 – Mapa dos Espaços Públicos de Ativação Cultural e Mercados/Feiras

(Fonte: Autoral)



Imagem da Praça da Liberdade, junto à Avenida dos Aliados em noite com concerto de música clássica ao público geral. Proporcionado pela Câmara Municipal do Porto. Data: 2018

Imagem: Autoral

Imagem do Largo de Amor e Perdição, junto à Praça da Cordoaria, com apresentação de ópera ao público geral. Proporcionado pela Câmara Municipal do Porto. Data: 2018

Imagem: <http://www.porto.pt/noticias/cordoaria-assistiu-a-espetaculo-de-opera>





Cortejo de Carnaval finalizado Junto à Praça do Infante D. Henrique.
Data: 2018

Imagem: Autoral

Imagem do Mercado de Artesanato do Porto, que ocorre na Praça de Parada Leitão, junto ao Prédio da Reitoria da universidade do Porto.
Data: 2017

Imagem: <http://www.porto.pt/noticias/pascoa-traz-edicoes-especiais-de-feiras-e-mercados>

Figura 56 – Fotos de espaços Públicos responsáveis por Dinâmicas Culturais

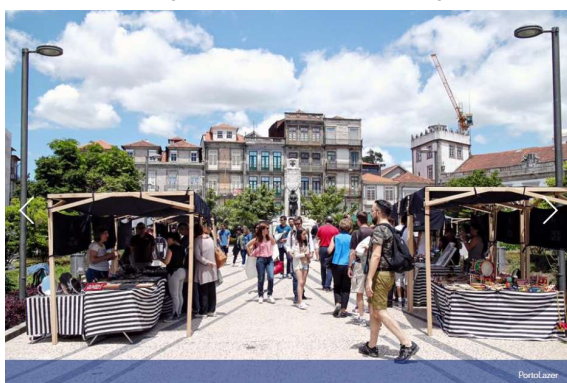


Imagem do Mercado Porto Belo, que se realiza aos sábados na Praça de Carlos Alberto. Apoio da Porto Lazer (Ágora) CMP.
Data: 2017

Imagem: <http://www.porto.pt/noticias/pascoa-traz-edicoes-especiais-de-feiras-e-mercados>

Imagem da feira do Livro realizada nos Jardins do Palácio de Cristal.
Data: sem data

Imagem: <https://jpn.up.pt/2020/07/14/uma-feira-do-livro-do-porto-diferente-e-muito-feminina/>





Imagem da Feira de Artesanato da Batalha, que ocorre na respectiva Praça da Batalha.
Data: 2018

Imagem: <http://www.agoraporto.pt/noticias-porto-lazer/ha-26-feiras-e-mercados-para-visitar-este-natal-?p>

Figura 57 – Fotos de espaços Públicos responsáveis por Dinâmicas Culturais

Atividades Noturnas

Com base no que diz Flórida (2002) a respeito da economia noturna, foi realizado o mapeamento das áreas que possuíam maior concentração de atividades noturnas (bares, discotecas, casas de espetáculos). A maior concentração destas atividades foi identificada no limite norte da área de estudo, situado em cota alta e com facilidade aos transportes públicos e boa oferta de estacionamento pagos, bem como uma menor concentração de população residente envelhecida.

Cabe ainda destacar que na porção demarcada à oeste com a maior concentração de usuários noturnos, encontram-se diversas faculdades, sendo uma área com grande concentração de jovens académicos.

Encontrou-se também alguma dinâmica na margem sul, onde ocorre uma grande concentração de turistas, principalmente de curta estadia.



Figura 58 – Mapa das Áreas com maior concentração de Atividades Noturnas

(Fonte: Autoral)

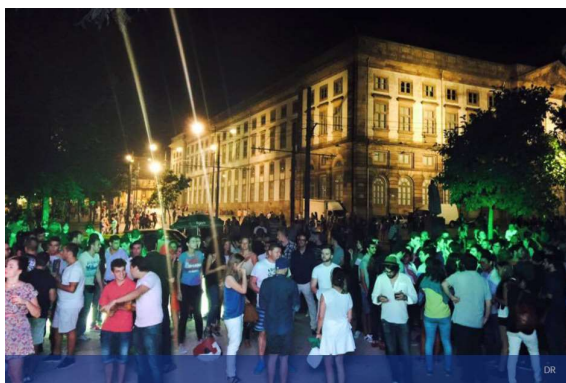


Imagem das proximidades da Praça da Cordoaria, com grande fluxo de pessoas gerado por atividades na própria Praça bem como pelos bares situados nas imediações, nomeadamente na Praça de Parada Leitão, Largo do Prof. Abel Salazar, Travessa do Carmo e Praça Gomes Teixeira.

Data: 2015

Imagem: http://www.porto.pt/noticias/cordoaria-sunset-party-_4

Imagem noturna da Praça Ribeira com grande fluxo de pessoas gerado pelos bares situados ao longo da margem do Rio D'Ouro, incluindo o muro dos Bacalhoeiros.

Imagem: https://www.cmjornal.pt/cm-ao-minuto/detalhe/camara_do_porto_quer_novas_regras_da_movida_da_baixa_e_abre_discussao_publica



Imagem noturna na região denominada "Galerias de Paris, no Porto que compreende a Rua da Galeria de Paris, Rua de Cândido dos Reis, Rua de Santa Teresa e a Praça de Guilherme Gomes Fernandes onde existe uma grande concentração de bares e boates.

Data: 2016

Imagem: <http://blog.besttimetour.com/2016/11/galerias-de-paris-na-invicta-cidade-do.html>

Figura 59 - Fotos de espaços Públicos responsáveis por Atividades Novidades

Tabela 14 – Equipamentos de Dinamização Cultural em Patrimônio Classificado/Vias de Classificação

	Designação	Carta do Patrimônio	Elem. Ativação Cultural	Zona
1	Pilares que sustentavam a Ponte Pênsil	Sn9	Mercado da Ribeira	CH
2	Casa do Infante (Casa da Rua da Alfândega Velha)	Sn4	Casa do Infante	CH
3	Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	Sn2	Museu da Ordem Terceira de S. Francisco	CH
4	Mercado Ferreira Borges	Sn6	Hard Club	CH
5	Igreja e Colégio de São Lourenço / Igreja e Convento dos Grilo / Museu da Arte Sacra	Sn8	Museu de Arte Sacra e Arqueologia	CH
6	Casa do Dr. Domingos Barbosa	S10	Casa Museu Guerra Junqueiro	CH
7	Igreja da Misericórdia e Casa do Despacho	V5	Museu da Santa Casa de	CH

			Misericórdia do Porto	
8	Igreja e Convento de S. Bento da Vitória	V3	Mosteiro de São Bento da Vitória	CH
9	Cadeia e Tribunal da Relação do Porto	V4	Centro Português de Fotografia	CH
10	Teatro de São João	S6	Teatro Nacional São João	CH
11	Palácio da Bolsa / Palácio da Associação Comercial do Porto	Sn7	Palácio da Bolsa	CH
12	Cinema Batalha	S76	Cinema Batalha	BZ
13	Coliseu do Porto	Si85	Cinema Passos Manuel/ Coliseu do Porto	BZ
14	Rivoli Teatro Municipal	Si34	Teatro Rivoli	BZ
15	Caixa Geral de Depósitos	Si20	Culturgest	BZ
16	Club dos Fenianos Portuenses	Si14	Clube Fenianos	BZ
17	Nova Alfandega	Mi81	Nova Alfandega do Porto	BZ
18	Casa do Cais Novo e Armazéns	M5	Armazéns da Casa do Cais Novo	BZ

(Fonte: Autoral)



Figura 60 – Mapa dos Equipamentos de Dinamização Cultural em Patrimônio Classificado/Vias de Classificação

(Fonte: Autoral)

Fichas descritivas

Segue abaixo algumas fichas elaboradas com informações obtidas durante visitas aos equipamentos culturais de uso coletivo, com informações obtidas em conversas com membros das equipes responsáveis pela recepção, orientação e muitas vezes acompanhamentos dos visitantes dos museus e afins.

5 - Igreja e Colégio de São Lourenço / Igreja e Convento dos Grilos

A Igreja e Colégio de São Lourenço, popularmente conhecida pela Igreja dos Grilos, é um conjunto de edifícios religiosos pertencente ao Seminário Maior do Porto.

Abriga hoje o Museu de Arte Sacra e Arqueologia, atuando somente como museu, o claustro não oferece missas à população, sendo possível a visita ao interior do prédio mediante aquisição de ingresso. Entretanto, abre suas portas para grupos escolares e programas municipais de acesso à cultura.

É observado pela equipe do setor educacional e pedagógico da instituição, que o público visitante é majoritariamente constituído por turistas estrangeiros. Não é identificado o engajamento da comunidade de

residentes com o complexo em questão.



Imagens: <https://visitporto.travel/pt-PT/poi/5cd04b47f979e00001c83403#/>



Imagem: <https://escritoresanorte.pt/casas.aspx?id=5>



Imagem: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/casa-museu-guerra-junqueiro/>

6 - Casa Museu Guerra Junqueiro

O museu e arquivo são administrados pelo Museu da Cidade (empresa privada de participação pública) gerida pela Divisão dos museus, que por sua vez é subordinada ao departamento de Cultura sendo o prédio do Município.

É observado pela equipe do setor educacional e pedagógico da instituição, responsáveis por acompanhar os visitantes do museu, bem como criar e executar atividades específicas e temáticas (como, por exemplo, paddy papers na região da Sé), que o perfil do usuário varia consoante à atividade desenvolvida.

As visitas individuais aos espaços do Museu são majoritariamente realizadas por turistas, seguido dos grupos escolares dos primeiros ciclos escolares e universitários seniores.

Aos finais de semana oferece visitas gratuitas e nota-se o aumento das visitas e a alteração do perfil predominante dos visitantes para pessoas portuguesas ou residentes.

O prédio possui um auditório que pode ser locado para atividades privadas (mas que não foi locado, há, pelo menos 2 anos - segundo entrevistada), funcionando apenas como depósito para o material do museu.



11 - Palácio da Bolsa

O prédio é propriedade e sede da Associação Comercial do Porto e administrado pela mesma.

Disponibiliza a visitação de alguns ambientes do prédio, mediante compra de ingresso.

Faculta também, diversos espaços do prédio para eventos particulares podendo ofertar o serviço de catering, do restaurante residente.

Alberga em seu interior uma loja de artigos temáticos do Porto, uma ourivesaria e um restaurante, locados por terceiros.

É observado pela equipe de guias que o público visitante é majoritariamente de turistas estrangeiros.



Imagens:

<https://www.guidesinportugal.com/p79-act-7-porto-comercial-visita-ao-pala-pt>

2 - Casa do Infante

O museu e arquivo são administrados pelo Museu da Cidade (empresa privada de participação pública) gerida pela Divisão dos museus, que por sua vez é subordinada ao departamento de Cultura .

É observado pela equipe do setor educacional e pedagógico da instituição, responsáveis por acompanhar os visitantes do museu, bem como criar e executar atividades específicas e temáticas (como exemplo, a exposição e debate sobre documentos do arquivo com interação do público sobre a relevância dessa documentação e a respectiva contextualização histórica), o perfil dos usuários varia consideravelmente consoante à atividade desenvolvida.



Imagens: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.071/360>



Imagem: Autoral

As visitas individuais aos espaços do Museu são majoritariamente realizadas por turistas, seguido dos grupos escolares que usufruem do acervo para enriquecer os conteúdos didáticos. As pesquisas ao acervo do Arquivo e a participação nas palestras e eventos temáticos oferecidos pela Casa são predominantemente portugueses, não necessariamente residentes do município, e particularmente estudantes e aposentados, até mesmo em função do horário a que estes são ofertados, geralmente em horário comercial.

A Casa ainda disponibiliza seu espaço de eventos para atividades particulares, bem como aluga uma sala para uma loja, com isso aumenta a renda auferida, uma vez que muitos dos ingressos no museu são ofertado gratuitamente ao público estudantil, em um esforço do município em manter o acesso à cultura viável para a grande maioria da população.



Imagem: <https://nit.pt/buzzfood/alfandega-do-porto-enche-vinhos-do-dao-fim-semana>

17 - Nova Alfândega do Porto

O Centro de Congressos da Alfândega, alcançou prestígio nacional e internacional, notadamente nos setores de cultura e negócios, possibilitando acolher grandes eventos, congressos e exposições, gerando uma alta rentabilidade econômica para a gestão autossustentável do bem



Imagem: <https://bomdia.eu/lendas-para-descobrir-nas-paredes-do-porto/>

patrimonial, com o reinvestimento dos resultados obtidos na manutenção, preservação e melhorias do prédio. Em contrapartida, António dos Santos (Diretor executivo do Centro de Congressos da Alfândega do Porto), em entrevista à revista Event Point, publicada em 03 de agosto de 2018, revela que a performance do Museu dos Transportes e Comunicações é fator de desequilíbrio na sustentabilidade econômico-financeira da Alfândega.

Entretanto, deve-se analisar que o museu possui um caráter social de articulação com a comunidade local, através da participação em parcerias diversas, bem como no desenvolvimento de projetos direcionados (projetos de memória e de identidade) que é indiscutivelmente agregador à Alfândega. Neste sentido pode-se entender que a função social do museu é o ativo estratégico à Alfândega.

A simbiose entre as atividades do Centro de Conferência e do Museu dos Transportes e Comunicações, talvez seja o mecanismo que possibilitou o sucesso na gestão deste ativo patrimonial, onde uma função complementa à outra.



11 - Palácio da Bolsa

O prédio é propriedade e sede da Associação Comercial do Porto e administrado pela mesma.

Disponibiliza a visitação de alguns ambientes do prédio, mediante compra de ingresso.

Faculta também, diversos espaços do prédio para eventos particulares podendo ofertar o serviço de catering, do restaurante residente.

Alberga em seu interior uma loja de artigos temáticos do Porto, uma ourivesaria e um restaurante, locados por terceiros.

É observado pela equipe de guias que o público visitante é majoritariamente de turistas estrangeiros.



Imagens:

<https://www.guidesinportugal.com/p79-act-7-porto-comercial-visita-ao-pala-pt>

A fim de sintetizar a análise dos prédios de maior relevância na área estudada foi elaborada uma tabela síntese com as principais características destes imóveis, nomeadamente no que tange aos usos e propriedades, para facilitar uma análise com relação à gestão destes bens pelo setor público e privado.

Tabela 15 – Imóveis de Valor Histórico Patrimonial de maior relevância na área de Estudo (Centro Histórico)

Centro Histórico							
Carta do Património	Designação	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Propriedade	Foto Cadastral
S6	Teatro de S. João	Arquitetónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Cultural e recreativa: teatro	Séc. XX 1909	Cultural e recreativa: teatro	Pública: Estatal	
S10	Casa do Dr. Domingos Barbosa / Museu Guerra Junqueiro	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Habitação Unifamiliar	Séc. XVIII 1730	Museu	Pública: Estatal	
Sn2	Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Política e administrativa: sede de organização religiosa / Funerária: cemitério	Séc. XVIII	Política e administrativa: sede de organização religiosa / Cultural e recreativa: museu	Igreja Católica	
Sn4	Casa do Infante (Casa da Rua da Alfândega Velha)	Arquitetónico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Política e administrativa: casa da moeda	Séc. XIV / Séc. XVII / Séc. XX	Cultural e recreativa: arquivo	Pública: Estatal	
Sn6	Mercado de Ferreira Borges	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Comercial: mercado	Séc. XIX 1885-1888	Cultural e recreativa: edifício multiusos	Pública: Municipal	

Centro Histórico							
Carta do Património	Designação	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Propriedade	Foto Cadastral
Sn7	Palácio da Bolsa	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Serviços: bolsa	(Séc. XIV) Séc. XVIII / Séc. XIX	Serviços: bolsa / Política e administrativa: sede de associação / Cultural e recreativa: edifício multiusos	Privada: associação	
Sn8	Igreja e Colégio de São Lourenço / Igreja e Convento dos Grilo / Museu da Arte Sacra	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Colégio religioso	Séc. XIV	Religiosa: igreja / Educativa: seminário / Cultural e recreativa: museu	Igreja Católica	
Sn9	Pilares que sustentavam a Ponte Pênsil	Arquitetónico, Histórico, Técnico- Científico	Estrutural	Séc. XIX	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Pública: Estatal	
V3	Igreja e Convento de S. Bento da Vitória	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social, Técnico- Científico	Religiosa: mosteiro masculino	Séc. XVI / Séc. XVII / Séc. XVIII	Religiosa: Igreja / Cultural e recreativa: arquivo	Pública: Estatal	

Centro Histórico							
Carta do Património	Designação	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Propriedade	Foto Cadastral
V4	Cadeia e Tribunal da Relação do Porto	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Judicial: tribunal da relação	Séc. XVIII	Cultural e recreativa: arquivo / Cultural e recreativa: biblioteca / Cultural e recreativa: galeria	Pública: Estatal	
V5	Igreja da Misericórdia (IP) e Casa do Despacho	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: edifício de confraria / irmandade	Séc. XVI / Séc. XVIII	Religiosa: edifício de confraria / irmandade	Privada: Misericórdia	

(Fonte: Autoral)

Tabela 16 – Imóveis de Valor Histórico Patrimonial de maior relevância na área de Estudo (Bufferzone)

Buffer Zone							
Carta do Património	Designação	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Propriedade	Foto Cadastral
M5	Casa do Cais Novo e Armazéns/ Museu do Vinho	Arquitectónico, Histórico	Armazenamento e logística: adega	Séc. XVIII	Cultural e recreativa: museu/Eventos	Privada: Pessoa singular	
Mi81	Edifício da Alfândega Nova	Arquitectónico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Política e administrativa: alfândega	Séc. XIX	Cultural e recreativa: museu/eventos	Portugal	
S76	Cinema Batalha	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Cultural e recreativa: cinema	Séc. XX 1945-1947	Devoluto/ em obra	Privada: pessoa coletiva	
Si14	Club dos Fenianos Portuenses	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Cultural e recreativa: associação cultural e recreativa	Séc. XX	Cultural e recreativa: associação cultural e recreativa / Comercial: estabelecimento de restauração	Privada: pessoa coletiva	

Buffer Zone							
Carta do Património	Designação	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Propriedade	Foto Cadastral
Si20	Caixa Geral de Depósitos	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Serviços: banco	Séc. XX	Serviços: banco/ Cultura: Culturgest/musica, teatro, cinema	Privada: pessoa coletiva	
Si34	Rivoli Teatro Municipal	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Cultural e recreativa: teatro	Séc. XX	Cultural e recreativa: teatro	Município do Porto	
V39	Casa dos Viscondes de Balsemão (Palacete)	Arquitectónico, Artístico, Histórico	Residencial	Séc. XVIII	Banco de Matriais, Museu	Município do Porto	

(Fonte: Autoral)

Observa-se que os prédios geridos por privados, possuem maior preocupação em auferir receitas que comportem os custos de manutenção do edificado, tanto com venda direta de ingressos para visitas ao prédio, como em locação de espaços para eventos privados.

É preciso haver um equilíbrio entre a rentabilização do bem patrimonial e o retorno a sociedade em forma de usufruto deste bem. Observou-se que muitos dos equipamentos de propriedade privada participam em programas municipais e estatais que proporcionam a visita gratuita destes edifícios, em momentos específicos.

Observou-se que principalmente os museus de propriedade estatal, podem investir em espaços comerciais, ligados à cultura local e à temática do museu para aumentar sua rentabilidade e ao mesmo tempo aproximar artesãos e criativos, incentivando a economia local.

4

Discussão e Conclusões

4.1. Discussão e Conclusões

A qualidade arquitetônica e riqueza histórico cultural na porção intramuralhas do Porto concedeu-lhe a qualidade de Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade, pela UNESCO, juntamente com um anel urbano de proteção, para absorver as pressões sobre o núcleo medieval, o que tornou o município muito competitivo ao setor do turismo cultural na porção ibérica do continente europeu. Entretanto, se faz necessário melhorias na gestão e financiamento destes bens. Principalmente nos que dependem da gestão do Estado, para que a manutenção destes não conflite com as necessidades mais emergentes da sociedade, principalmente em momentos de crise como a ocasionada pela pandemia do COVID-19 quando investimentos em saúde, segurança social, educação, entre outros, se tornam imprescindíveis, relegando a manutenção e valorização dos itens de valores patrimoniais à planos secundários, minimizando a importância do Patrimônio na recuperação econômica e social das civilizações.

Com relação à governança ligada ao Patrimônio, pode-se avaliar que o Porto ainda possui uma governança predominantemente do Tipo I (conforme referencial teórico), centrada em um modelo Territorial/Espacial, embora com alguma coordenação de jurisdições diversas, mas que não se sobrepõem à hierarquia pré-estabelecida pelos ‘antigos paradigmas’.

Com base nos tópicos sumarizados por Shipley e Kovacs (2008), com os critérios para o desenvolvimento de padrões básicos de governança específicos para o setor de conservação do patrimônio, fizeram-se algumas observações a respeito de pontos a serem melhorados nos processos de governança do Porto, nos seguintes aspectos:

- **Legitimidade e voz:** ampliar a descentralização, bem como o gerenciamento colaborativo na tomada de decisões e aumentar a participação cidadã em todos os níveis de tomada de decisão (atualmente verifica-se a participação cidadã apenas nas fases iniciais de planejamento).
- **Direção:** ampliar o planejamento para todo o sistema, criando planos para cada fase dos sistemas capazes de conectarem-se e complementarem-se, bem como planos de manejo faseado.
- **Performance:** inserir e aprimorar análises de custo-benefício aplicadas aos bens patrimoniais, o que melhora o tempo e capacidade de resposta à alterações de performance, manter um constante monitoramento e avaliação do itens patrimoniais e ampliar o acesso à informação para a população; e desenvolver um gerenciamento adaptativo, que tenha rápida resposta à alterações não previstas. Nisto também é necessário um plano de gestão de riscos, não somente riscos administrativos e gerenciais (risco de corrupção), mas também planos de

gestão de risco do patrimônio, como bem que pode ser perdido e sem capacidade de reposição.

Neste quesito, pode-se falar por exemplo sobre o “Museu da Cidade”, que é visto como uma tentativa de gestão adaptativa dos usos dos museus municipais, uma vez que fica sob sua responsabilidade definir as atividades externas, particulares ou não, que serão desenvolvidas em cada espaço, possibilitando uma visão à macro escala da capacidade e distribuição da rede de museus à disposição.

Com relação à Planos de Gestão de Risco, verificou-se no Porto a ausência de um plano global de risco do Patrimônio, tanto Construído como Natural, que interprete os riscos e suas escalas de iminência, importância e gravidade para que possam ser tomadas medidas preventivas, a fim de evitar a perda de um bem de valor patrimonial. Esta análise também é de grande relevância para análises econômicas de investimento de capital e perigos sociais associados aos itens de maiores riscos.

Reportabilidade/Probidade: É importante também ampliar a divulgação completa dos projetos que envolvem o patrimônio, bem como possíveis alterações ao longo de seu desenvolvimento, para a sociedade civil. Com relação ao Centro Histórico Classificado, notou-se uma defasagem dos planos de monitoramento, sendo necessário investir em planos com menores intervalos de tempo, do panorama geral. Contrastando os dados ante e pós classificação, com recortes em áreas de principal interesse, e com estratégias específicas.

Em termos de caracterização morfotipológica do tecido urbano da área de estudo ficou evidente que a porção intramuralhas é integralmente composta por Áreas Históricas, contando com a presença de Equipamentos de utilização coletiva, destinados à provisão de bens e serviços, que atendam às necessidades coletivas dos cidadãos, como educação, saúde, cultura, religião, entre outras, bem como Infraestruturas Estruturantes de desenvolvimento linear e suas respectivas benfeitorias necessárias para a manutenção destas.

É perceptível a variedade de equipamentos coletivos que compõem esta região, sendo essa uma das mais bem servidas em termos de serviços à comunidade, o que faz com que seja muito atrativa para a fixação de residentes. A presença da estação de comboios de ‘São Bento’, bem como das duas estações de metro (São Bento e Aliados) favorece o deslocamento de residentes e turistas para/vindos de outras cidades, facilitando movimentos pendulares em toda a região metropolitana e viabilizando inclusive viagens internacionais. Essa oferta torna a região altamente competitiva em termos de turismo, bem como de fixação de empresas (majoritariamente do setor terciário).

Quando analisado o núcleo intramuros, pôde-se verificar uma grande atividade com relação a operações urbanísticas aprovadas pela Porto, SRU, nos últimos anos, desde licenciamentos de obras a autorizações de utilizações. Com destaque para os usos habitacionais e habitacionais com serviço e comércio.

Entretanto, verifica-se ainda hoje a diminuição de residentes fixados na porção embrionária da cidade apesar da alta incidência de autorizações de utilizações para este fim, o que poderia ser explicado pela utilização destes imóveis para fins de alojamento local, uma vez que observou-se também que as tipologias licenciadas, vão ao encontro da apetência turística, com predominância dos apartamentos T0.

Atualmente existe um esforço municipal na fixação de residentes e uma das estratégias adotadas é a de criação de imóveis de renda acessível na no Centro Histórico, com incentivos a investidores e proprietários de imóveis nesta área. Estão sendo lançados diversos concursos públicos para a

reabilitação de parcelas do edificado, com finalidade de moradia e comércio. Com isso pretende-se aumentar o estoque habitacional em boas condições bem como o de comércio retalhista de pequenas áreas, o comércio de rua, que foi verificado como sendo o de maior apetência nesta área, tanto pelos residentes como por turistas, que têm forte participação econômica neste setor.

Quando analisada a área urbana de proteção do Centro Histórico do Porto, majoritariamente caracterizada por áreas de desenvolvimento linear (Unidade Morfotipológica B), observa-se também grande dinamização com relação a reabilitação de seu edificado, principalmente no que diz respeito às licenças de alteração/ampliação dos prédios. Nesta porção, também se destaca o número significativo de licenças emitidas atribuídas a imóveis habitacionais, que não necessariamente são destinadas a residentes fixos. Nesta análise não foi apresentada a relação de tipologias de maior incidência, não sendo possível qualquer interpretação acerca dos usuários finais destes imóveis.

A partir do exame da Carta do Patrimônio do Porto, pôde-se melhor compreender os critérios hoje adotados para a classificação de um bem como possuidor de 'Valor Patrimonial'. Observaram-se, no entanto, alguns critérios defasados, que precisam de atualização, para não sobrecarregar o estado com excesso de bens classificados sob sua tutela, bem como garantir que os itens de real relevância histórico-cultural estejam contidos na mesma e sejam protegidos para as gerações futuras.

Para isso há de se investir em uma ampla revisão metodológica da classificação dos bens, podendo ser tomado como exemplo processos adotados por outros países. Exponho aqui o exemplo adotado pelo município de Amsterdã, que realizou um amplo estudo sobre as atuais políticas aplicadas ao patrimônio e como estas são compostas, com o objetivo de compreender o que está na base das políticas locais, quais os conceitos de Paisagem Urbana Histórica aplicados e de que forma estes são aplicados para que gerem uma abordagem mais coerente entre conservação e desenvolvimento urbano (UNESCO, 2016).

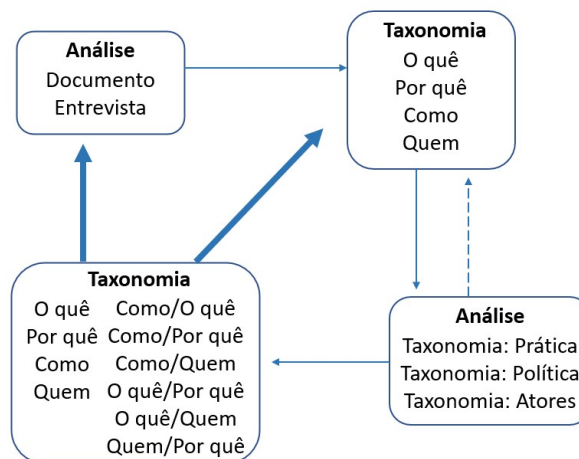


Figura 61 – Taxonomia do esquema de revisão das políticas patrimoniais de Amsterdã

(Fonte: Adaptado de UNESCO, 2016)

O relatório de Revisão do PDM do Porto, no que tange ao Patrimônio, propõe algumas abordagens de setorização em matrizes de conjuntos de edificados, que vão ao encontro do que é proposto pela UNESCO com relação às Paisagens Urbanas Históricas. Através desta revisão e adoção de matrizes, foi possível identificar o excesso de urbe caracterizada como de Interesse Urbanístico e arquitetônico, no anel periférico ao CHP, em áreas que já se encontram descaracterizadas de seu

cariz original, não necessitando estarem sob pesados critérios de reabilitação, que sobrecarregam a máquina estatal e desincentivam investimentos privados.

Considerando a divisão matricial das obras de arquitetura de Valor Patrimonial, pode-se observar que o Centro Histórico concentra a maior diversidade de usos, sendo predominantes as obras com matriz habitacional ou habitacional e comercial. Possui também uma considerável oferta de obras da matriz de “comércio e serviço”, apresentando ainda prédios e benfeitorias de matriz industrial, localizadas no limite sul da área de estudo junto ao Rio Douro, reforçando a importância que as atividades industriais e mercantis relacionadas ao Rio tiveram para o desenvolvimento da cidade.

A categorização das obras de arquitetura de Valor Patrimonial em matrizes relacionadas à função do bem possibilitam a melhor interpretação da malha urbana com relação aos conjuntos funcionais e favorecem a percepção do desenvolvimento do tecido urbano ao longo dos tempos, facilitando assim a gestão da extensão da área de estudo com as áreas de entorno, promovendo melhor coesão entre o tecido classificado pela Unesco e o restante da cidade.

Foi realizada também a caracterização da população da área central da cidade, para melhor compreensão do atual cenário, bem como das perspectivas futuras. Nisto constatou-se, no último recenseamento, que as freguesias centrais (São Nicolau, Vitória, Sé e Miragaia), que compõem o núcleo medieval sofreram as maiores quedas populacionais do município, quando comparadas às demais freguesias. Mesmo assim, detinham maior densidade populacional que a média municipal (57,36 hab./ha), sendo detectado na área de estudo 88,86 hab./ha, e especificamente no centro histórico a densidade era de 98,56 hab/ha, sendo a região mais populosa analisada.

A freguesia da Vitória, possuía a maior concentração de idosos do município, e na freguesia de São Nicolau verificou-se um aumento significativo de anciões, sendo o maior dos aumentos identificados nas freguesias centrais, bem como maior concentração de pessoas economicamente ativas fora do mercado de trabalho, quando comparado à escala municipal.

Este cenário reforça a extrema importância, de políticas voltadas para a inserção e acolhimento da população envelhecida, nomeadamente do CHP, que aí reside e aumentará com os anos. Vê-se aí a relevância de políticas ligadas à preservação e desenvolvimento/enaltecimento do patrimônio existente (cultural e construído), para a inserção desta parcela da população na sociedade contemporânea, para que estes se sintam parte dela e produtores na atual economia. Pode-se pensar em programas nos quais os idosos residentes sejam guias turísticos, com passeios temáticos nos quais eles possam incluir-se inclusive nos fatos históricos e curiosidades, trazendo maior relevância para os temas apresentados e despertando maior interesse dos espectadores.

Há de considerar que estes programas podem auxiliar no aumento do bem estar coletivo da população local, uma vez que estes não mais se sentirão à margem das alterações contemporâneas, mas parte destas alterações, pois vão compreender o papel que desempenharam para o mundo atual. Além de poder contribuir economicamente com os rendimentos dos idosos participantes, uma vez que a exploração de atividades turísticas no centro histórico é majoritariamente de iniciativas privadas, pode-se considerar que a efetivação de programas deste tipo, financiados pelo setor privado, podem aliviar a dependência dos idosos com as aposentadorias estatais, possibilitando uma melhor qualidade de vida no que disser respeito às necessidades financeiras. O aumento de poder de consumo desta parcela da população, movimenta a economia local também.

Das freguesias centrais que compõem a área de estudo, a de ‘Santo Ildefonso’ juntamente com a da ‘Sé’, foram as que apresentaram maior aumento na concentração de estrangeiros entre os Censos de 2001 e 2011, reforçando a ideia que a porção histórica da cidade pode ser um potente atrator de

novos residentes, que buscam viver em ambientes culturalmente ricos. A diversidade cultural proporcionada incentiva as atividades criativas e de inovação, em um ambiente propício para o desenvolvimento de dinâmicas que estabeleçam economias fortes e sustentáveis, aumentando a competitividade do município como um todo.

Neste sentido, pode-se pensar em políticas de compartilhamento das estruturas existentes, com residências para criativos (artistas, informáticos, etc), com espaços de trabalho compartilhados, seguindo tendências de outros países, e prédios reabilitados para esta classe, de forma a promover a fixação destes e a atração de empresas para a área estudada, em simbiose com a população já existente. A exemplo disto tem-se, entre tantos, o Broedplaatsen, em Amsterdã que foi a criação de residências e ateliês que eram disponibilizados para artistas com baixo ou nenhum aluguel, em uma iniciativa conjunta entre a cidade de Amsterdã e os movimentos de posseiros, onde: a cidade forneceu os meios para facilitar a reutilização adaptativa de edifícios abandonados; o Bureau Broedplaatsen organizou negócios imobiliários, realizou reformas básicas e selecionou inquilinos; e o conteúdo cultural e a gestão do dia a dia eram feitos pelos próprios residentes (Plevoets, e Sowińska-Heim,,2018).

Para a análise de possíveis políticas de fixação da população da área central da cidade, estudou-se os 3 possíveis cenários (Pessimista, de Referência e Otimista) apresentados pela CMP, onde foram avaliados em simultâneo o comportamento tanto de variáveis econômicas (emprego e produtividade) como de variáveis demográficas (em particular as migrações). Verificou-se que todos os cenários apontavam para perda populacional na área histórica da cidade, nomeadamente a União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, evidenciando a urgência de políticas focadas na atração e retenção de novos residentes, bem como a fixação dos atuais, para que exista uma diversificação cultural, etária e social que propicie o desenvolvimento econômico sustentável da região.

Nas atividades comerciais, novos modelos de negócio estão surgindo e hão de permanecer por algum tempo, e estabelecimentos que não estavam inseridos no comércio eletrônico tiveram que adequar-se rapidamente, num esforço de manterem suas atividades. Neste período pandêmico observou-se o encerramento de muitos estabelecimentos de pequeno e médio porte que não estavam adaptados para negociações virtuais, bem como a migração integral de alguns serviços para o campo virtual, tornando desnecessário a manutenção de grandes espaços físicos para o atendimento a clientes, impactando em toda a rede de imóveis vocacionados ao comércio. Voltando a gerar espaços vazios, espalhados pela urbe, característicos de períodos de crise, podendo gerar lacunas funcionais que alteram as dinâmicas de toda uma região. A exemplo tem-se a Rua das Galerias de Paris que em outros tempos era o epicentro de uma grande área de atividades noturnas (conforme Figura 59) e hoje apresenta-se com pouquíssima movimentação inclusive aos finais de semana (Figura 62).



Figura 62 – Rua das Galerias de Paris (setembro de 2020)

(Fonte: Autoral)

Para além disso os novos modelos de negócio, a aceleração e aumento da digitalização, causados pela pandemia, influenciaram os modos de trabalho, diminuindo a necessidade de deslocação do trabalhador, proporcionando a ele maior liberdade de escolha do local de moradia, podendo este escolher áreas com maiores dinâmicas humanas, culturais e de lazer, principalmente trabalhadores do setor criativo e tecnológico. Neste sentido, o poder público poderia pensar em parcerias com empresas privadas desses setores, fornecendo o direito de uso de imóveis adquiridos pelo município, para residência de funcionários, ficando a cargo da empresa privada a adequada manutenção do edificado, com benefícios em taxas ou programas de investimento nas empresas. Poderá, ainda ser avaliada a responsabilidade de albergar diferentes perfis de funcionários da empresa. Com isso há de se dar uso aos prédios de carácter residencial em estado de abandono na área de estudo.

Quando analisada a Paisagem Histórica em termos de Resiliência, Circularidade e Produtividade pode-se avaliar que esta, apesar de ainda ter muito potencial para melhorar, possui bons exemplos de reutilização e readequação do edificado, no que tange aos prédios de maior simbolismo.

A exemplo disso tem-se o MASA (Museu de Arte Sacra e Arqueológica), que passou por diversos usos desde a sua fundação, quando Colégio Jesuíta de São Lourenço, sendo posteriormente adquirido pela Universidade de Coimbra, passando, mesmo, à prédio de instalações militares. Além desse tem-se a Casa do Infante com seus diversos usos, e hoje grande valor social para a comunidade; a Nova Alfandega, que sofreu um processo de revitalização e adequação do prédio para novas atividades culturais e económicas e hoje proporciona grande dinamismo no município; Palácio das Cardosas, originalmente Convento, hoje alberga hotel e lojas de luxo, dinamizando toda a sua envolvente.

Em termos de produtividade, verifica-se que os prédios supracitados possuem grande capacidade de produção económica e funcional, para além da Cooperativa Árvore que é um coletivo de artistas que recuperaram uma residência em ruínas (casa dos Albuquerque) para formar um local de fomentação artística, e hoje é reconhecida pelos serviços prestados à cultura, recebendo distinções municipais e até nacionais, pois recebeu a Medalha de Mérito Cultural da Sociedade Nacional de Belas Artes, em 2001. A escola artística é associada à UNESCO desde 1985.

Há de se desenvolver ainda indicadores e modelos de avaliação para a mensuração da resiliência da área de estudo e da cidade como um todo. Para isso é necessário avaliar a integralidade das camadas elencadas na abordagem de Paisagem Urbana Histórica, considerando a conectividade e sinergia de todas as camadas em termos de: Refletividade, Robustez, Redundância, Flexibilidade,

Desenvoltura, Inclusão e Integração, para viabilizar uma análise mais aprofundada, da capacidade de resiliência do Porto, tendo como referência o seu Centro Histórico.

4.2. Estudos Futuros

Pretende-se aprofundar estudos futuros, nomeadamente sobre Ferramentas Financeiras (Economia, Subsídios, Cooperação Público-Privada); Ferramentas de Valoração (Avaliação / Indicadores de medida e impactos); e Novos Modelos de Negócios / Gestão de Ativos e de Paisagens Patrimoniais.

Para isso é indispensável avaliar os impactos gerados em cada intervenção aos bens de Valor Patrimonial, criando novos modelos de avaliação, que englobem os impactos: do Turismo e Recreação, das Atividades Criativas e Inovativas, Produções Típicas locais; Meio Ambiente e Capital Natural, Comunidade e coesão social, Mercado Imobiliário, do valor de capital investido (tanto público como privado) e da respectiva taxa de retorno, número de ‘stakeholders’ envolvidos, da taxa de aderência de novos acionistas e taxa de aumento ou decréscimo de aporte de valores, para além de avaliar o bem estar, taxa de oportunidades geradas e acessibilidade geral da comunidade local, ou adjacentes à Paisagem Patrimonial .

Para se obter uma boa avaliação dos impactos gerados, é necessário racionalizar indicadores compatíveis com as respostas desejadas. E, para abordagens mais amplas, é necessário estender esta avaliação ao limite de ressonância dos impactos gerados, desprendendo-se dos limites somente territoriais, mas trabalhando também com os fluxos que este tipo de bem gera. Tal permitirá avaliar a coesão territorial entre Bens Patrimoniais, e o modo como se inter-relacionam, avaliando também o impacto de um ativo sobre outro (positivo ou negativo), melhorando a performance competitiva individual e coletiva, com o objetivo de melhorar seu desempenho competitivo ao nível municipal, ou até para além dos limites municipais da coleção de bens patrimoniais.

A interpretação do Patrimônio como Capital Cultural permite avaliar o desempenho da aplicação da abordagem de Paisagens Urbanas Históricas com os princípios da Teoria do Capital na economia. Desta forma, os gastos com a conservação do patrimônio podem ser vistos como um investimento cujos impactos podem ser mensurados por meio de técnicas de avaliação de investimentos utilizadas na tomada de decisão dos setores público e privado. A metodologia de coleta de dados prospectiva ou retrospectiva a ser usada neste tipo de análise também deve ser discutida e aprimorada. É de suma importância que, durante o planejamento dos projetos, estes incluam uma componente para permitir a inserção de dados relacionados aos vários impactos do investimento à medida que ocorrem (modelos dinâmicos).

Cabe, entretanto, ressaltar que é primordial na avaliação de um projeto de interferência do Patrimônio considerar, a geração de benefícios culturais, além de outros não mercadológicos, uma vez que este é, ou deveria ser, o objetivo principal deste tipo de projeto. Cabe aqui, uma chamada de atenção para a necessidade de maior aprofundamento nas técnicas de mensuração deste item.

Assim, os temas abordados possibilitam o aprofundamento e racionalização de algumas questões para estudos futuros, visando a melhor operacionalização da conservação do patrimônio e das Paisagem Urbanas Históricas de forma inovadora, sustentável, rentável e competitiva.

Referências Bibliográficas

- Abu-Lughod, J. L., B. J. L. Berry, L. S. Bourne, E. C. Conkling, and et al. (1976). *Urbanization and Counter-Urbanization*. Sage, London.
- Alves, D., Barreira, A. P., Guimarães, M. H., & Panagopoulos, T. (2016). *Historical trajectories of currently shrinking Portuguese cities: A typology of urban shrinkage*. *Cities*, 52, 20-29. (<http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2015.11.008>). 08/09/2019.
- Angrisano M., Biancamano P.F., Bosone M., Carone P., Daldanise G., De Rosa F., Franciosa A., Gravagnuolo A., Iodice S., Nocca F., Onesti A (2016). *Towards operationalizing UNESCO Recommendations on "Historic Urban Landscape": a position paper*. *Aestimum* 69, pp.165-210. (<https://doi.org/10.13128/Aestimum-20454>).26/07/2019.
- Arezki, R., Cherif, R., Piotrowski, J. (Eds.). (2012). UNESCO World Heritage List, Tourism and economic Growth. Em *The Economics of Uniqueness: Investing in Historic City Cores and Cultural Heritage Assets for Sustainable Development*, 183-210, The World Bank, Washington.
- Australia, I. C. O. M. O. S. (2013). Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance: The Burra Charter, 2013.
- Baldwin, R. and di Mauro, B.W. (eds). (2020). *Economics in the Time of COVID-19*. A VoxEU.org Book, Centre for Economic Policy Research, London. <https://voxeu.org/system/files/epublication/COVID-19.pdf>). 26/03/2020.
- Balsas, C. (2003). *Urbanismo comercial: mitos e boas práticas na revitalização de centros urbanos*. *Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 36, 116-130.
- Bandarin F, Van Oers R. (2014). *Reconnecting the city: the historic urban landscape approach and the future of urban heritage*. Wiley-Blackwell, Hoboken.
- Barata-Salgueiro, T., Feyzan E. 2014. Retail Planning and Urban Resilience - An Introduction to the Special Issue. *Cities* 36:107–11.
- Barbosa, J. F. (2015). Reabilitação do Património, cidade do Porto, estratégias e factos - Rua (S.ta Catarina) das Flores. *Revista Arquitetura Lusíada* 7:153-206. ISSN 1647-9009.
- Barua, S. (2020). Understanding Coronanomics: The economic implications of the coronavirus (COVID-19) pandemic. *SSRN Electronic Journal* (<https://doi.org/10/ggq92n>). 21/06/2020.

- Benjamin, W. (2001). Paris, capital do século XIX. In *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*, 67-81, Celta Editora, Oeiras.
- Berkeley, N., Jarvis, D., e Noon, D. (2017). Funding Economic Regeneration. In *Urban Regeneration*, 71-86, Sage, London.
- Bucci, A., and G. Segre. (2011). *Culture and Human Capital in a Two-Sector Endogenous Growth Mode*. Research in Economics 65 (4): 279–293.
- Buzar, S., Ogden, P., Hall, R., Haase, A., Kabisch, S., & Steinführer, A. (2007). *Splintering urban populations: emergent landscapes of reurbanisation in four European cities*. Urban Studies, 44(4), 651-677.
- Câmara Municipal do Porto. (2006). *Plano Diretor Municipal do Porto*. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto e Porto Vivo, SRU (Eds.). (2010). *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial*. Porto: Porto Vivo, SRU, 253 págs. ISBN 978-989-96862-7-4.
- Câmara Municipal do Porto. (2012). *Plano Diretor Municipal do Porto*. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2013). Envelhecimento populacional e Qualidade de Vida. Identificação de Boas Práticas no domínio do Urbanismo. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2014). *Monitorização Social do Porto - 2013*. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2015). *Relatório sobre o Estado de ordenamento do Território*. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2017). *Roadmap para a Cidade do Porto Circular em 2030*. Câmara Municipal do Porto: Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2018a). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Pessoas e Atividades - Demografia e Desenvolvimento Social. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2018b). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Pessoas e Atividades – Dinâmicas Económicas. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2018c). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Pessoas e Atividades – Ocupação Funcional – Dinâmicas Territoriais e Centralidades. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2018d). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Pessoas e Atividades – Cenários demográficos 2015 - 2040. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2018e). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Ocupação do Solo. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2018f). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Habitação e Dinâmicas Urbanísticas. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.

- Câmara Municipal do Porto (2018g). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Rede de Equipamentos e Utilização Coletiva. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2018h). Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Valores Patrimoniais. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto (2019). *Regulamento n.º 395/2019 – Regulamento Porto de Tradição*. Diário da República n.º 85/2019 - II Série H, Município do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo SRU (2008). *Plano de Gestão – Volume I - Centro Histórico do Porto Património Mundial*. Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo SRU (2010). *Plano de Gestão – Centro Histórico do Porto Património Mundial*. Câmara Municipal do Porto, Porto. ISBN 9789899686274.
- Castells, M. (1996). The information age, Vol. 1: The rise of the network society. Cambridge, MA and Oxford: Blackwell.
- Cheshire, Paul C. 2006. Resurgent Cities, Urban Myths and Policy Hubris: What We Need to Know. *Urban Studies* 43(8):1231–46.
- Cheng, S. W. (2006). Cultural Goods Production, Cultural Capital Formation and the Provision of Cultural Services. *Journal of Cultural Economics* 30 (4): 263–286.
- City of Ballarat. (2017). Our people, culture & place: A manual for implementing the heritage plan 2017-2030, Ballarat: City of Ballarat.
- Comissão Europeia. (1999). European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union, Office of Official Publications of the European Union, Luxembourg.
- Comissão Europeia. (2000). European Landscape Convention Available online: <http://www.coe.int/en/web/landscape>
- Comissão Europeia. (2014). *Integrated Sustainable Urban Development: Cohesion Policy 2014–2020*. Brussels. (http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/urban_en.pdf)
- Comissão Europeia. (2014a). *Towards an integrated approach to cultural heritage for Europe*, European Commission, Brussels. (http://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/publications/2014-heritagecommunication_en.pdf)
- Comissão Europeia. (2014b). *Towards an Integrated Approach to Cultural Heritage for Europe*. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Brussels. (http://ec.europa.eu/culture/library/publications/2014-heritage-communication_en.pdf)
- Couch, C. Charles. e Susan P., (2003). *Urban Regeneration in Europe*. 1st ed. edited by C. Couch, C. Fraser, and S. Percy. Oxford: Real Estate Issues.
- Couch, Chris, Jay Karecha, Henning Nuissl, and Dieter Rink.(2005). *Decline and Sprawl: An Evolving Type of Urban Development - Observed in Liverpool and Leipzig*. European Planning Studies.

- Council, O. E. (2000). *European landscape convention*. US/ICOMOS Scientific Journal, 2, 88-92.
- Council, O. E. (2007). *Leipzig Charter*. Leipzig. (http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/themes/urban/leipzig_charter.pdf.)
- Council, O. E. (2015). *Namur Declaration*. Namur. (https://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/6thConfCulturalHeritage/Namur-Declar_en.pdf.)
- Dalmas, L., Geronimi, V., Noël, J. F., and Sang, J. T. K. (2015). *Economic evaluation of urban heritage: An inclusive approach under a sustainability perspective*. Journal of Cultural Heritage, 16(5), 681-687.
- Davoudi, S., Evans, E., Governa, F. & Santangelo, M. (2008). *Territorial governance in the making. Approaches, methodologies, practices*, Boletim de la A.G.E., 46, pp. 33–52.
- De Medici, S.; Riganti, P., Viola, S. (2018). Circular Economy and the Role of Universities in Urban Regeneration: The Case of Ortigia, Syracuse. Sustainability, 10, 4305
- De Rosa F, Nocca, F, (2015). Sustainable development and urban conservation: the challenge of Historic Urban Landscape. Housing Policies and Urban Economics 2(1), 15-30.
- Fabbricatti, K., and Biancamano, P. F. (2019). Circular economy and resilience thinking for historic urban landscape regeneration: The Case of Torre Annunziata, Naples. Sustainability, 11(12), 3391.
- Faludi, A. (2012). *Multi-level (territorial) governance: Three criticisms*. Planning Theory & Practice, 13(2), 197-211.
- Ferreira, C., Marques, T., and Guerra, P. (2016). Tourism Dynamics and Architectural, Cultural and Symbolic Heritage: The Case of Oporto City Centre. In C. H. N. Henriques, M. C. Moreira, & P. A. B. César (Eds.), *Tourism and History: World Heritage – Case Studies of Ibero-American Space* (Vol. III, pp. 53-72). Braga. CICS.NOVA.UMinho. (http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/view/212).
- Folke, C. (2016) Resilience; Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science: Oxford, UK.
- Frey, B. S., & Eichenberger, R. (1996). *To harmonize or to compete? That's not the question*. Journal of Public Economics, 60(3), 335-349.
- Frigolé, J. (2010). *Patrimonialization and the mercantilization of the authentic. Two fundamental strategies in a tertiary economy*. Constructing Cultural and Natural Heritage. Parks, Museums and Rural Heritage. Girona: ICRPC, 27-38.
- Eising, R. & Kohler-Koch, B. (Eds) (1999). Governance in the European Union – A comparative assessment. In *The Transformation of Governance in the European Union*, 336, Routledge, London.
- Fernandes, N. (2020). Economic Effects of Coronavirus Outbreak (COVID-19) on the World Economy. SSRN. (<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3557504>)
- Fernandes J., Chamusca P. (2014). *Urban policies, planning and retail resilience*, Cities 36 170-7. (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275112002168>) . 20/07/2019
- Ferreira, C., Marques, T., Guerra, P (2016a). Bottom-up initiatives of economic and symbolic innovation in Oporto city centre. In Noronha, T., PINTO, H., (eds) *Innovation for resilience*.

- University of Algarve, Faro: 149-168. (<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104834/2/163684.pdf>). 20/07/2019.
- Ferreira, C.; Marques, T. S.; Guerra, P. (2018). A especialização inteligente na área central da cidade do Porto: domínios, ação pública e desafios. In Teresa Sá Marques, Helder Santos & M. Pilar Alonso Logroño (Coord.), VIII Jornadas de Geografía Económica: La Geografía de las Redes Económicas Y la Geografía Económica en Rede, Livro de Atas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Asociación de Geógrafos Españoles: 63-69.
- Florida, R. (2002). *The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books.
- Fusco Girard, L.; De Rosa, F.; Nocca, F. (2013). *Creative cities: The challenge of 'humanization' in the city development*. BDC-Bollettino del Centro Calza Bini 2013, 13, 9–33.
- Fusco Girard, L. (2014). The role of cultural urban landscape towards a new urban economics: New structural assets for increasing economic productivity through hybrid processes. *Hous. Policies Urban Econ.* 2014, 1, 3–27.
- Gamble, A., (2007). Conclusion: The Meaning of Global Governance. In *Global Governance and Japan: The Institutional Architecture*, edited by G. Hook and H. Dobson, 232–244. London: Routledge.
- Garcia Vélez G, Carofilis, N, Ost, C, Van Balen, K, (2016) “Towards a Contemporary Approach to the study of Development and Cultural Heritage” in K Van Balen, A Vandesande (eds) *Heritage Counts*, Garant Publishers, Leuven, Belgium: 65-75. (https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=VBKVCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA65&dq=Towards+a+Contemporary+Approach+to+the+study+of+Development+and+Cultural+Heritage&ots=XuklxGd6uu&sig=QoTEvzRkhQUap1xyIpyQKXJ3L2A&redir_esc=y#v=onepage&q=Towards%20a%20Contemporary%20Approach%20to%20the%20study%20of%20Development%20and%20Cultural%20Heritage&f=false)
- Ginzarly, M., Houbart, C., and Teller, J. (2018). *The Historic Urban Landscape approach to urban management: a systematic review*. *International Journal of Heritage Studies*. (doi: 10.1080/13527258.2018.1552615)
- Gomes, C. A. (2011). *O preço da memória: a sustentabilidade do património cultural edificado*. *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, 21, 89-108.
- González, S. and Healey, P., (2005). A sociological institutionalist approach to the study of innovation in governance capacity, *Urban Studies*, Vol. 42 No. 11, pp. 2055-69.
- Gössling S., Scott D. and Hall C. M. (2020). *Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19*, *Journal of Sustainable Tourism*, DOI: 10.1080/09669582.2020.1758708 < <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>>
- Gravagnuolo, A., Girard, L., (2017). *Multicriteria tools for the implementation of historic urban landscape*. *Quality Innovation Prosperity* 21(1), 186-201. DOI: 10.12776/QIP.V21I1.792 (<http://qip-journal.eu/index.php/QIP/article/view/792/763>)
- Gualini, E., (2006). The rescaling of governance in Europe: New spatial and institutional rationales. *European Planning Studies*, 14(7), 881-904.

- Gustafsson, C. & Mellár, B. (2018). *Research for CULT Committee – Best practices in sustainable management and safeguarding of cultural heritage in the EU*, European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, Brussels
- Haase, A. and Rink, D., 2015. Inner-City Transformation Between Reurbanization and Gentrification: Leipzig, Eastern Germany. *Geografie* 120(2):226–50.
- Hoekveld, Josje J., (2014). Understanding Spatial Differentiation in Urban Decline Levels. *European Planning Studies* 22:2:362–82.
- Hollander, J. B., Pallagst, K., Schwarz, T. and Popper, F. J., (2009). *Shaken, Shrinking, Hot, Impoverished and Informal: Emerging Research Agendas in Planning*. *Progress in Planning* 72(4):195–250.
- Hosagrahar J., Soule J., Fusco Girard, L., Potts, A., (2016). *Cultural heritage, the UN sustainable development goals, and the new urban agenda*. ICOMOS concept note for the United Nations Agenda 2030 and the third United Nations conference on housing and sustainable urban development (HABITAT III), International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), Paris.
- Hooghe, L., and Marks, G. (2001). *Types of multi-level governance*. European integration online papers (EIoP), 5(11).
- Hooghe, L., and Marks, G. (2003). *Unraveling the Central State, But How? Types of Multi-Level Governance*. IHS Political Science Series: 2003, No. 87.
- Institute on Governance (2001), In Gill, M. (Ed.), *Governance Do's and Don'ts: Lessons from Case Studies on Twenty Canadian Non-profits*, Ottawa.
- Institute on Governance (2003), in Graham, J., Amos, B. and Plumptre, T. (Eds), *Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century: Prepared for the Fifth World Parks Congress Durban*, Ottawa.
- ITB World Travel Trends Report. (2020). *Latest insights & outlook*. Munich. (https://www.itb.com/media/itbcom/itbcom_dl_en/ITB_World_Travel_Trends_Report_2020.pdf)
- Juul, M. (2015). *Tourism and the European Union. Recent Trends and Policy Developments*. European Parliamentary Research Service. Brussels.
- Kohler-Koch, B. (1999). The evolution and transformation of European governance. In: R. Eising & B. Kohler-Koch (Eds) *The Transformation of Governance in the European Union*, pp. 14–35, London: Routledge.
- Lees, L., (2004). *The Emancipatory City? Paradoxes and Possibilities*. 1st ed. edited by L. Lees. SAGE Publications Ltd.
- Lidström, A. (2007). Territorial governance in transition. *Regional and Federal Studies*, 17(4), 499-508.
- Lopez-Gay, Antonio. (2014). Population Growth and Re-Urbanization in Spanish Inner Cities: The Role of Internal Migration and Residential Mobility. *Revue Quetelet/Quetelet Journal* 1(2):67–92. (<http://www.uclouvain.be/470043.html>).

- Lang, Thilo. (2005). *Insights in the British Debate about Urban Decline and Urban Regeneration*. Erkner. (http://www.irs-net.de/download/wp_insights.pdf).
- Lopes, J., (2002). *Novas Questões de Sociologia Urbana: conteúdos e «orientações» pedagógicas*, Edições Afrontamento. Porto.
- Loughlin, J. (2007). Reconfiguring the state: trends in territorial governance in European states. *Regional and federal Studies*, 17(4), 385-403.
- Miranda, T. (2018). *The touristic Porto – gazing over the city*. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos, pp. 72-91. DOI: 10.21747/08723419/soctem2018a4
- Nicola, M., Alsafi, Z., Sohrabi, C., Kerwan, A., Al-Jabir, A., Iosifidis, C., ... & Agha, R. (2020). The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. *International journal of surgery (London, England)*, 78, 185.
- Nypan, T., (2006). *Cultural Heritage Monuments and Historic buildings as value generators in a post-industrial economy. With emphasis on exploring the role of the sector as economic driver*. Norway: Directorate for Cultural Heritage.
- Nypan, T. (2015). A proposal for a design to develop European statistics on the socio-economic contributions of the physical cultural heritage. In Koen Van Balen and Aziliz Vandesande (Eds.), *Heritage Counts, Reflections on Cultural Heritage Theories and Practices*. A series by the Raymond Lemaire International Centre for Conservation, KU Leuven, vol. 2, Garant: Antwerp – Apeldoorn.
- O'Brien, J. (Eds.). (2012). *Livable Historic City Cores and Enabling Environment: A Successful Recipe to Attract Investment to Cities*. In *The Economics of Uniqueness: Investing in Historic City Cores and Cultural Heritage Assets for Sustainable Development*, 1-14, The World Bank, Washington.
- OECD (2001). *OECD Territorial Outlook*. 2001 Edition (Paris: OECD).
- OECD (2009). *Regions Matter: Economic Recovery, Innovation and Sustainable Growth*. Paris.
- Ost, C. (2012). Mapping Heritage Economics for Spatial Analysis in Historic City Cores. In *The Economics of Uniqueness. Investing in Historic City Cores and Cultural Heritage Assets for Sustainable Development*, 245-283, The World Bank, Washington, D.C.
- Ost, C. (2013). 'Historic Cities in Emerging Countries. Economics of Conservation Revisited' Towards a Circular Regenerative Urban Model. In *Bollettino Del Centro Calza Bini*, 13(1), 73-78. (<https://doi.org/10.6092/2284-4732/2451>)
- Peacock, A. (1995). *A Future for the Past: The Political Economy of Heritage*. *Proceedings of the British Academy* 87: 189–243.
- Plevoets, B., and Sowińska-Heim, J. (2018). Community initiatives as a catalyst for regeneration of heritage sites: Vernacular transformation and its influence on the formal adaptive reuse practice. *Cities*, 78, 128-139.
- Porto Vivo, SRU (2008). *Estudo de desenvolvimento Estratégico pra a Unidade de Gestão da Área Urbana do Centro Histórico do Porto*. Porto: Porto Vivo, SRU.

- Porto Vivo, SRU, (2018). *Relatório de Caracterização e Diagnóstico – Operações Urbanísticas aprovadas pela Porto Vivo, SRU de 2006 a 2017*. Revisão do Plano Diretor Municipal do Porto. Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana, Porto.
- Porto Vivo, SRU, (2019). *Instrumentos de Gestão Previsional 2020*. Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana, Porto.
- Portugal, (14 de maio 2015). *Decreto de Lei n.º 80/2015*, Diário da República n.º 93/2015 – I Série A, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Lisboa. (<https://dre.pt/application/conteudo/67212743>)
- Portugal, (29 de maio 2009). *Decreto Regulamentar n.º 9/2009*, Diário da República n.º 104/2009 – I Série A, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Lisboa. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/494182>
- Portugal, (8 setembro 2001). *Lei n.º 107/2001*, Diário da República n.º 209/2001- I Série A, Assembleia da República, Lisboa.
- Portugal, (24 março 2009). *Portaria n.º 293/2009a* Diário da República n.º 58/2009 - I Série A, Ministério da Finança e Administração Pública, Lisboa.
- Portugal, (15 junho 2009). *Decreto de Lei n.º 138/2009b*, Diário da República n.º 113/2009 - I Série A, Ministério da Cultura, Lisboa.
- Portugal, (21 agosto 2009). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2009*. Diário da República n.º 162/2009 - I Série A, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.
- Portugal, (14 agosto 2012). *Lei n.º 31/2012* Diário da República n.º 157/2012 - I Série A, Assembleia da República, Lisboa.
- Ribeiro, M. D. C., and Melo, A. S. (2012). *A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval*. Medievalista. Online, (12).
- Ripp, M., (2013). *Krisen: Chancen für die Altstadt? Zur Rolle des gebauten Kulturerbes als urbaner Resilienzfaktor*[Crisis: an Opportunity for Historical Cities? Built Cultural Heritage as a Factor of Urban Resilience]. In Forum Stadt. Vierteljahreszeitschrift für Stadtgeschichte, Stadtsoziologie, Denkmalpflege und Stadtentwicklung, Quarterly Journal for Urban History, Urban Sociology, Preservation and Urban Development, edited by R. Kaltenbrunner and M. Ripp, no. 2, 149–161.
- Ripp, M., and Rodwell, D. (2016). *The governance of urban heritage*. The Historic Environment: Policy & Practice, 7(1), 81-108.
- Rypkema, D.D., (2008). Heritage Conservation and the Local Economy. *Global Urban Development Magazine*, [online] 4(1). (<http://www.globalurban.org/GUDMag08Vol4Iss1/Rypkema.htm>)
- Salet, W., (2006). *Rescaling territorial governance in the Randstad Holland: The responsiveness of spatial and institutional strategies to changing socio-economic interactions*. European Planning Studies, 14(7), 959-978.
- Scheffler, N., Ripp, M., Bühler, B., and Shakhmatova, K. (2011). *HerO – Heritage as Opportunity - Guidebook–The Road to Success–Integrated Management of Historic Towns*. URBACT. Regensburg, Germany.

- Seixas, J. (2013). *A cidade na encruzilhada. Repensar a cidade e a sua política*. Edições Afrontamento, Porto. (<https://www.passeidireto.com/arquivo/68353789/a-cidade-na-encruzilhada-repensar-a-cidade-e-a-sua-politica>)
- Shipley, R. and Kovacs, J.F. (2008). *Good governance principles for the cultural heritage sector: lessons from international experience*, Corporate Governance, Vol. 8 No. 2, pp. 214-228. (<https://doi.org/10.1108/14720700810863823>)
- Shockley, G. E. (2004). *Government investment in cultural capital: a methodology for comparing direct government support for the arts in the US and the UK*. Public Finance & Management, 4(1).
- Stead, D., (2014). *The rise of territorial governance in European policy*. European Planning Studies, 22(7), 1368-1383. <https://doi.org/10.1080/09654313.2013.786684>
- Taylor, K., (2016). *The Historic Urban Landscape paradigm and cities as cultural landscapes. Challenging orthodoxy in urban conservation*. Landscape Research 41.4: 471-480.
- The Rockefeller Foundation and Arup. (2014). City Resilience Framework. (<https://www.rockefellerfoundation.org/report/city-resilience-framework/>)
- Throsby, D., (2002). Cultural Capital and Sustainability Concepts in the Economics of Cultural Heritage. In *Assessing the Values of Cultural Heritage*, ed. M. De la Torre et al., 101–117. Los Angeles: Getty Conservation Institute Research Report.
- Throsby, D., (Eds.). (2012). Heritage Economics: A Conceptual Framework. In *The Economics of Uniqueness: Investing in Historic City Cores and Cultural Heritage Assets for Sustainable Development*, 45-72, The World Bank, Washington.
- Throsby, D., (2016). Investment in urban heritage conservation in developing countries: Concepts, methods and data. *City, Culture and Society*, 7(2), pp.81-86.
- Turok, I. and Mykhnenko, V., (2007). *The Trajectories of European Cities, 1960 – 2005*. *Cities* 24(3):165–82.
- Ulibarri, C. A. (2000). “Rational Philanthropy and Cultural Capital.” *Journal of Cultural Economics* 24 (2): 135–146.
- UNESCO. (1996). *Report of the Twentieth Session of the World Heritage Committee*. (Merida, Mexico, 2-7 December). WHC-96/CONF.201/21. UNESCO, Paris.
- UNESCO. (1972). *Records of the General Conference Volume 1 Resolutions Recommendation*. Adopted by the General Conference at its seventeenth session, Paris, 16 November 1972, UNESCO, Paris.
- UNESCO. (2011). Recommendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions, UNESCO, Paris. (<http://portal.unesco.org>). 10/05/2019.
- UNESCO (2015) UNESCO *Global Report on Culture and Sustainable Urban Development. Concept note*, UNESCO, Paris. (http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/Conceptnote_EN.pdf). 16/05/2019.
- UNESCO (2015a) *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. (<https://sustainabledevelopment.un.org/>). 11/03/2020

- UNESCO. (2016). The HUL Guidebook. Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments A practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape, UNESCO, Paris. (<http://historicurbanlandscape.com/index.php?classid=5355>). 30/07/2019.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2004). *Creative Industries and Development*. São Paulo: UNCTAD.
- United Nations Development Programme (UNDP). (1997). *Governance for Sustainable Human Development*, A Policy Document, United Nations Development Program, New York, NY.
- United Nations. (2015). *Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, UN, New York. (<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>). 16/05/2019.
- United Nations. (2017). New Urban Agenda. United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development, Quito. (<http://www.habitat3.org>). 16/05/2019.
- Van den Berg, L., Klaassen, L. H., Drewett, R., Rossi, A., and Vijverbert, C. H. (1982). *Urban Europe: A study of growth and decline* (Vol. 1). Pergamon.
- Vandesande, A. e Van Balen, K. (2016). An operational preventive conservation system based on the Monumentenwacht model. In Van Balen, K. and Verstrynghe, E. (Eds), Proceedings of the 10th International Conference on Structural Analysis of Historical Constructions (SAHC2016), Anamnesis, Diagnosis, Therapy, Controls, CRC Press/Balkema (Taylor & Francis Group), Leuven, pp. 217-224.
- Veldpaus L, Pereira Roders A (2013). Historic urban landscapes : an assessment framework part II. In Proceedings of *The Sustainable Architecture for a Renewable Future (PLEA 2013)* Technische Universität München, München: 1- 5. (<https://research.tue.nl/en/publications/historic-urban-landscapes-an-assessment-framework-part-ii>) 11/05/2019].
- Wang, X. (2007). An Analysis of Optimal Allocation and Accumulation of Cultural Capital. In *Departmental Bulletin Paper 2007-08-03*, 197–213. Kyoto: Graduate School of Policy and Management, Doshisha University.
- Wang, X., e Aoki, N. (2019). Paradox between neoliberal urban redevelopment, heritage conservation, and community needs: Case study of a historic neighbourhood in Tianjin, China. *Cities*, 85, 156-169.
- Winter, T. (2015). *Heritage diplomacy*. *International Journal of Heritage Studies*, 21(10), 997-1015, DOI: 10.1080/13527258.2015.1041412.
- Faus, J. (2020). *This is how coronavirus could affect the travel and tourism industry*, World Economic Forum. (<https://www.weforum.org/agenda/2020/03/world-travel-coronavirus-covid19-jobs-pandemictourism-aviation/>). 17/06/2020.
- World Tourism Organization (2005), *Muscat Declaration on Built Environments for Sustainable Tourism*. UNWTO Declarations, volume 15, number 1, UNWTO, Madrid, DOI: <https://doi.org/10.18111/unwtodeclarations.2005.15.01> .

ANEXOS

Anexo 1 – Imóveis mais representativos na área de estudo (Centro Histórico)

Fonte: Autoral, com base nos dados da Carta do Patrimônio e DGPC

Centro Histórico										
Item	Cadastro Carta do Património	Categoria	Designação	Localização	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Proprietário	Foto Cadastral
1	M21	Residencial	Edifício de Habitação	Travessa do Campo do Rou, 8	Arquitetónico, Histórico	Residencial: Multifamiliar	Séc. XVI Séc. XVII Séc. XIX	Residencial: Multifamiliar	Privada: pessoa colectiva	
2	Mi8	Residencial	Estátuas, elementos decorativos e muro em que os mesmos se integram	Rua do Dr. Barbosa de Castro	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Residencial: casa nobre	Séc. XVIII / Séc. XIX	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Privada: pessoa colectiva	
3	Mi9	Cultural	Edifício na Rua das Virtudes / Antigo Clube dos Ingleses	Rua das Virtudes	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Residencial: casa	Séc. XVIII	Restaurante	Privada: pessoa colectiva	
4	Mi10	Mobiliário Urbano	Chafariz da Rua das Taipas	Rua das Virtudes	Arquitetónico, Artístico, Histórico	Hidráulica: chafariz	Séc. XVIII 1772	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Pública: municipal	
5	Mi11	Residencial	Palácio de São João Novo (Museu de Etnografia e História)	Largo de S. João Novo	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Residencial: casa nobre	Séc. XVIII 1725	Cultural e recreativa: museu	Pública: estatal	
6	Mi160	Militar	Muralha de D. Fernando e Miradouro (troço de S. João Novo)	Largo S. João Novo	Arquitetónico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Muralha	Séc. XIV	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Pública: estatal	
7	S1	Política, Administrativa, Judicial	Pelourinho no Terreiro da Sé	Terreiro da Sé	Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Simbólico Histórica	1940 Réplica	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Pública: estatal	
8	S2	Mobiliário Urbano	Fontanário do Largo da Sé / Chafariz de São Miguel-o-Anjo	Calçada de Vandoma	Arquitetónico, Artístico, Histórico	Chafariz	Séc. XVIII 1737	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Pública: estatal	
9	S3	Mobiliário Urbano	Chafariz da Rua Escura	Largo do Dr. Pedro Vitorino	Arquitetónico, Artístico, Histórico	Chafariz	Séc. XVIII	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Privada: Misericórdia	
10	S5	Viária	Estação de S. Bento, incluindo a gare metálica, os painéis de azulejo e a boca de entrada no túnel	Alameda Garrett P. de	Arquitetónico, Artístico	Transportes: estação ferroviária	Séc. XIX / Séc. XX	Transportes: estação ferroviária	Pública: estatal	
11	S6	Cultural	Teatro de S. João	Praça da Batalha	Arquitetónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Cultural e recreativa: teatro	Séc. XX 1909	Cultural e recreativa: teatro	Pública: estatal	
12	S8	Militar	Muralhas de D. Fernando e Miradouro (troços da Rua da Madeira)	Jardim Arnaldo Gama	Arquitetónico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Muralha de Proteção	Séc. XIV	Simbólica	Pública: estatal	
13	S9	Religiosa	Mosteiro / Igreja de Santa Clara	Largo Primeiro de Dezembro	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Mosteiro/Igreja	Séc. XV / Séc. XVI / Séc. XVII / Séc. XVIII / Séc. XIX	Igreja Museu Institucional	Pública: estatal	

Centro Histórico										
Item	Cadastro Carta do Património	Categoria	Designação	Localização	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Proprietário	Foto Cadastral
14	S10	Residencial	Casa do Dr. Domingos Barbosa / Museu Guerra Junqueiro	Rua de D. Hugo	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Habitação Unifamiliar	Séc. XVIII 1730	Museu	Pública: estatal	
15	S11	Religiosa	Capela do Senhor dos Passos	Rua Escura/ Rua de São Sebastião	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Oratório da Capela de S. Sebastião	Séc. XVIII	Oratório	—	
16	S12	Religiosa	Paço Episcopal do Porto	Terreiro da Sé	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Paço eclesiástico	Séc. XIV	Paço eclesiástico	Pública: estatal	
17	S13	Religiosa	Sé Catedral	Terreiro da Sé	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Sé	Séc. XII / Séc. XVI / Séc. XVII / Séc. XVIII	Igreja Museu	Privada: Diocese	
18	S84	Hotelaria	Palácio das Cardosas	Praça da Liberdade	Arquitetónico,	Religiosa: convento masculino	Séc. XIX	Comercial e turística: hotel de charme	Privada: grupo financeiro	
19	Si50	Serviços	Antiga Camisaria Gomes	R. de Trinta e Um de Janeiro	Arquitetónico, Artístico		Séc. XX - Anos 30	Escritórios/Loja	Privada	
20	Si51	Comercial	Casa Vicent	R. de Trinta e Um de Janeiro	Arquitetónico, Artístico	Loja/AL	Séc. XX	loja	Privada	
21	Si53	Comercial	Imóvel onde se encontra a Ourivesaria Cunha, incluído a Ourivesaria Cunha e o seu recheio	R. de Trinta e Um de Janeiro	Arquitetónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Residencial: edifício	Séc. XX 1914	Residencial/Comercial: edifício	Privada: pessoa singular	
22	Si54	Comercial	Loja Ruby	R. de Trinta e Um de Janeiro	Arquitetónico, Artístico	Residencial: edifício	Séc. XX Anos 60	Residencial/Comercial: edifício	Privada: pessoa singular	
23	Si55	Comercial	Café Chave d'Ouro	Praça da Batalha	Arquitetónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Residencial: edifício	Séc. XX Anos 30	Devoluto	Privada: pessoa singular	
24	Sn1	Religiosa	Igreja de S. Francisco	R. do Infante D. Henrique (Largo de São Francisco)	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: convento masculino	Séc. XIV / Séc. XVIII	Religiosa: igreja de confraria / irmandade / Cultural e recreativa: monumento	Igreja Católica	
25	Sn2	Religiosa	Casa do Despacho da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	R. do Infante D. Henrique (Largo de São Francisco)	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Política e administrativa: sede de organização religiosa / Funerária: cemitério	Séc. XVIII	Política e administrativa: sede de organização religiosa / Cultural e recreativa: museu	Igreja Católica	
26	Sn3	Religiosa	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	R. do Infante D. Henrique	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja de confraria / irmandade	Séc. XVIII	Religiosa: igreja de confraria / irmandade	Igreja Católica	

Centro Histórico										
Item	Cadastro Carta do Património	Categoria	Designação	Localização	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Proprietário	Foto Cadastral
27	Sn4	Política, Administrativa, Judicial	Casa do Infante (Casa da Rua da Alfândega Velha)	Rua da Alfândega	Arquitetónico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Política e administrativa: casa da moeda	Séc. XIV / Séc. XVII / Séc. XX	Cultural e recreativa: arquivo	Pública: estatal	
28	Sn5	Comercial / Residencial	Antigo Restaurante Comercial (IP) e Edifício	Rua do Infante D. Henrique	Arquitetónico, Artístico, Histórico	Residencial: edifício	Séc. XV (vestígios) / Séc. XIX – edifício / Séc. XX - loja.	Comercial / Residencial	Privada: pessoa colectiva	
29	Sn6	Comercial	Mercado de Ferreira Borges	Praça do Infante D. Henrique	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Comercial: mercado	Séc. XIX 1885-1888	Cultural e recreativa: edifício multusos	Pública: Municipal	
30	Sn7	Administrativa	Palácio da Bolsa	R. do Infante D. Henrique	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Serviços: bolsa	(Séc. XIV) Séc. XVIII / Séc. XIX	Serviços: bolsa / Política e administrativa: sede de associação / Cultural e recreativa: edifício multusos	Privada: associação	
31	Sn8	Religiosa	Igreja e Colégio de São Lourenço / Igreja e Convento dos Grilo / Museu da Arte Sacra	largo do Colégio	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Colégio religioso	Séc. XIV	Religiosa: igreja / Educativa: seminário / Cultural e recreativa: museu	Igreja Católica	
32	Sn9	Viária	Pilares que sustentavam a Ponte Pênsil	Cais dos Guindais	Arquitetónico, Histórico, Técnico-Científico	Estrutural	Séc. XIX	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Pública: estatal	
33	Sn12	Viária	Ponte D. Luís I	Av. de Vimarara Peres	Artístico, histórico	Ponte	Séc. XIX 1886	Ponte	Pública: estatal	
34	Sn13	Militar	Muralha de D. Fernando e Miradouro (Cais da Estiva)	Muro dos Bacalhoeiros	Arquitetónico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Muralha	Séc. XIV	Cultural: marco histórico-cultural	Pública: estatal	
35	Sn14	Religiosa	Igreja e Mosteiro de S. João Novo, incluindo a Capela de N.ª S.ª da Esperança	Largo de S. João Novo	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: convento masculino	Séc. XVIII	Religiosa: igreja / Judicial: tribunal	Privada: Igreja Católica (igreja), Pública: Estatal (convento)	
36	V1	Religiosa	Igreja de Nossa Senhora da Vitória	R. de S. Bento da Vitória	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja paroquial	Séc. XVI / Séc. XVIII	Religiosa: igreja paroquial	Privada: Igreja Católica (Diocese do Porto)	
37	V2	Residencial	Edifício na Rua de S. Miguel, 2-4 (painéis de azulejo do séc. XVIII)	R. de S. Miguel	Arquitetónico, Artístico, Histórico	Habitação Unifamiliar	Séc. XVIII	Devoluto	Residencial: edifício residencial	
38	V3	Religiosa	Igreja e Convento de S. Bento da Vitória	Rua de S. Bento da Vitória	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social, Técnico-Científico	Religiosa: mosteiro masculino	Séc. XVI / Séc. XVII / Séc. XVIII	Religiosa: igreja / Cultural e recreativa: arquivo	Pública: estatal	

Centro Histórico										
Item	Cadastro Carta do Património	Categoria	Designação	Localização	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Proprietário	Foto Cadastral
39	V4	Política, Administrativa, Judicial	Cadeia e Tribunal da Relação do Porto	Campo dos Mártires da Pátria	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Judicial: tribunal da relação	Séc. XVIII	Cultural e recreativa: arquivo / Cultural e recreativa: biblioteca / Cultural e recreativa: galeria	Pública: estatal	
40	V5	Religiosa	Igreja da Misericórdia (IP) e Casa do Despacho	R. das Flores	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: edifício de confraria / irmandade	Séc. XVI / Séc. XVIII	Religiosa: edifício de confraria / irmandade	Privada: Misericórdia	
41	V6	Residencial	Casa dos Ferrazes Bravos	R. das Flores	Arquitetónico, Artístico, Histórico	Residencial: casa nobre	Séc. XVI / Séc. XVII / Séc. XVIII	Hotel	Privada: Misericórdia	
42	V7	Religiosa	Igreja e Torre dos Clérigos	Clérigos	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja de confraria / igreja de confraria / irmandade	Séc. XVIII	Religiosa: igreja de confraria / irmandade Cultural e recreativa: Museu	Privada: Irmandade dos Clérigos	
43	V8	Residencial	Antiga Casa dos Sandeman	Campo dos Mártires da Pátria	Arquitetónico, Artístico	Residencial: casa	Séc. XIX	Residencial: casa residencial e comercial	Privada: pessoa singular / Privada: pessoa colectiva	
44	V9	Religiosa	Igreja de S. José das Taipas	R. do Dr. Barbosa de Castro	Arquitetónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja	Séc. XVIII / Séc. XIX	Religiosa: igreja	Privada: Igreja Católica	
45	V163	Religiosa	Ehal ou Aron Hakodesh da Judiaria do Porto	R. de S. Miguel	Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: sinagoga	Séc. 16 conjectural	Assistencial: lar	Privada: Igreja Católica	

Anexo 2 – Imóveis mais representativos na área de estudo (Bifferzone)

Fonte: Autoral, com base nos dados da Carta do Património e DGPC

d

Buffer Zone										
Item	Cadastro Carta do Património	Categoria	Designação	Localização	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Proprietário	Foto Cadastral
1	M1	Religiosa	Antigo Convento da Madre de Deus de Monchique	Calç. de Monchique	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Paisagístico-Ecológico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: mosteiro feminino	Séc. XVI Séc. XVII Séc. XVIII Séc. XIX	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural / Devoluto	Município do Porto	
2	M3	Residencial	Bairro Inês (ou Ignez, ou Ignês)	Rua de Sobre-O-Douro	Arquitectónico, Histórico	Residencial: Bairro	Séc. XVIII Séc. XIX Séc. XX	Hotel	Privada: grupo empresarial	
3	M4	Religiosa	Antigo Armazém do Convento da Madre de Deus de Monchique / actual Guarda Fiscal	Rua de Monchique	Arquitectónico, Histórico	Armazém e logístico: armazém	Séc. XVIII Séc. XIX Séc. XX	Segurança: posto da Guarda Fiscal (GF)	Portugal	
4	M5	Industrial	Casa do Cais Novo e Armazéns/ Museu do Vinho	Rua de Monchique	Arquitectónico, Histórico	Armazém e logístico: adega	Séc. XVIII	Cultural e recreativa: museu	Privada: Pessoa singular	
5	M13	Religiosa	Igreja do Corpo Santo de Massarelos	Largo do Adro	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja	Séc. XVIII 1776	Religiosa: igreja	Privada: Igreja Católica	
6	Mi1	Hospitalar Assistencial	Hospital de Santo António	Rua do Professor Vicente José de Carvalhov	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Saúde: hospital universitário	Séc. XVIII Séc. XIX	Saúde: hospital universitário	Privada: misericórdia	
7	Mi5		Cooperativa Árvore / Quinta das Virtudes ou dos Pinto de Meirelles	R. de Azevedo de Albuquerque	Arquitectónico, Artístico, Paisagístico-Ecológico, Simbólico, Cultural ou Social	Residencial: casa	Séc. XVIII	Cultural e recreativa: associação cultural e recreativa	Pública: Sociedade Cooperativa	
8	Mi58	Industrial	Antigos Armazéns da Real Companhia Velha	Rua de Miragaia	Arquitectónico	Armazéns da Real Companhia Velha	Séc. XVIII	Empresa privada	Privada: pessoa coletiva	
9	Mi81	Política, Administrativa, Judicial	Edifício da Alfândega Nova	Rua Nova da Alfândega	Arquitectónico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Política e administrativa: alfândega	Séc. XIX	Cultural e recreativa: museu	Portugal	
10	S24	Viária	Elevador	Escada dos Guindais	Arquitectónico, Simbólico, Cultural ou Social	Elevador	Séc. XIX / Séc. XX - Anos 30	Elevador	Público: Municipal	
11	S75	Comercial	Casa da Batalha / Guedes da Silva da Fonseca	Praça da Batalha	Arquitectónico, Artístico	Residencial: casa nobre	Séc. XVIII	Comercial e turística: hotel	Privada	
12	S76	Cultural	Cinema Batalha	Praça da Batalha	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Cultural e recreativa: cinema	Séc. XX 1945-1947	reforma/ para cinema	Privada: pessoa coletiva	
13	Si3	Serviços	Banco de Portugal	Praça da Liberdade	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Serviços: banco	Séc. XX	Serviços: banco	Portugal	
14	Si16	Religiosa	Igreja e Ordem da Santíssima Trindade	Praça da Trindade	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja de confraria / irmandade	Séc. XIX	Religiosa: igreja de confraria / irmandade	Privada: Igreja Católica	

Buffer Zone										
Item	Cadastro Carta do Património	Categoria	Designação	Localização	Valores	Função Original	Datação	Função Atual	Proprietário	Foto Cadastral
15	Si17	Política, Administrativa, Judicial	Paços do Concelho	Praça do General Humberto Delgado	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Política e administrativa: câmara municipal	Séc. XX	Política e administrativa: câmara municipal	Município do Porto	
16	Si20	Serviços	Caixa Geral de Depósitos	Av. do Aliados	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Serviços: banco	Séc. XX	Cultural: Cultugest	Público: Estatal	
17	Si21		Edifício Montepio Geral / Lima Júnior / Borges & Irmão	Av. do Aliados	Arquitectónico	Serviços: banco	Séc. XX	Serviços: banco	Privada: pessoa colectiva	
18	Si22	Serviços	Antigo Edifício de Joaquim Emílio Pinto Leite	Av. dos Aliados	Arquitectónico, Artístico	Serviços: banco	Séc. XX	Serviços: banco	Privada: pessoa colectiva	
19	Si26	Religiosa	Igreja dos Congregados	Praça de Almeida Garrett	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: convento masculino	Séc. XVII Séc. XX	Religiosa: Igreja	Privada: Igreja Católica	
20	Si34	Cultural	Rivoli Teatro Municipal	Rua do Bonjardim	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Cultural e recreativa: teatro	Séc. XX	Cultural e recreativa: teatro	Município do Porto	
21	Si56	Religiosa	Igreja de Santo Ildefonso	Praça da Batalha	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja paroquial	Séc. XVII Séc. XVIII	Religiosa: igreja paroquial	Privada: Igreja Católica (Diocese do Porto)	
22	V11	Educativa	Faculdade de Ciências / Academia da Marinha e Comércio	Praça de Gomes Teixeira	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Educativa: faculdade	Séc. XIX	Política e administrativa: reitoria e serviços académicos / Cultural e recreativa: museu	Pública: Universidade do Porto	
23	V27	Educativa	Escola Médico-Cirúrgica Abel Salazar	Largo do Prof. Abel Salazar	Arquitectónico, Artístico, Simbólico, Cultural ou Social	Saúde: hospital universitário	Séc. XX Anos 30	Educativa: faculdade / Cultural e recreativa: museu	Portugal	
24	V51	Religiosa	Igreja da Venerável Ordem Terceira de N.ª Sr.ª do Carmo, Sacristia (MN22) e o Hospital (IP47)	Rua do Carmo	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: igreja de confraria / irmandade	Séc. XVIII Séc. XIX	Religiosa: igreja de confraria / irmandade	Privada: Igreja Católica	
25	V52	Religiosa	Igreja dos Carmelitas Descalços (MN22) e antigo Convento	Rua do Carmo	Arquitectónico, Artístico, Histórico, Simbólico, Cultural ou Social	Religiosa: convento masculino	Séc. XVII Séc. XVIII	Religiosa: igreja / Segurança: quartel da Guarda Nacional Republicana	Privada: Igreja Católica	